The background of the cover is a black and white photograph of a large, classical stone archway. The archway is composed of many rectangular blocks. In the center, a tall, slender column rises from a dark, recessed doorway. At the top of the column is a decorative capital. A large, winged figure, possibly an angel or a personification of a virtue, is carved into the stone above the column, with its arms outstretched. The overall style is neoclassical. The text is overlaid on this image in a clean, sans-serif font.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ROSANA ANDRADE DIAS DO NASCIMENTO

O “BRASIL COLONIAL” E A EXPOSIÇÃO DO
MUNDO PORTUGUÊS DE 1940

SALVADOR-BA

2008

ROSANA ANDRADE DIAS DO NASCIMENTO

**O “BRASIL COLONIAL” E A EXPOSIÇÃO DO
MUNDO PORTUGUÊS DE 1940**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras

Salvador-Ba

2008

Nascimento, Rosana Andrade Dias do
N244 O “Brasil Colonial” e a Exposição do mundo português de 1940 / Rosana
Andrade Dias do Nascimento. -- Salvador, 2008.
280 f.:il.

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Portugueses - Brasil - História. 2. Exposições - História. 3. Brasil – História -1940.
I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 981.03

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Izaias Alves, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

ROSANA ANDRADE DIAS DO NASCIMENTO

O “BRASIL COLONIAL” E A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS DE 1940

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de Doutor em História.

Salvador, 30 de junho de 2008.

Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras
Universidade Federal da Bahia – Presidente da Banca

Prof. Dr. Mario Souza Chagas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel de Siqueira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Maria Hilda Baqueiro Paraiso
Departamento de História - Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Maria José Rapassi Mascarenhas
Departamento de História - Universidade Federal da Bahia

Para Laise Andrade do Nascimento, “Mamy”

Na minha memória ficou registrado o seu esforço para instruir, educar seus quatro filhos, e sua certeza de que esse era o caminho em busca de “dias melhores” para todos nós. Por seu amor, atenção e companheirismo: obrigada.

Para Francisco do Vale Pereira “Chico”

Companheiro, amigo, conselheiro, crítico na construção deste processo. Pelo amor e apoio nos momentos de incertezas e dificuldades que foram superados pelo companheirismo, compreensão e paixão.

A minha orientadora, Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras

A bússola para que o caminho não fosse desviado, a indicação segura das rotas a serem seguidas na proa desse barco do conhecimento que só os grandes navegadores sabem orientar, para que se chegue em terras seguras, apesar das tempestades e trovoadas.

A Flávia Santos

Criança linda que chegou como quem não vinha para ficar e, depois de tanta luta, sobreviveu e transformou-se na pessoa mais querida dessa tia e ainda carente dos seus sorrisos em razão da distância. Amo você,
Menina Fau.

AGRADECIMENTOS

Esse é um momento importante para mim, os meus agradecimentos. Isto porque, para agradecer, fui obrigada a relembrar, o que me levou a uma revisão, nas “gavetas” da minha memória, de tudo o que se passou e de todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta tese. Assim, são os meus agradecimentos:

Aos professores doutores Israel Pinheiro e Maria Hilda Baqueiro Paraiso, pelas contribuições resultantes da banca de qualificação. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da FFCH/UFBA.

Aos meus colegas do Departamento de Museologia, Marcelo Bernardo Nascimento da Cunha, Sidélia Santos Teixeira, Suely Moraes Ceravolo, Joseania Freitas, Heloisa Helena Gonçalves da Costa, José Cláudio de Oliveira e Maria das Graças de Souza Teixeira, pelo apoio e liberação para finalizar o doutorado.

Aos meus colegas da turma, com os quais convivi e compartilhei muitos momentos.

A minha Pequena grande amiga Graça Teixeira, o ser brincante que se transformou numa grande companheira de muitas lutas e grandes alegrias nesse caminho em busca da qualificação pessoal e profissional. A seus filhos Pedro e Maria, adotados, pelo coração, por essa mãe postiça.

Aos amigos do Departamento de Museus (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN), José do Nascimento Junior, Atila Tolentino, Eneida Rocha, Flavia Melo, Claudia Storino e Vinícius Barcelos, pela oportunidade de poder compartilhar com experiências e realidades da museologia brasileira.

A minha irmã Rose “Marie”, por ser companheira nesta trajetória e amiga nas horas de saudades e desejos de sentir o cheiro da Bahia. A meu cunhado Luis Augusto Ventura, obrigado. A Daniela Ventura, que o amor nos aproxime ainda mais.

A Roberto, Mônica, Roberta e Vitor, irmão, cunhada e sobrinhos agradeço as noites de passagem por Salvador e os momentos que vocês nos proporcionaram de alegrias e músicas com muito acarajé.

A Rubem, irmão que durante muito tempo foi o mentor intelectual de uma adolescente, mais tarde, procurador de uma irmã viajante em tese. Estendo o meu carinho a Mônica, Rafael e Rodrigo, sobrinhos queridos, sempre atenciosos e incentivadores da titia.

Ao Professor Mario Moutinho e Judite Primo, amigos portugueses e companheiros da Museologia que durante a minha permanência em Lisboa foram meus fiadores, fazendo com que a minha estadia fosse menos saudosa e compartilhada com suas companhias.

Augusto no dicionário da língua portuguesa é definido como o que inspira respeito ou veneração, grandioso, proteção, suntuoso. Todas essas qualificações estão aqui em forma de agradecimento para Augusto Aras e Augusto de Paula.

A meu amigo Dilton Oliveira de Araújo, “*amigo é coisa para se guardar do lado esquerdo do peito*”. Obrigada.

A Dr^a Mariana Brandão de Aras, “*mestra das mestras*”, agradeço pelos conselhos e companhia durante as viagens para o paraíso. À Menina Livia meu carinho.

Agradeço a todos os técnicos que prestaram atendimento e orientações nas consultas e pesquisas em bibliotecas e arquivos onde trabalhei durante a pesquisa. Destaco, em Portugal, no Ministério das Obras Públicas, o senhor Manuel José Espiga, que possibilitou o registro fotográfico, sem nenhum custo, dos desenhos originais dos estudos dos Pavilhões e expografia da Exposição do Mundo Português de 1940.

Na Sociedade de Geografia de Lisboa, destaco a atenção da Senhora Helena, pessoa de muita presteza com os pesquisadores e de grande conhecimento do acervo sob sua guarda.

No Brasil, agradeço à senhora Rosangela Bandeira, coordenadora do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, que possibilitou o registro fotográfico das coleções sob sua guarda e que foram levados por Gustavo Barroso, em 1940, para Lisboa. E também pela amizade que foi construída em razão da pesquisa.

Ainda no Museu Histórico Nacional, agradeço ao senhor Pedro Junior, coordenador do Arquivo Institucional, que também permitiu o acesso à documentação administrativa referente à gestão do diretor Gustavo Barroso.

Agradeço ao senhor Celso, taxista carioca que sempre estava no aeroporto à espera da minha chegada e durante toda a pesquisa me transportava sempre atencioso e cuidadoso.

A Inês e Luis, Júlia e Cristina Dalla Nora, agradeço os momentos que foram vividos de forma conjunta com essa família que adotei como minha em Floripa. Obrigada pelo carinho e adoção dessa baiana em terra de manezinhos.

A Neto, Ana, Felipe e Ana Paula, amizade construída, pelo que nos aproxima nessa vida de encontros e desencontros.

Agradeço a João Francisco do Vale Pereira “Chanico”, que viabilizou, com o empréstimo de seu apartamento no Rio de Janeiro, a redução de custos com a pesquisa nas instituições cariocas.

A Maria José Bacelar (Zezé). Entre vírgulas, acentos, palavras e sentenças foram sendo construídos confiança, segurança e respeito por seu trabalho competente na revisão e normalização da tese. E, para além disso, uma amizade num momento muito especial.

Agradeço à Universidade Lusófona, em Lisboa, pelo apoio institucional e financeiro para realizar a pesquisa em Lisboa, no ano de 2006, disponibilizando a Biblioteca para pesquisa, custeando o envio de meus livros para o Brasil. Registro também meus agradecimentos às amigas Magda e Sofia, funcionárias do Mestrado em Museologia Social, amigas que estiveram sempre perto em todos os momentos vividos em Lisboa.

RESUMO

A Exposição do Mundo Português em 1940 foi um evento idealizado pelo Estado Novo português para marcar oito séculos de história dos portugueses no mundo. Diferentemente das Exposições Internacionais realizadas até então, o Estado Novo realizou uma exposição de caráter nacional para contar uma história de glórias do passado aos portugueses do presente. O nosso estudo tratou da participação do Brasil, nessas Comemorações Centenárias, na exposição denominada “*Brasil Colonial*”. Seu objetivo foi investigar o papel do Museu Histórico Nacional (MHN), por meio de seu acervo, na reconstrução histórica do *Brasil Colonial* na Exposição do Mundo Português (EMP). Foram definidos os seguintes objetivos específicos: investigar a EMP como um evento marcante das Comemorações Centenárias que contavam oito séculos de história dos portugueses no mundo; identificar o acervo do MHN selecionado para compor o Pavilhão do Brasil Colonial na Exposição do Mundo Português; analisar os fatos históricos do *Brasil Colonial* considerados representativos para a definição do circuito da exposição a partir do acervo do MHN; e estudar a influência de Gustavo Dott Barroso nas decisões para a exposição do *Brasil Colonial*. A metodologia empregada foi a análise histórica e historiográfica, realizada com base na documentação iconográfica, documental e fotográfica existentes nos arquivos, museus e bibliotecas de instituições públicas e privadas brasileiras e portuguesas. A análise dos dados coletados permitiu desmistificar alguns pontos, tais como: a periodização da história do Brasil Colonial definida para a Exposição; o acervo do MHN, escolhido para narrar a História do Brasil Colonial; conhecer os caminhos percorridos por um acervo museológico, no caso, o do MHN, usado para a construção de um discurso expositivo que objetivava a representação da herança portuguesa na construção do Brasil Colonial. Os resultados permitiram concluir-se que, em 1940, a Exposição do Mundo Português foi um momento de afirmação da nacionalidade portuguesa usando o passado de glórias e de expansão no mundo. Sobre o Brasil e a sua participação, houve uma condução por intelectuais brasileiros e portugueses, por meio de cartas codificadas, cifradas, com registros de confidentiais que atravessaram o Atlântico em conchavos e conluios para possibilitar a representação brasileira. Com relação à montagem da exposição do Pavilhão Brasil Colonial com o acervo do MHN, foram marcantes as atitudes de Gustavo Barroso à frente da construção dessa narrativa, realizando uma exposição para enaltecer, através dos objetos, a epopéia do paraíso — o Brasil Colônia. Assim, em 1940, o Brasil é Português!

Palavras-chave: Exposição. Mundo Português. Museu.

RÉSUMÉ

L'Exposition du Monde Portugais en 1940 fut un événement idéalisé par l'État Nouveau portugais pour célébrer huit siècles de l'histoire des portugais dans le monde. Différemment des Expositions Internacionais réalisées jusqu'alors, l'État Nouveau a réalisé une exposition de caractère nationale pour raconter une histoire de gloires du passé aux portugais du présent. Notre travail concerne la participation du Brésil dans ces Commemorations Centenaires, dans l'exposition nommée "Brésil Colonial". L'objectif fut d'investiguer le rôle du Musée Historique Nationale (MHN), à travers son amas, dans la reconstruction historique du Brésil Colonial à l'Exposition du Monde Portugais (EMP). Les objectifs spécifiques furent: investiguer l'EMP comme un événement marquant des Commemorations Centenaires qui racontait huit siècles de l'histoire des portugais dans le monde; identifier l'amas du MHN sélectionné pour composer le Pavillon du Brésil Colonial dans l'Exposition du Monde Portugais; analyser les faits historiques du *Brésil Colonial* considérés comme représentatifs pour la définition du circuit de l'exposition à partir du fond du MHN; et étudier l'influence de Gustavo Dott Barroso dans les décisions pour l'exposition du *Brésil Colonial*. La méthodologie utilisée fut l'analyse historique et historiographique, réalisée à partir de la documentation iconographique, documentaire et photographique présentes dans les archives, musées et bibliothèques de institutions publiques et privées brésiliennes et portugaises. L'analyse des données collectées a permis de démystifier quelques points, tels que: la périodisation de l'histoire du Brésil Colonial définie pour l'Exposition; l'amas du MHN, choisi avec l'objectif de raconter l'histoire du Brésil Colonial; connaître les chemins parcourus pour le fond muséologique du MHN, utilisé pour la construction du discours expositif lequel objetivait la représentation de l'héritage portugais dans la construction du Brésil Colonial. Les résultats ont permis de conclure qu'en 1940, l'Exposition du Monde Portugais fut un moment d'affirmation de la nationalité portugaise en utilisant le passé de gloires de l'expansion dans le monde. Sur le Brésil et sa participation, il y eut une conduite par intellectuels brésiliens et portugais, à travers correspondances codifiées, chiffrées, avec enregistrements de confidentiels qui traversaient l'Atlantique en complots et tractations pour faciliter la représentation brésilienne. Le montage de l'exposition du Pavillon du Brésil Colonial, avec l'amas du MHN, fut marqué par l'action de Gustavo Barroso, responsable pour la construction de cette narrative, laquelle exaltait, à travers des objets, l'épopée du paradis – le Brésil Colonial. Ainsi, en 1940, le Brésil est Portugais!

Mots-clé: Exposition. Monde Portugais. Musée.

ABSTRACT

The New Portuguese World Exposition hold in 1940 was an event idealized and sponsored by the New State Portuguese to mark eight centuries of the Portuguese history around the world. Differently of the International Expositions taken place until then, the New State hold an exposition of national character to tell a story of glories of Portugal of the past to the Portuguese of our days. Our study focused the participation of Brazil in these Centennial Commemorations, in the exposition so called “Brazil Colonial”. Its prime objective was to investigate the role of the National Historical Museum (NHM) through its amass in the historical reconstruction of the “Brazil Colonial” in the Portuguese World Exposition (PWE). The following specific objectives were established: investigating the PWE as a decisive event in the Centennial Commemorations in which eight centuries of Portuguese history were told to the world; identifying the amass of the NMH selected to be shown in the Standard of the Brazil Colonial in the Exposition; analyzing the historical facts of the Brazil Colonial period considered representatives for the definition of the circuit of the exposition taking as a basis the amass of the NHM; and studying Gustavo Dott Barroso’s influences in the decisions toward the exposition of the Brazil Colonial. The methodology employed was the historical and historiographical analysis, taking into consideration the iconographic, documental and photographic documentation existing in the files, museums, and libraries of the public and private institutions in Brazil and Portugal. The analysis of the collected data allowed demystifying some points such as: the setting period of the Brazil Colonial history used for the Exposition; the amass of HNM chosen to tell the Brazil Colonial History; knowing the ways covered by a museologic amass, in this specific case the NHM’s one, used to construct a speech toward the representation of the Portuguese inheritance in the construction of the Brazil Colonial. The results allowed ending to a conclusion that in 1940 the Portuguese New World was a time for affirmation of the Portuguese nationality using their past of glories and expansion in the world. Concerning Brazil and its participation, the representation was made by some Brazilian and Portuguese intellectuals’ participation, by means of codified and ciphered letters, stamped as classified that crossed the Atlantic in intrigues and collusions to make it possible the Brazilian representation. With regard to the assembly of the exposition of the Brazil Colonial Standard, with the amass of the HNM it had been decisive Gustavo Barroso’s attitude toward the construction of this narrative, carrying on an exposition to make it shine, through the exposed objects, the epic to the paradise – Brazil Colony. So, in 1940 Brazil is Portuguese!

Key word: Exposition. Portuguese World. Museum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

1 – Reprodução de página de artigo de Agostinho de Campos	33
2 – Reprodução da primeira página da Nota Oficiosa lançada por Salazar	36
3 – Reprodução de uma página da Nota Oficiosa	37
4 – Registro da Primeira Reunião da Comissão	43
5 – Visita da Comissão ao espaço escolhido para a construção dos pavilhões em Belém	57
6 – Vista da Praça Afonso de Albuquerque tendo ao fundo o Conjunto dos Jerónimos em Belém	57
7 – Construção de um pavilhão para a Exposição	68
8 – Construção do Pavilhão dos Portugueses no Mundo e a Praça do Império	68
9 – Desenho do projeto do Monumento que seria doado pela Colônia de Portugal no Brasil nas Festas Centenárias	76
10 – Palácio de Almada, oferecido a Portugal, nas Festas Centenárias, pela Colônia de Portugal no Brasil	78
11 – Desenho da fachada do Pavilhão dos Portugueses no Mundo	95
12 – Pavilhão dos Portugueses no Mundo - planta baixa	96
13 – Detalhe do espaço destinado ao Brasil Colonial no Pavilhão dos Portugueses no Mundo - planta baixa	97
14 – Morro do Castelo espaço destinado a Exposição de 1922 — desmonte do Morro	98
15 – Morro do Castelo espaço destinado a Exposição de 1922 — construções para abrigar os pavilhões	99
16 – Planta geral proposta para a Exposição do Mundo Português	116
17 – Desdobrável da Exposição do Mundo Português distribuído aos visitantes que freqüentaram o evento	117
18 – Maquete da Exposição realizada para o estudo e soluções de problemas construtivos no espaço expositivo	119
19 – Espaço da aldeia indígena na Secção Colonial na Exposição do Mundo Português	120
20 – Maquete da Exposição do Mundo Português	121
21 – Secção de Etnografia Colonial	122
22 – Expografia do Pavilhão	125
23 – Sala com escultura de Afonso Henriques no Pavilhão	126
24 – Sala de Cartografia no Pavilhão dos Descobrimentos	127
25 – Pavilhão da Fundação	129
26 – Diorama do Castelo de Guimarães	130
27 – Pavilhão da Formação	132

28 – Torre dos 13 Castelos	133
29 – Pintura Mural do Tratado de Tordesilhas	138
30 – Camões	139
31 – A Grande Esfera	140
32 – Santo Antonio	141
33 – Padrão dos Descobrimentos	149
34 – Fachada do Pavilhão do Brasil 1940	152
35 – Interior do Pavilhão do Brasil 1940 (expografia)	153
36 – Espaços expositivos do Pavilhão do Brasil 1940	158
37 – “Torre Terminal” no Pavilhão de Honra	160
38 – Centro Regional – Aldeias portuguesas	162
39 – Jardim dos Poetas	166
40 – Efeito de iluminação nos espaços expositivos para o destaque das vitrines e pinturas murais	170
41 – Efeito de iluminação nos espaços expositivos para o destaque e efeito nas esculturas e pinturas murais	171
42 – Efeito luminotécnico do Pavilhão Portugueses no Mundo	172
43 – Efeito luminotécnico do interior de uma sala do Pavilhão Portugueses no Mundo	173
44 – Equipe, Autoridades e convidados na inauguração da Exposição do Mundo Português	176
45 – Foto do <i>Te Deum</i> celebrado na abertura das Comemorações Centenárias	180
46 – Foto da fachada do Pavilhão dos Portugueses no Mundo entre as torres do Convento dos Jerónimos	185
47 – Estátua da Soberania	187
48 – Anjo da entrada do Pavilhão do Brasil Colonial	188
49 – Interior do Pavilhão dos Portugueses no Mundo - Sala Marrocos	190
50 – Interior do Pavilhão dos Portugueses no Mundo – Sala da Índia	192
51 – Sala sobre o Brasil no Pavilhão do Mundo Português	193
52 – Capa do Catálogo Descritivo e Comentado	196
53 – Sala Getulio Vargas exposição do Museu Histórico Nacional, em 1940 no Rio de Janeiro	220
54 – Vestíbulo do Pavilhão do Brasil Colonial com a escultura Anchieta Evangelizando os Índios	225
55 – Vestíbulo: grupo em bronze de Caramuru e Y. Juca-Pirama	226
56 – Sala Século XVIII do Pavilhão do Brasil Colonial	228
57 – Sala Brasil-Portugal	230
58 – Árvore Simbólica	232
59 – Sala do Brasil Independente	235

QUADROS

1 – Atribuições e funções das Comissões Nacional e Executiva	48
2 – Seções/Comissariados da Exposição do Mundo Português e respectivos dirigentes	50
3 – Distribuição dos arquitetos para execução dos trabalhos nos pavilhões	60
4 – Primeira Proposta de Programa Oficial para as Comemorações Centenárias	63
5 – Distribuição das atividades e seus respectivos valores	67
6 – Pavilhões da Exposição e a distribuição de recursos	70
7 - Participação brasileira nos Congressos do Mundo Português	82
8 – Valores dos bilhetes para o ingresso do público na Exposição	123
9 – Pavilhões da Exposição do Mundo Português e datas de inauguração	124
10 – País e número de representantes nas Festas Centenárias	178
11 – Atos Religiosos ocorridos nas Festas Centenárias	182
12 – Subtemas e número de peças do Pavilhão do Mundo Português	198
13 – Armas usadas no Brasil-Colônia	199
14 – Mapas e vistas das primeiras fortificações	200
15 – Canhões históricos	200
16 – Aquarelas de uniformes coloniais: coleção Figueira de Melo	201
17 – Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano	203
18 – Inconfidência Mineira	203
19 – Cidades e monumentos coloniais	204
20 – Figuras ilustres do período colonial	205
21 – D. João e sua época	206
22 – Painéis decorativos dos principais fatos militares da Colônia	206
23 – Temas e subtemas expositivos do Pavilhão Brasil Independente	208
24 – Autor, suporte informacional e tema expositivo no Pavilhão do Mundo Português	211
25 – Obras sem identificação de autoria	213
26 – Obras encomendadas para a Exposição do Mundo Português	214
27 – Distribuição das salas, temas e objetos apresentados no Pavilhão Brasil Colonial	224

TABELAS

1 – Resumo das despesas do Pelouro da Comissão Nacional dos Centenários	52
2 – Itens de divulgação e valores em escudo para as Festas Centenárias	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANNT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BAHOP – Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

IANTT – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

ICOM – Conselho Internacional de Museus

MES – Ministério da Educação e Saúde

MHN – Museu Histórico Nacional

MOP – Ministério das Obras Públicas

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

SNI – Secretariado Nacional da Informação

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 INÍCIO DA FESTA: A IDÉIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS	28
1.1 A IDÉIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS	28
1.2 FORMAÇÃO DAS COMISSÕES PARA A CONDUÇÃO DAS COMEMORAÇÕES	41
1.3 DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS, PROGRAMAS E ORÇAMENTOS PARA AS COMEMORAÇÕES	60
2 A NAÇÃO IRMÃ: NO BRASIL, A PREPARAÇÃO DO FILHO ILUSTRE	72
2.1 CONVITE AO BRASIL PARA AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS	72
2.2 PAVILHÃO DO BRASIL COLÔNIA: O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	97
3 EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS: APOTEOSE	115
4 <i>BRASIL COLONIAL EM 1940: O BRASIL É PORTUGUÊS!</i>	184
4.1 PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO	184
4.2 ACERVO PARA A EXPOSIÇÃO	197
4.3 ARTISTAS E OBRAS NO PAVILHÃO COLONIAL	209
4.4 EXPOSIÇÃO NO PAVILHÃO BRASIL COLONIAL	216
4.5 A DESPEDIDA...	237
CONCLUSÃO	244
REFERÊNCIAS	248
APÊNDICE A – PROGRAMAÇÃO OFICIAL DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS	263
APÊNDICE B - INVENTÁRIO DAS PEÇAS DA EXPOSIÇÃO BRASIL COLONIAL	267
APÊNDICE C - PERSONAGENS QUE CONSTRUÍRAM ESSA HISTÓRIA EM PORTUGAL E NO BRASIL	277

INTRODUÇÃO

O processo de investigação é, na maioria das vezes, uma escolha entre os vários caminhos apresentados ao pesquisador. Passa por momentos que culminam com hesitações, indefinições e, por fim, definições, que permitem levar o trabalho adiante e com resultados finais para o investimento institucional e pessoal.

Quando da elaboração do projeto intitulado *O Templo do amor à Pátria: o Museu Histórico Nacional no Estado Novo – 1937-1945*, para a seleção do Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal da Bahia, tínhamos por objeto de estudo o Museu Histórico Nacional (MHN), tomado como instrumento de veiculação ideológica e reconstrução da História do Brasil no Estado Novo, e os seguintes objetivos: identificar o Museu Histórico Nacional como espaço de memória a ser utilizado como aparelho ideológico no Estado Novo; analisar a concepção de história e de museu vigente no Estado Novo para a aquisição de suas coleções e organização das exposições do acervo; investigar os fatos considerados representativos a partir da definição do circuito das exposições; e, por último, identificar a influência de Gustavo Dodt Barroso no desenvolvimento das políticas de aquisição no período de sua gestão no MHN.

Ao iniciar a pesquisa em 2004, no Rio de Janeiro, os primeiros contatos com as fontes relativas ao Estado Novo e à gestão do MHN no período de 1937-1945 levaram-nos a tomar conhecimento da Exposição do Mundo Português, em um álbum de fotos colecionadas por Gustavo Barroso, com matérias que saíram na imprensa brasileira e portuguesa, divulgando a Exposição e a participação do Museu Histórico Nacional e do Brasil. Esta descoberta aliada ao convite para ministrar um Seminário na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em Lisboa, ocasião em que foi possível identificar algumas fontes na Sociedade de Geografia de Lisboa e adquirir publicações de autores portugueses que tratavam da Exposição do Mundo Português, levou-nos a buscar o aprofundamento do tema.

Esse contato inicial e superficial e a falta de informação nas fontes até então pesquisadas levaram-nos a entender que o Museu Histórico Nacional estava no Pavilhão Brasil 1940, em razão de ser esse o prédio mais citado e divulgado nas publicações. Assim, decidimos incluir o estudo sobre a Exposição do Mundo Português como um capítulo da tese. Após a qualificação, durante sete meses, desenvolvemos a coleta de dados em bibliotecas e arquivos de Portugal que serão listados mais adiante.

Nesse contato com as fontes documentais e bibliográficas, identificamos que a participação do Brasil na Exposição do Mundo Português (EMP) foi muito mais marcante do que até então pensávamos. Diante disto, tomamos a decisão de aprofundar nossa investigação sobre a exposição do Brasil, através do estudo das fontes existentes no acervo do MHN no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, no Pavilhão *Brasil Colonial*, tema ainda pouco tratado nas pesquisas brasileiras e portuguesas. O resultado foi o recorte sobre o tema da pesquisa anteriormente apresentado à seleção do Doutorado, quando a Exposição mudou seu *status* e passou de um capítulo da tese para a própria tese, continuando como objeto de estudo o MHN.

A partir de então, surgiram algumas questões que delineavam, a nosso ver, a concepção que estava fundamentando o MHN para a Exposição do Brasil Colonial em 1940, em Lisboa. Qual o discurso expositivo que o MHN buscou apresentar na exposição do Pavilhão Brasil Colonial? Quais os objetos levados para a exposição do Brasil Colonial? Quais os aspectos do período Colonial brasileiro trabalhados na Exposição do Pavilhão dos Portugueses no Mundo com o acervo do MHN? Essas questões levaram-nos à definição de novos objetivos, que a partir de então passaram a nortear a investigação.

Assim, a questão fundamental passou a ser a investigação do papel do MHN, através de seu acervo, na reconstrução histórica do *Brasil Colonial* na Exposição do Mundo Português em 1940. Para aprofundarmos o conhecimento sobre esse assunto, definimos os seguintes caminhos: investigar a EMP como um evento marcante das Comemorações Centenárias que contavam oito séculos de história dos portugueses no mundo; identificar o acervo do MHN selecionado para compor o Pavilhão Brasil Colonial na Exposição do Mundo Português; analisar os fatos históricos do *Brasil Colonial* considerados representativos a partir do acervo do MHN para a definição do circuito da exposição; estudar a influência de Gustavo Dott Barroso no desenvolvimento das decisões para a exposição do *Brasil Colonial*.

O nosso objeto de estudo, o MHN, continuava delimitado no período que é denominado na História do Brasil como o Estado Novo, que vai de 1937 a 1945. Na História de Portugal, o Estado Novo é delimitado em um período mais longo, que vai 1932 a 1974. O que nos aproximou desses dois momentos políticos de ditadura foi um evento ocorrido em 1940, em Lisboa, conhecido como *Comemorações Centenárias*, que pretendia marcar, com diversos eventos, os oito séculos da história dos portugueses no mundo.

No Brasil, para atender ao convite dos portugueses, algumas instituições foram identificadas com potencial de acervo histórico, por serem o espaço de representação da memória nacional. Dentre elas figurava o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, criado

pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que ficou responsável pela exposição do *Brasil Colonial* no Pavilhão dos Portugueses no Mundo na Exposição do Mundo Português.

Com o objetivo de trabalhar os documentos preservados em instituições portuguesas, relativos às Comemorações Centenárias, mais especificamente a Exposição do Mundo Português de 1940, foi necessário atravessar o Atlântico. Inclusive, foi nos arquivos e bibliotecas portuguesas que localizamos as fontes primárias mais relevantes para o estudo da Exposição no Pavilhão Brasil Colonial.

A Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), entidade que segundo Fernando Cristóvão¹ foi fundada em 1875, esteve ligada às explorações africanas e possui um Museu Histórico e Etnográfico, além de uma Biblioteca especializada nas áreas de etnologia, museologia e história. Na instituição, encontramos vários títulos sobre as exposições universais, os 19 volumes editados dos nove Congressos² instituídos pelo Decreto nº 29.087³, de 28 de outubro de 1938.

A Nota Oficiosa da Presidência do Conselho, datada de março de 1938, anunciou ao país a decisão de realizar os nove Congressos:

Como complemento de algumas das exposições, há a oportunidade de promover alguns congressos, êstes de caracter internacional. De entre os possíveis destaco apenas um Congresso do Mundo Português, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos da ciência, estrangeiros com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa Historia. É numa das secções dêste Congresso, onde se tratasse de política indígena e de colonização, poderiam ser versados com interêsse internacional problemas da maior oportunidade.⁴

¹ CRISTOVÃO, Fernando (Org.). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005. p. 905.

² I - Congresso de pré e proto-história, com sede no Porto (Universidade);
 II - Congresso de história medieval, com sede em Coimbra (Universidade);
 III - Congresso de história dos descobrimentos e colonização, com sede em Lisboa;
 IV - Congresso de história da Monarquia dualista e da Restauração, com sede em Lisboa;
 V - Congresso de história de Portugal, da Restauração ao Constitucionalismo, com sede em Lisboa;
 VI - Congresso de história de Portugal, do Constitucionalismo à Grande Guerra, com sede em Lisboa;
 VIII - Congresso de história da actividade científica portuguesa, com sede em Coimbra (Universidade);
 IX - Congresso Colonial, com sede em Lisboa.

³ A Secção de Congressos foi constituída com os seguintes convidados: Julio Dantas - director, Joaquim Leitao, director-adjunto, Profº Drº Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Conde de Penha Garcia – substituído, depois do seu falecimento, pelo Sr. General Jose Justino Teixeira Botelho, Engenheiro Francisco Nobre Guedes, Profº Drº Jose Maria de Queiroz Veloso, Profº Drº Antonio Esteves Mendes Corrêa, Profº Drº João da Providência e Costa, Afonso Dornelas, Comandante Quirino da Fonseca (substituído, depois do seu falecimento, pelo Comandante Fontoura Costa), Drº Manuel Múrias, secretário. Os Congressos em número total de dez ocorreram durante o período das Comemorações Centenárias, por seis meses. Sociedade de Geografia de Lisboa - Comissão Executiva dos Centenarios. Congresso do Mundo Português: Programas, discursos e mensagens. v. XIX (Índice Geral) Secção de Congresso, Lisboa, 1940. Este Decreto criou a organização da «Secção de Congressos», que ocorreu como evento das programações das Comemorações Centenárias.

⁴ SALAZAR, Antonio Oliveira. Nota Oficiosa. *Revista dos Centenários*, Lisboa, v.1, p.2-7, jan. 1939a. p. 6.

Trabalhamos na Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas (BAHOP), com os estudos arquitetônicos e expositivos projetados para a efetivação das mudanças que deveriam ocorrer na Praça do Império para possibilitar a realização da Exposição do Mundo Português. Aquele momento foi de fundamental importância, pois localizamos os estudos, os esboços e as plantas-baixas dos pavilhões e demais construções.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), instituição criada em 1796, foi possível trabalhar com diversos suportes de informação que estão disponíveis para o pesquisador, a exemplo de livros, periódicos, teses e obras raras. Tivemos a oportunidade de pesquisar as 24 publicações das Revistas dos Centenários, edições que foram lançadas entre 1939 e 1940, para tratar da divulgação das Comemorações Centenárias e também noticiar, para o público nacional e estrangeiro, os acontecimentos relativos aos preparativos em Lisboa, inclusive no Brasil.

Dr. Júlio Dantas⁵, presidente da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias, assim justificou a necessidade da publicação:

[...] a Revista dos Centenários» realizará a propaganda externa e interna das festas, chamando para elas, e para a alta significação dos acontecimentos históricos que se comemoram, a atenção de portugueses e de estrangeiros. Será um cartaz de larga expansão e de considerável mobilidade. Esforçar-nos-emos por torná-lo sugestivo e atraente.

Ao trabalhar essas fontes em Lisboa, percebemos que a participação do Brasil na Exposição do Mundo Português era um tema ainda pouco explorado nas teses, a despeito da riqueza de resultados e de caminhos que podem levar o pesquisador a muitas variantes em sua investigação. Com essa informação, buscamos registrar que as fontes que trabalhamos nos arquivos pesquisados ainda não haviam sido tratadas por pesquisadores brasileiros, o que nos levou, em determinados momentos, como o leitor irá observar, a dispor somente das fontes primárias como referências sobre o tema.

O Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT), arquivo central de guarda da documentação do estado português, criado em 1378, foi a instituição na qual encontramos a documentação mais reveladora para nosso trabalho. Isto porque, nos arquivos do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), que substituiu o Secretariado Nacional da Informação (SNI), localizamos uma vasta documentação sobre a participação do Brasil nas Festas Centenárias: as Atas das reuniões da Comissão Executiva da Exposição do Mundo Português, o Arquivo Salazar com a Nota Oficiosa, em sua versão original, manuscrita por Salazar, com rabiscos e correções antes de ser publicada, entre outros documentos.

⁵ DANTAS, Julio. Apresentação. *Revista dos Centenários*, Lisboa, v. 1, p. 1-2, jan. 1939a. p. 2.

Em Lisboa, na Biblioteca Nacional, trabalhamos também com o Catálogo Descritivo e Comentado, que possuía a relação dos objetos expostos no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, na Exposição do Brasil Colonial. Esse Catálogo permitiu-nos elaborar um inventário das peças, ano de produção, módulo expositivo e levantar todas as outras informações que constavam na proposta de Gustavo Barroso.

Ao retornar ao Brasil, voltamos ao Rio de Janeiro para pesquisar a Exposição do Brasil Colonial apresentada na Exposição do Mundo Português e coordenada por Gustavo Barroso, no acervo do Museu Histórico Nacional. A localização e aquisição do Catálogo Descritivo e Comentado, no Sebo Livraria Rio Antigo, foi também muito proveitosa para o desenvolvimento da pesquisa.

No Rio de Janeiro, procuramos identificar outras instituições que poderiam guardar fontes relativas a nosso tema, como o Arquivo Nacional. Infelizmente, já não existia o acervo de documentos do Ministério da Educação e Saúde (MES), relativos à gestão do Ministro Gustavo Capanema (1932-1961), em razão de problemas de conservação que levaram à degradação deste material. No Gabinete Português de Leitura, localizamos alguns livros publicados em 1940, em razão das Comemorações Centenárias portuguesas. No Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, localizamos três documentos, a exemplo da Carta de Arnon de Mello, com recado de Oscar Carmona para Getúlio Vargas, sobre a participação na Exposição do Mundo Português em 1940. Excetuando o MHN, nas outras instituições brasileiras, diferentemente do ocorrido em Lisboa, muito pouco foi encontrado.

As Comemorações Centenárias ocorreram em 1940, após o comunicado à população portuguesa feito por Oliveira Salazar⁶, Presidente do Conselho, pela Nota Oficiosa⁷ de 1938. Nessas Comemorações Centenárias, a Exposição do Mundo Português foi o evento mais estudado e publicado em diferentes abordagens e por vários autores portugueses. Encontramos, por exemplo, estudos sobre a luz, os congressos coloniais, os pavilhões, em diversos autores, a exemplo de: Alfredo Pimenta⁸, em seu livro *A Fundação e Restauração de*

⁶ Antonio Oliveira Salazar, professor, exerceu os seguintes cargos: Presidente do Ministério (5.7.32-11.4.33); Presidente do Conselho (a partir da Constituição de 1933 /11.4.33-18.1.36) e Presidente do Conselho (18.1.36-27.9.68). PEREIRA, Paulo (Dir.). História da arte portuguesa: do Barroco à contemporaneidade. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. (Coleção Temas de História). v. III; ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa, PT: Bertrand, 1996. p. 391-392. v. I (A-L).

⁷ A Nota Oficiosa era uma comunicação publicada, anunciando ou comentando algum fato à população. Esse procedimento foi criado por Salazar, mas As Notas passaram a ser lançadas tanto pela Presidência do Conselho como pelos Ministérios. Na Torre do Tombo existe um arquivo só com as Notas Oficiais. (AOS/CO/FI 2D - Notas Oficiais).

⁸ Alfredo Augusto Lopes Pimenta, nasceu em Guimarães em 3-12-1882 e faleceu, em Lisboa em 15-10-1950. Escritor e historiador, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1949-1950), escreveu *Elementos de Historia de Portugal*, 1923. Colunista do *Diário de Notícias*, 1927, Colunista de *A Voz*. Sócio fundador da Academia Portuguesa de História. DICIONÁRIO de História de Portugal: 9 (P/Z). Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1995. p. 80-82.

Portugal⁹, no qual consta a Conferência proferida na Sessão Solene da Câmara Municipal de Guimarães, em junho de 1940; Heloisa Paulo¹⁰, no livro *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil o SPN/SNI e o DIP*; Rui Afonso Martins dos Santos¹¹, com o texto *O Design e a Decoração em Portugal: Exposições e Feiras os Anos Vinte e Trinta* de sua Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea; Aquilino de Oliveira Ribeiro Machado¹², com a Dissertação de Mestrado intitulada *Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo'98*; Rui Barreiros Duarte¹³, com a Tese *A Arquitectura do Efêmero: as Grandes Exposições*; e Margarida Acciaiuoli¹⁴, com o livro *Exposições do Estado Novo 1934-1940*.

No Brasil, encontramos alguns autores que tratam da Exposição do Mundo Português, discutindo a estética fascista e, algumas vezes, o Pavilhão Brasil 1940. Nesse aspecto aparece o destaque da obra *O Café*, do artista Candido Portinari, na Tese de Doutorado em História, de Luciene Lehmkuhl¹⁵ e da publicação de Maria Bernadete Ramos Flores¹⁶, intitulada *Tecnologia e Estética do Racismo: Ciência e Arte na Política da Beleza*; Mariza Corrêa¹⁷ com o artigo *O Mistério dos Orixás e das bonecas*; Omar Ribeiro Thomaz¹⁸ com seu livro *Ecos do Atlântico Sul*. Em relação a nosso objeto de estudo, entretanto, pouco encontramos na literatura consultada. Há, raras vezes, uma referência sobre a participação do MHN em publicações que tratam da trajetória do Museu, como no trabalho de Aline Montenegro¹⁹, *Culto a saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico*

⁹ PIMENTA, Alfredo. *A fundação e restauração de Portugal*. Conferência proferida na Sessão Solene da Câmara Municipal de Guimarães em junho de 1940. Lisboa: Câmara Municipal de Guimarães, 1940.

¹⁰ PAULO, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra, PT: Livraria Minerva, jul. 1994.

¹¹ SANTOS, Rui Afonso Martins dos. *O design e a decoração em Portugal: exposições e feiras os anos vinte e trinta*. 1994. 452 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa-PT, 1994. v. 1.

¹² MACHADO, Aquilino de Oliveira Ribeiro. *Os espaços públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo'98*. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Desenvolvimento Regional) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

¹³ DUARTE, Rui Barreiros. *A arquitectura do efêmero: as grandes exposições*. 1992. 333 f. Tese (Doutorado em Arquitectura) - Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992.

¹⁴ ACCIAIUOLI, Margarida. *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizontes, 1998.

¹⁵ LEHMKUHL, Luciene. *Entre a tradição e a modernidade: o café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português*. 2002. 195 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, p.12.

¹⁶ FLORES, Maria Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

¹⁷ CORREA, Mariza. O mistério dos Orixás e das bonecas; raça e gênero na antropologia brasileira. *Etnográfica*, São Paulo, v. IV, p. 233-265, 2000.

¹⁸ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representação sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: UFRJ; Fapesp, 2002.

¹⁹ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional 1922-1959*. Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias).

Nacional 1922-1959; e o artigo de Regina Abreu²⁰ nos *Anais*²¹ do Museu Histórico Nacional.

Na literatura museológica pesquisada, encontramos trabalhos sobre Museus Históricos que estudam as coleções, objetivando a identificação das políticas de aquisição ou traçam os perfis biográficos de colecionadores e os objetos que foram adquiridos em sua trajetória de vida²².

A antropóloga Regina Abreu²³, no livro publicado em 1996 com o título *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*, estuda a coleção composta de 700 peças do Ministro Miguel Calmon, doada ao Museu Histórico Nacional em 1936, após sua morte. A pesquisa toma a coleção como ponto de partida para o entendimento de processos culturais e simbólicos, numa instituição que associava memórias individuais a uma representação do Brasil.

Cada Coisa em seu Lugar: Interpretação do Discurso de um Museu de História é o trabalho investigativo realizado por José Bittencourt,²⁴ que desenvolveu seu estudo sobre o MHN entre 1922 a 1950. Neste trabalho, o pesquisador analisa o discurso apresentado no Museu, com base nas exposições que ocorreram no período e “[...] contava a história de um país sem povo [...]”²⁵.

Na pesquisa de Cícero Antônio Almeida²⁶, denominada *Fontes para a História do Correio no Brasil entre 1798 e 1843: as correspondências pré-filatélicas do Museu Histórico Nacional*, o autor busca analisar a história dos serviços postais no Brasil, contados pelas cartas, selos e carimbos, documentos que compõem a coleção do MHN.

No que diz respeito à Exposição Histórica do Brasil, foi possível localizar um artigo escrito pelo próprio Gustavo Barroso²⁷, intitulado *A Exposição Histórica do Brasil e seu*

²⁰ ABREU, Regina. Memória, história e coleções. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 37-64, 1996a.

²¹ Publicação do MHN, criada em 1940.

²² POSSANI, Zita Rosane. Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre EST Edições, 2001. BARROSO, Vera Lúcia Maciel. A função dos museus históricos. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 153-161, 2000. BREFE, Ana Cláudia. Museus históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 5, p. 175-203, 1997.

²³ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996b.

²⁴ BITTENCOURT, José. *Cada coisa em seu lugar: interpretação do discurso de um Museu de História*. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2003. v. 8-9. p.151-173.

²⁵ *Ibidem*, p. 158.

²⁶ ALMEIDA, Cícero Antônio. Fontes para a história do Correio no Brasil entre 1798 e 1843: as correspondências pré-filatélicas do Museu Histórico Nacional. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.27, p. 113-133, 1995.

²⁷ BARROSO, Gustavo A. L. G. Dodt da Cunha. *A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo*. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 1, Apêndice. p. 235-247, 1941a.

catálogo, publicado no primeiro volume dos Anais do MHN de 1941. No Arquivo Institucional do MHN, encontramos o Relatório²⁸ redigido após a viagem de volta ao Brasil e enviado ao Ministro Capanema. Neste último, relata os detalhes sobre o acervo e a exposição montada em Lisboa, bem como sua participação como representante do Brasil.

Para os propósitos deste trabalho, optamos por fazer a leitura dos números editados a partir do ano de 1941(I) ao ano de 1998(30). Os artigos publicados nesse período permitiram-nos o acesso ao conhecimento produzido sobre o acervo, a história da instituição e seus pesquisadores. Com esta publicação Gustavo Barroso pretendia possibilitar a fruição dos estudos sobre o acervo, a instituição e seus pesquisadores, em resumo, a divulgação científica da Casa do Brasil, como avalia Aline Montenegro²⁹, ao afirmar que os “Anais podem ser considerados o grande veículo de divulgação do acervo do Museu [...]”

Gustavo Barroso³⁰ antecipava-se, apresentando uma definição para os museus de história como espaços que reuniam os mais diversos objetos — as coleções —, tendo por finalidade “[...] a definição dos períodos que vai abranger, os fatos, episódios ou locais que vai recordar; de modo que concorrerá para a cultura nacional e definição das relações com o governo”. Em 1939, em sua obra *História Secreta do Brasil*, Gustavo Barroso³¹ apresentava a seguinte definição de história: “[...] não é propriamente uma ciência; é antes de tudo uma arte.”

Sobre a atuação de Gustavo Barroso como historiador, é possível identificar, em diferentes períodos, autores que afirmam as contradições teóricas e metodológicas de seu trabalho. Em Regina Abreu³² está posto que uma “[...] divergência entre a construção histórica de Barroso e a construção histórica que a República, em seus primeiros anos procurou consolidar [...] Barroso, em contraposição, seguia a tendência que fundamentava as bases da tradição nacional no Império”. José Honório Rodrigues³³, por sua vez, acusa Gustavo Barroso de não ter “[...] idéia do que era história [...]” e cita, para corroborar sua posição, um trecho do discurso do Pedro Calmon, ex-Secretário do MHN: “[...] no Museu, Barroso deixou a marca

²⁸ BARROSO, Gustavo A.L.G. Dodt da Cunha. *Relatório do Museu Histórico Nacional*. Apresentado ao Sr. Ministro da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1941b. (datilografado) 27 p. (MES-MHN - Ofícios Expedidos – jan./jun. 1941-1942).

²⁹ MAGALHÃES, 2006, p. 85.

³⁰ BARROSO, Gustavo A.L.G. Dodt da Cunha. *Introdução à técnica de Museu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1951. v. I. Parte Geral e Básica. p. 22.

³¹ BARROSO, Gustavo A.L.G. Dodt da Cunha. *História Secreta do Brasil*. Primeira Parte do Descobrimento a Abdicação de D. Pedro II. Terceira Edição. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 13.

³² ABREU, 1996, p. 52.

³³ RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: A historiografia conservadora*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1988. v. II, Tomo I. p. 198. O autor faz uma análise sobre as publicações que Gustavo Barroso editou, a exemplo de *História Secreta do Brasil (1936-1938)*, *Brasil, Colônia de Banqueiros (1934)* entre outras.

do seu temperamento com o militarismo inato de sua vocação histórica voltada para o patriotismo [...]”

Diante desse quadro, passamos a pesquisar o que norteou a produção de Gustavo Barroso, diretor do MHN, em sua proposta para a Exposição do Brasil Colonial. Neste trabalho, tratamos da participação do Brasil, por meio do Museu Histórico Nacional, com seu acervo, na Exposição do Mundo Português, em 1940, na exposição sobre o Brasil Colonial, realizada em Lisboa. Trabalhamos com os fatos históricos e personagens consideradas representativas da História do Brasil, levando em consideração que, no circuito da exposição, Gustavo Barroso pretendia apresentar o Brasil português.

No decorrer da pesquisa, utilizamos fontes iconográficas, tendo como suportes documentais os registros fotográficos dos eventos realizados na Exposição do Mundo Português e do Brasil Colonial, os álbuns de fotos das exposições, os catálogos, como também os registros audiovisuais e as fichas de documentação do acervo e a documentação administrativa do MHN.

Ao pesquisar a Exposição Universal de 1889, em Paris, Heloisa Barbuy³⁴ já havia concluído que, além “[...] das próprias exposições como meios de fascinar e instruir, os organizadores empenham-se em difundi-la (e assim também suas crenças), por outros meios: imprimem-se plantas, guias, documentos oficiais, crônicas e abundante iconografia”. Entendemos que as imagens e escritos relativos à Exposição do Mundo Português, apresentados nessas fontes são testemunhos de momentos registrados por seu significado na relação com o momento histórico que estavam retratando e, por meio deles, podemos identificar as questões relativas aos personagens e fatos que fazem parte de nosso objeto de estudo.

As fontes encontradas permitiram definir, no universo da Exposição do Mundo Português, o que pretendíamos estudar e discorrer sobre o tema, uma vez que nosso olhar selecionou um determinado Pavilhão situado na Praça do Império, denominado *Portugueses no Mundo*. Nesse mundo tão cheio de histórias estava o *Pavilhão do Brasil Colonial* com o acervo do Museu Histórico Nacional.

Assim, para viabilizar este trabalho e avaliar o papel desempenhado pelo MHN nesse contexto histórico, utilizamos a documentação existente no Arquivo Institucional e no Arquivo Histórico do MHN, a saber: Regimento Interno do Museu, Relatórios de viagem enviados ao Ministro Gustavo Capanema por Gustavo Barroso, Proposta Conceitual para a Exposição.

³⁴ BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de Paris de 1889: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 24.

Outro momento foi a leitura das Atas das Reuniões da Comissão dos Centenários portugueses, documentação que nos proporcionou a análise de conteúdos do que ficou registrado sobre cada reunião, bem como as decisões tomadas no que se refere à Exposição do Mundo Português. O Catálogo Descritivo e Comentado da Exposição do Pavilhão do Brasil Histórico, elaborado por Gustavo Barroso³⁵, para avaliar os procedimentos para a reunião dos mais diversos objetos — as coleções —, e quais eram suas finalidades na *construção* da História do Brasil, também foi leitura elucidativa. Isto porque, os objetos considerados importantes ou mais significativos foram assim valorizados e selecionados porque participaram, de algum modo, do cotidiano de seus antigos proprietários, de momentos considerados como relevantes para o evento. Ao agregarmos a esse material uma camada de valor, ele é dignificado a ponto de se tornar testemunho material da memória nacional.

Outros valores, entretanto, adicionavam-se a essa superfície material: eles poderiam, uma vez expostos, refletir um passado idealizado, romântico e heróico. Para captar esses valores foi necessário trabalhar com os catálogos das exposições, os registros fotográficos que apresentaram os objetos nos circuitos expositivos e a documentação museológica dos objetos do acervo permanente do Museu no período. Neles investigamos os dados preservados e pesquisados para entendermos os objetos, sua exposição e, conseqüentemente, a relação com a temática expositiva do Brasil Colonial.

Outras fontes utilizadas foram as iconográficas, tendo como suportes documentais os registros fotográficos de eventos realizados antes, durante e depois da Exposição. Também os registros audiovisuais e pictóricos, a exemplo de cartazes, folders, guias e panfletos da Exposição do Mundo Português. Consultamos também jornais publicados no Brasil e em Portugal, que noticiavam a preparação e o desenrolar dos acontecimentos durante as Comemorações Centenárias, bem como as ações e o que foi feito com a “Cidade das Ilusões” após o evento.

A adoção de todos esses procedimentos para o levantamento e o estudo da documentação sobre a Exposição do Mundo Português e o Pavilhão Brasil Colonial foi importante para a compreensão da Exposição. Como sugere Heloisa Barbuy³⁶, este é

[...] um princípio educativo-doutrinário subjacente a toda a empreitada das exposições. A partir dos discursos, projetos e explicações que antecedem suas realizações, e pela

³⁵ BARROSO, Gustavo A.L.G. Dodt da Cunha (Org.). *Catálogo Descritivo e Comentado do Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente*. Exposição do Museu Histórico Nacional. Lisboa: [s.n.], 1940a. Não paginado.

³⁶ BARBUY, 1999, p. 17.

busca ou afirmação de princípios neles contidas, percebe-se que, de fato, são elas montagens calcadas num arcabouço muito sólido de valores e intenções.

Nos capítulos da tese, seus conteúdos estão orientados pelo processo de construção da própria Festa Centenária, as implicações com a Exposição do Mundo Português e com o objeto em estudo: O “Brasil Colonial” e a Exposição do Mundo Português de 1940. Assim, vejamos:

No Capítulo 1, *Início da Festa: a Idéia das Comemorações Centenárias*, trabalhamos com a documentação que nos proporcionou a compreensão dos procedimentos para a concretização da Festa, os personagens envolvidos, a idéia como forma e conteúdo. A Festa era uma iniciativa do Estado Português, o que nos levou às publicações que apresentavam a legislação para viabilizar a concretização do evento com suas determinações, com base em decretos, portarias e nomeações dos eleitos para a construção da história dos portugueses no mundo. E também os custos para a criação da Cidade das Ilusões, isto porque, segundo Maria Bernadete Ramos Flores³⁷, a “[...] história aí esculpida. Cenário de gigantes, a Exposição do Mundo Português foi povoada por homens-de-pedra-e-cal que encarnavam as grandes personagens da história”.

Ainda no Capítulo 1, um ponto muito significativo foi o programa, ou os programas das Festas, em razão de muitas mudanças e ajustes. Foram tantos que, em alguns momentos da pesquisa, foi preciso parar para entender o que realmente foi mantido e o que foi suprimido. É importante registrar que estamos pesquisando um período de censura, que pode ser percebido e localizado em documentos, jornais e livros. Algumas vezes, entretanto, pairava a dúvida, ou melhor, a desconfiança do que estava contido no documento, pois poderia não representar o que realmente ocorrera no evento. Cartas cifradas, com expressões “codificadas”, também eram trocadas entre os membros da Comissão Executiva da Exposição do Mundo Português, não se constituindo uma prática exclusiva dos órgãos de segurança.

No Capítulo 2, *A Nação Irmã – No Brasil: a Preparação do Filho Ilustre*, o título teve o propósito de revelar certa contradição do que seria a representação em Lisboa. Iriam os filhos ou os irmãos de Portugal? Filhos foi o grau de parentesco empregado simbolicamente no convite feito no item 4 da Nota Oficiosa, que chamava o Brasil para participar das festas como filho ilustre. Mas Getulio Vargas nos indicava como o irmão e, às vezes, como o menino da família portuguesa.

A construção deste capítulo revelou-se uma agradável surpresa, a despeito da dificuldade de encontrar as fontes que esclarecessem o que se pretendia com o convidado, os bastidores do convite, a comissão indicada, o que iria apresentar o Brasil. Foi quando

³⁷ FLORES, 2007, p. 153.

localizamos a pasta intitulada *Participação do Brasil nas Comemorações Centenárias*³⁸, nos arquivos da Torre do Tombo, com documentos referentes à tramitação relativa à participação do Brasil, como cartas, ofícios, sugestões, ofícios e bilhetes de autoridades brasileiras, que se constituiu no achado mais importante e revelador.

Assim, neste capítulo, tratamos sobre os acordos, encontros e desencontros, influências de intelectuais portugueses em definir/sugerir como devia apresentar-se o convidado para fazer da participação do Brasil um momento singular nas festas portuguesas. Esses documentos, segundo informações dos funcionários da Torre do Tombo, nunca foram pesquisados por brasileiros.

É chegado o momento de apresentar a concretização da Exposição, pois o evento foi inaugurado dentro de um vasto programa (descrito no Capítulo 1), para transcorrer durante sete meses de Festas. Era a “ilha de paz em tempos de Guerra”, em razão de a Exposição ocorrer no período em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial.

Esses conteúdos estão no Capítulo 3, *Exposição do Mundo Português: Apoteose*, no qual trabalhamos as exposições nos Pavilhões, que totalizaram 17 prédios, que iam da Colonização ao Jardim Colonial, apresentando todos os heróis, reis e fatos históricos relacionados com 1140, 1640 e 1940. Símbolos decorativos se multiplicavam nos ambientes, como as esferas armilares, espadas, escudos. Também as Rainhas Santas e os Santos Heróis estavam em esculturas, desenhos, altos e baixos-relevos que buscavam contar a história em imagens.

As autoridades portuguesas e estrangeiras e o povo participavam dos atos solenes; as autoridades discursavam, demonstrando eloquência e conhecimento sobre os fatos que estavam nas imagens históricas. As inaugurações solenes eram realizadas uma por vez, ou seja, era inaugurado um Pavilhão por dia e uma atmosfera festiva marcava o evento.

Por fim, apresentamos a exposição do Brasil no Pavilhão Brasil Colonial. Neste Capítulo 4, trabalhamos com o acervo do Museu Histórico Nacional, escolhido para narrar a História do Brasil Colonial, visto que os objetos que garantiam essa memória faziam parte do patrimônio do país e estavam preservados nos Museus brasileiros.

Durante a pesquisa, percebemos os encaminhamentos que Gustavo Barroso, em decisões pessoais, proporcionava para acrescentar a essa narrativa expositiva, ratificando na herança portuguesa no Brasil, marcada por documentos que provavam os fatos ou foram criados para serem contados no Espaço do Pavilhão dos Portugueses no Mundo.

³⁸ Arquivo Oliveira Salazar - Presidência do Conselho (AOS/CO/PC 22 A).

No final de 2007, quando concluíamos a tese, participamos do Colóquio *Variações Sobre um Mesmo Tema: Interpretações do Brasil e do Estado Novo*³⁹. O encontro buscava reunir pesquisadores de diversas vinculações disciplinares que tinham em comum o Estado Novo como momento político para as análises sobre memória, arte, música e cinema.

Por último, é importante registrar que nossa pesquisa foi realizada com base na documentação gerada pelo Estado e pelas autoridades em seus cargos diretivos, que representavam o poder vigente na época. Acrescentamos ainda que a documentação a que tivemos acesso permitiu-nos perceber a manipulação da informação nesse período de liberdade cerceada, de tal modo que hoje estão preservados nas bibliotecas e arquivos de instituições públicas de memória do Brasil e de Portugal, oportunizando aos pesquisadores o acesso à documentação, ao tempo em que possibilita a construção de novas histórias, em razão do olhar que cada um depositará sobre o que está nas entrelinhas dos documentos preservados.

³⁹ O Colóquio aconteceu no período de 21 a 23 de novembro de 2007 no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi coordenado pelo Programa de Pós-graduação em História, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro Sócio-Econômico e Núcleo de Estudos sobre Pensamento Político, com o propósito de marcar os 70 anos da instalação do Estado Novo no Brasil. Nesse evento foram apresentados trabalhos sobre: O totalitarismo nas lentes do DIP/ Estado Novo: Cine Jornal Brasileiro - Cássio Tomain (UNIFRAN); Espelhos partidos: música popular e vozes destoantes em tempos de ditadura - Adalberto Paranhos (UFU); Por que as paredes ouvem e falam? O uso de retratos e imagens em tempos de nacionalização - Rogério Luiz de Souza (UFSC), entre outros. Na oportunidade, foi possível adquirir algumas publicações lançadas durante o evento e ainda utilizá-las na tese.

1 INÍCIO DA FESTA: A IDÉIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

“Vinde a Portugal em 1940!
Se não o conheceis ainda-vereis como uma terra saturada de história acorda para a vida moderna, como uma velha nação se renova e progride, graças à inteligência e a energia dum homem extraordinário, Salazar, que tem a ajudá-lo um povo que gosta de trabalhar que gosta de transformar as pedras, por quotidiano) milagre dos seus músculos e da sua enxada, em flores, em frutos, em vinho e em pão [...]”¹

1.1 A IDÉIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

O Estado Novo² português é caracterizado como um estado autoritário e ditatorial em razão das questões de instabilidade³ interna e externa que estavam acontecendo em Portugal, na Europa e no Mundo. No caso português, viviam-se momentos de conturbações que decorriam dos golpes republicanos e militares ocorridos entre 1925-1927 que acompanharam os vários governos instalados e não contribuíram para a regularização no poder dos representantes da República.

Importante registrar que além da situação política também contribuía a situação econômica, que levava o país a uma dívida externa que se multiplicava a cada ano. Esse quadro, além de justificar a instalação de um estado autoritário, trouxe à cena política, para o cargo de Ministro das Finanças, o professor e acadêmico Dr. Antonio Oliveira Salazar⁴, que conseguiu equilibrar, interna e externamente, as finanças portuguesas. Em razão do resultado de seu exercício na pasta das Finanças, o Ministro chegou ao cargo de Presidente do Conselho

¹ CONVITE. *Portugal Oito Séculos de História: 15*. Lisboa, 1940. p. 13-14.

² Estamos denominando de *Estado Novo Português* a periodização a partir da chegada à presidência da República do General Carmona (1928), que iniciou a Segunda República, até o Movimento das Forças Armadas denominado de *Revolução dos Cravos*, em 1974. O período circunscrito a este trabalho é o ano de 1940, em razão das comemorações centenárias em Lisboa.

³ Referimo-nos à Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Para maiores detalhes, ver BEIGUELMAN-MESSINA, Giselle. *A guerra espanhola 1936-1939*. São Paulo: Scipione, 1994; THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v. 1.

⁴ Antonio Oliveira Salazar, professor da Universidade de Coimbra, exerceu os seguintes cargos: Presidente do Ministério (5.7.1932-11.4.33); Presidente do Conselho (a partir da Constituição de 1933-11.4.33-18.1.36) e Presidente do Conselho (18.1.36-27.9.68). Era Presidente do Conselho quando das Festas Centenárias, em 1940, e lançou a *Nota Oficiosa* para as festas.

que, de acordo com a Constituição de 1933, art.107, passava a ser um órgão de soberania e seu presidente detinha o poder de presidir e dirigir o Ministério e seus ministros e também de fazer as leis e expedir os decretos⁵.

Para Rosas e Brito⁶, a “[...] entrada de Salazar para o Governo como «ditador das finanças» marca na realidade, o início do curto, mas decisivo, período do conúbio fascista-salazarista para varrer os republicanos conservadores da liderança do governo da situação”. Esse foi o repertório mais utilizado, na maioria dos documentos elaborados para as publicações oficiais e propaganda do governo salazarista. Este assunto foi o mais recorrente no período relativo a nosso estudo, em razão de estar na seqüência dos desdobramentos da chegada de Oliveira Salazar ao poder.

Na literatura publicada pelo Estado, a cargo do Secretariado da Propaganda Nacional, com o objetivo de registrar os grandes feitos, é possível localizar a propaganda positiva, sobre as qualidades pessoais do Dr. Salazar, sobre os ajustes financeiros que salvaram o povo e o país da “herança do passado”⁷. Assim,

Quando, em 27 de Abril de 1928, o sr. dr. Oliveira Salazar tomou posse da pasta das Finanças, a situação podia ser classificada de angustiosa - angustiosa pelo estado de ruína material que se atingira e pela convicção quase geral de que se não podia lutar contra a fatalidade implacável das circunstancias criadas pela incompetência, pela imprevidência e pela criminoso levandade dos governos democráticos⁸.

E continua de forma enfática: “O país estava envolvido num deficit publico, devido as taxas de juros altíssimas, descrédito dos títulos portugueses no mercado. Ao assumir o poder Salazar promoveu um rígido controle e equilíbrio do orçamento em 1928, como Ministro das Finanças.”⁹

Como o país atingiu seu controle político e econômico, era chegado o momento de comemorar, levar o povo a sorrir e ter orgulho de ser português. Para Rosas¹⁰:

[...] o Estado Novo, o advento do Salazarismo e as suas principais características definidoras no plano interno e externo, tudo culminando no «ano áureo» de 1940, quando o Portugal de Salazar — «oásis de paz num mundo em Guerra» — sonhava eternizar-se sem ser seriamente afectado pelo conflito mundial [...]

⁵ ROSAS; BRITO, 1996.

⁶ ROSAS, Fernando. *História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)*. Portugal: Editorial Estampa, 1994. v. 7. p. 79.

⁷ *Herança do passado* será uma expressão recorrente em vários momentos, indicando uma visão positiva ou negativa dessa herança.

⁸ O ESTADO Novo: princípios e realizações. 2. ed. Lisboa: Edições SPN, Secretariado Propaganda Nacional, 1940. p. 9.

⁹ *Ibidem*, p. 9.

¹⁰ ROSAS, op. cit., p. 12. O orçamento da Exposição foi de 35 mil contos. ROSAS; BRITO, op. cit.

O ano das Comemorações Centenárias foi previamente escolhido: 1940. Seria, então, o momento de comemorar o passado (1140 e 1640) e o presente 1940, para consolidar os próximos caminhos a serem percorridos em direção ao futuro. Corroborando essa tese, Paulo¹¹, afirma:

Em 1940, em plena guerra, a exposição do Duplo Centenário apresenta Portugal ao mundo como uma ilha de paz rodeada por um continente em conflito. A Concordata com a Igreja e o Acordo Missionário, feitos no mesmo ano, afirmam a postura do regime como defensor do ideal da paz cristã. A Igreja tem o caminho aberto para o trabalho missionário, enquanto o Cardeal Cerejeira firma a promessa da construção do Cristo-Rei caso Portugal mantenha a sua posição de “neutralidade”.

Na “ilha” de paz, a despeito do que acontecia ao redor do país, a festa representava um momento de conagração e participação daqueles que foram identificados como convidados. As relações com o dono da festa, nesse caso o Estado, se davam em várias modalidades e níveis. A comemoração de oito séculos dos portugueses no mundo perpassava a história do Brasil que, por suas relações com esta história, foi convidado pelo Presidente do Conselho do Governo de Portugal a participar, desde a Nota Oficiosa de 1938. É importante registrar que este foi o único país estrangeiro a ser convidado.

As chamadas *Comemorações Centenárias*, *Festas dos Centenários* e *O Duplo Centenário da fundação e da restauração de Portugal*, foram marcadas por um vasto Programa¹², com uma série de eventos, como congressos, romagens¹³, desfiles históricos, exposições e construções que deveriam registrar esse momento de um povo único no mundo com oitocentos anos de história. Nessas comemorações, o momento identificado como síntese, a apoteose da festa, foi a Exposição do Mundo Português, quando o Brasil, como convidado especial, apresentou-se para as comemorações centenárias. Para Augusto de Castro¹⁴:

Essa exposição deve ser uma síntese da civilização portuguesa e da sua projeção universal. Mas uma civilização, oito vezes secular, como a nossa não é apenas constituída pela acção dos seus heróis, pela sua expansão geográfica e pelas suas conquistas: é também obra dos seus Santos e dos seus Poetas. A história narrada em imagem, que será a Exposição de 1940, deve ter, pois, a sua expressão heróica e

¹¹ PAULO, 1994, p. 38.

¹² No Programa das Comemorações Centenárias (Apêndice A) é possível visualizar-se a distribuição dos eventos (desfiles, congressos) durante sete meses de ações durante essas comemorações. A Exposição do Mundo Português que estamos estudando fez parte dessas comemorações, como um de seus vários eventos.

¹³ *Romagens* eram os desfiles que aconteceram durante as Festas Centenárias, a exemplo do Cortejo Histórico do Mundo Português, desfiles cívicos, desfiles da Mocidade Portuguesa etc.

¹⁴ CASTRO, Augusto de. *A Exposição do Mundo Português: e a sua finalidade nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1940a. p. 18-19.

política, que é certamente a principal e fundamental. Mas não pode prescindir das expressões lírica e mística que são características do génio português.

A exposição, no início do século XX, foi mais um recurso utilizado para a divulgação e apresentação do progresso dos povos, das descobertas científicas e tecnológicas que contribuiriam para o futuro da humanidade. Esta era uma prática que ocorria desde o século XIX. Do mesmo modo, a divulgação da produção dos estados por meio de exposições foi iniciada com a exposição de carácter internacional, que ocorreu em Londres, no Crystal Palace, em 1851¹⁵.

Ao ser inaugurada, a Exposição de Londres exibia trabalhos da indústria de todas as Nações e, pela primeira vez, foi aberta a outros países. Contou com a participação de 34 nações, dentre elas Portugal, Espanha, China, Turquia, Egito, Áustria, Estados Unidos da América, Bélgica, França, Suécia, Dinamarca, Holanda, Peru, Venezuela, que expunham produtos obedecendo à seguinte classificação: matérias-primas, maquinaria, manufaturas e belas artes¹⁶.

Em 1998, quando da edição da Expo 98 em Portugal, foi lançada a publicação *Coleções Exposições Universais*, que tinha por objetivo divulgar cada exposição realizada nas diversas partes do mundo. Quando analisa o advento das Exposições Universais, Oliveira¹⁷ afirma: “[...] exposições universais foram, desde a primeira em Londres em 1851, a montra luxuosa de dois grandes princípios: a celebração apoteótica do progresso e a exaltação nacional.” Em razão disto, com o passar do tempo, aos processos expositivos foram acrescentadas outras temáticas. Sobre estas exposições, Janeira¹⁸ comenta:

Nas exposições há preocupação com a apresentação de novos objetos e produtos que são oriundos do progresso e da técnica favorecidos para instruir e indicar o povo, são realizados em Grandes Pavilhões ou Palácios que tratam do abrigo e apresentação dos objetos científicos, artísticos, técnicos e culturais, que ao final eram dedicados a novas utilizações culturais e institucionais ou então eram simplesmente demolidos ou queimados.

¹⁵ MACHADO, 2004.

¹⁶ CRUZ, Isabel; LICO, Isabel. Exposições Universais no século XIX: Relatos e imagens a propósito das participações portuguesas e espanholas. In: MOURÃO, Jose Augusto; MATOS, Ana Maria Cardoso; GUEDES, Maria Estela. *O mundo ibero-americano nas grandes exposições*. Lisboa, Pt: VEJA, 1998. (Coleção Outras Obras). p. 109-130.

¹⁷ OLIVEIRA, 1996, p. 7.

¹⁸ JANEIRA, Ana Luisa. As exposições universais do século XIX: Pavilhões efêmeros. Progresso sem fim. In: MOURÃO, Jose Augusto; MATOS, Ana Maria Cardoso; GUEDES, Maria Estela (Orgs.). *O mundo Ibero-Americano nas grandes exposições*. Lisboa, PT: VEGA, 1998. p. 11-30. (Coleção Outras Obras). p. 16.

Em outro trabalho, que toma como objeto de investigação a Exposição Universal de Paris, realizada em 1889, Heloisa Barbuy¹⁹ questiona seu uso, ao afirmar que passaram a ser “[...] um fenómeno de visualidade, com grande poder de difusão de imagens. Poder, sem duvida, superior ao dos meios escritos ou impressos em geral. Mas por que exatamente? Por que a exposição é uma forma concebida para veicular conceitos e valores?” Ao responder ao próprio questionamento, a autora argumenta: “[...] são manifestações especialmente ricas da ‘sociedade do espetáculo’ pois funcionam como uma espécie de amálgama de vários outros espetáculos concebidos para a apreensão visual, mistos de museus, teatros, atrações populares e vitrines comerciais.”²⁰.

Diante desse quadro, a amplitude que tomaram as exposições nesse período fez com que, em 1928, em Paris, fosse necessário o estabelecimento de um documento que normalizasse esses eventos. Ao ser aprovado, foi intitulado de “Convenção de 22 de novembro *Relativa às Exposições Universais*”²¹. No artigo 1º. do Título I – Definições e objectivo, estava a definição do que se entendia por exposição:

1 - Uma exposição é uma manifestação que, qualquer que seja a sua denominação, tem como fim principal instruir o público, ao fazer o inventário dos meios de que o homem dispõe para satisfazer as necessidades de uma civilização e fazer sobressair num ou vários ramos da actividade humana os progressos realizados ou as perspectivas futuras²².

O importante, entretanto, é registrar que a Exposição do Mundo Português, objeto deste estudo, não correspondia ao estabelecido no artigo 1º, pois era histórica, como registram os discursos, e reconhecida como a primeira que acontecia no mundo.

As primeiras notícias sobre as comemorações das festas nacionais centenárias foram veiculadas no ano de 1929, quando foi divulgado o conteúdo da Carta intitulada *Um Português ausente de Portugal*, no artigo do escritor Agostinho de Campos, intitulado *1140-1640-1940*, publicado no Diário de Notícias²³. Hoje se sabe que o texto era de autoria do Ministro de Portugal em Bruxelas, Dr. Alberto de Oliveira²⁴.

¹⁹ BARBUY, 1999, p. 49-50.

²⁰ Ibidem, p. 50.

²¹ Convenção de 22 de novembro de 1928, *Relativa às Exposições Universais*, modificado e completado pelos protocolos de 10 de maio de 1948, 16 de novembro de 1966 e 30 de novembro de 1972. Atualmente está em vigor o Decreto 72/1983.

²² Ibidem, p. 3.

²³ CAMPOS, Agostinho. 1140-1640-1940. *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 fev. 1929. Matéria publicada na íntegra na Revista dos Centenários, Lisboa, n. 1, p. 9-11, jan. 1939.

²⁴ Alberto de Oliveira (1884-1940) foi Embaixador de Portugal em Bruxelas. Escreveu o artigo *Carta de um português ausente de Portugal*, em 1929, lançando a idéia de se comemorar oito séculos de história dos portugueses no mundo. Foi nomeado Presidente da Comissão Nacional dos Centenários, substituída pela Comissão Executiva dos Centenários. Não participou da inauguração da Exposição do Mundo Português em razão da sua morte, que ocorreu em 23 de abril de 1940, conforme registrado no documento SNI- 2820 - Acta 64.

1140 — 1640 — 1940

O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», DE 20 DE FEVEREIRO DE 1929, PUBLICAVA, EM FUNDO, UM ARTIGO DO ESCRITOR SR. DR. AGOSTINHO DE CAMPOS, SOB O TÍTULO ACIMA E QUE A SEGUIR REPRODUZIMOS, NO QUAL SE ENCONTRA A CARTA DE «UM PORTUGUÊS AUSENTE DE PORTUGAL», QUE HOJE SE SABE TER SIDO ESCRITA PELO SR. EMBAIXADOR DR. ALBERTO DE OLIVEIRA, AO TEMPO MINISTRO DE PORTUGAL EM BRUXELAS.

Não podemos deixar de publicar, aliviada de amabilidades que agradecemos, mas não merecemos, a carta que nos dirige *um Português ausente de Portugal*.

«...Não seria conveniente escolher entre as várias datas contidas no período de formação da nacionalidade portuguesa uma qualquer que servisse para comemorarmos com grande solenidade e a suficiente preparação, o oitavo centenário da fundação de Portugal?

A de 1140 tinha a meu ver a vantagem de coincidir centenariamente com a de 1640, data da independência restaurada; e, assim, poderíamos celebrar a grande comemoração em 1940, isto é, daqui por onze anos, com muito tempo, portanto, para nos prepararmos devidamente.

Devemos festejar o centenário em toda a extensão do nosso território europeu e ultramarino, e ainda por toda a parte onde se encontre, fora de Portugal e dos seus domínios, um núcleo de Portugueses, por pequeno que seja. E isto até para recordar aos outros povos (que tão facilmente o ignoram ou esquecem) que somos não só uma das mais ilustres, mas também das mais antigas nações da Europa, anterior três séculos à própria Espanha una, tal como hoje existe.

Proponho, pois, que comecemos já a pensar nisto. De-certo é cedo ainda para mandar distribuir convites internacionais e começar a construir os pavilhões comemorativos; mas não o é para tratarmos de *reconstruir-nos a nós próprios*, a-fim-de aparecermos decentes, decorosos e dignos aos que nos virem festejar o nosso próprio nascimento nacional; para tratarmos de lhes mostrar que não estamos gastos, nem moribundos.

É sempre prático marcar um prazo e meter dentro dele os projectos que seriamente desejamos levar a efeito. Assim, cada passo que dermos, cada obra que iniciarmos, entrará dentro desses carris e será calculada pelos limites desse tempo.

Ora onze anos são um prazo folgado, mas nada excessivo, para tudo o que nos cum-

Foto 1 – Reprodução de página de artigo de Agostinho de Campos²⁵

Em sua carta, Dr. Alberto de Oliveira, apresenta as razões patrióticas e históricas justificadoras da realização das comemorações que, a seu ver, seriam centenárias. Questionava ser necessário criar uma data, a partir da qual fossem estabelecidos os marcos comemorativos:

²⁵ CAMPOS, 1939, p. 9.

Não seria conveniente escolher entre as várias datas contidas no período de formação da nacionalidade portuguesa uma qualquer que servisse para comemorarmos com grande solenidade e a suficiente preparação, o oitavo centenário da fundação de Portugal?²⁶

Continuando sua análise, o Ministro refletia sobre a definição das datas e, por conseguinte, suas relações com os fatos da história de Portugal. Argumentava que as datas poderiam estabelecer três momentos históricos relevantes para os portugueses:

A de 1140 tinha a meu ver a vantagem de coincidir centenariamente com a de 1640, data da independência restaurada; e assim, poderíamos celebrar a grande comemoração em 1940, isto é, daqui por onze anos, com muito tempo, portanto, para nos prepararmos devidamente²⁷.

Após a definição das datas, seria necessária a averiguação dos fatos históricos que estavam imbricados naqueles momentos. Havia também a necessidade de apresentar os procedimentos que poderiam ser adotados para a materialização do ato comemorativo. Na proposição do Ministro Alberto de Oliveira, a festa seria um ato comemorativo de três grandes datas históricas que conjugassem a *independência*²⁸, a *restauração*²⁹ e a *ressurreição*³⁰ de Portugal. Essas festas ou comemorações teriam construções, convidados estrangeiros, monumentos. Para tanto, expõe sua proposta:

Proponho, pois que comecemos já a pensar nisto. De-certo é cedo ainda para mandar distribuir convites internacionais e começar construir os pavilhões comemorativos; mas não o é para tratarmos de *reconstruir-nos a nós próprios*, a-fim-de aparecermos decentes, decorosos e dignos aos que nos virem festejar o nosso próprio renascimento nacional; para tratarmos de lhes mostrar que não estamos gastos, nem moribundos³¹.

O tempo de antecedência, onze anos, que separa a idéia das comemorações e a efetivação do evento é também justificado, porque havia uma preocupação com a “arrumação da casa”. Segundo Dr. Alberto de Oliveira, seria a preparação do outro lado da festa, que envolveria o crescimento humano e o desenvolvimento do país. Assim, era preciso tempo para ensinar as pessoas a ler e escrever, o país ser modernizado com estradas, as finanças sanadas e

²⁶ CAMPOS, 1939, p. 9.

²⁷ Ibidem, p. 9.

²⁸ Referência ao período de 1128-1140, quando D. Afonso Henriques venceu os Mouros e intitulou-se Rei de Portugal.

²⁹ Período de 1580-1640 em que a Espanha dominou Portugal. Com a deposição de Filipe IV da Espanha, o duque de Bragança foi aclamado Rei de Portugal D. João IV.

³⁰ O Estado Novo, instaurado em 1933, fez ressurgir uma vocação histórica do Estado e do povo português através da força da raça e da alma lusitana. “Sob a égide de Carmona, um homem — Salazar — encontrou hoje, como outrora, em Portugal, a expressão do Ressurgimento Nacional [...]” CASTRO, 1940, p. 161.

³¹ CAMPOS, op. cit., p. 10, grifos do autor.

”[...] estirpamos do corpo e da alma da nação o micróbio da desordem e da anarquia oriental, que há tantos anos nos invadiu?”³²

No final de seu artigo, Agostinho de Campos³³ responde aos questionamentos apresentados na Carta do “Português ausente de Portugal”:

Na essência estamos de acordo, e assim deve ser, pois se a nós se dirigiu o “Português ausente de Portugal”, é porque na nossa pregação viu qualquer afinidade com os trabalhos de terapêutica política, de convalescença social e de renascimento de civismo, que êle patrioticamente pretende contrabandear com promessa e prefacio de uma celebração colectiva. Não pode haver maior festa de que uma Ressurreição; o pior é que a não há mais difícil de preparar.

Após essa iniciativa do Dr. Alberto de Oliveira, os temas das comemorações centenárias foram retomados quando da publicação, em 27 de março de 1938, da Nota Oficiosa³⁴ do Presidente do Conselho Antonio Oliveira Salazar. Esta Nota Oficiosa foi apresentada em 3 versões, tratando das festas centenárias: a primeira é o documento original, com 75 páginas escritas pelo próprio Salazar, com o título *O Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal*, no qual é possível identificar que está riscado à caneta um título pensado inicialmente: *Comemorações Centenárias*.

Há também neste documento, que designamos de original, outras questões que podem ser observadas e demonstram a dificuldade na definição das datas em que deveriam realizar-se as comemorações nacionais. Inicialmente, diferente da proposta do Ministro Alberto de Oliveira, Salazar anotou fora da margem, em sua Nota, o ano de 1939, para contar os oitocentos anos de fundação do país, tendo como marco 1139, que está riscado. A apreciação do documento evidencia a preocupação de se fazer ajustes e definir datas, de forma cuidadosa, que pudessem contar os oitocentos anos da história de Portugal para o Mundo.

Já a Nota Oficiosa publicada na Revista dos Centenários, em 1939, intitulada *Independência de Portugal - Nota Oficiosa do Presidente do Conselho*, versão publicada em uma das Edições da Comissão Nacional dos Centenários³⁵, tinha na capa a seguinte informação: *Independência Portugal 1139-1640-1940*. Ficava então definido o marco inicial

³² CAMPOS, 1939, p. 10.

³³ Ibidem, p. 11.

³⁴ No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, trabalhamos com este documento na sua versão original, ao localizarmos a cota AOS/CO/FI 2D Notas Oficiosas, como também a publicação das Edições da Comissão Nacional dos Centenários - Nota Oficiosa Editorial Império. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, tivemos acesso à publicação *Revista dos Centenários*, Lisboa, Ano I, jan. 1939.

³⁵ SALAZAR, Antonio Oliveira. *Independência de Portugal - Nota Oficiosa do Presidente do Conselho*. *Revista dos Centenários*, Lisboa, Ano I, p. 2-7, jan. 1939. Edição da Comissão Nacional dos Centenários.

da independência no ano de 1139, e as datas seguintes da Restauração, 1640, e da Ressurreição — o Estado Novo —, 1940.

A Nota Oficiosa possuía 13 pontos que buscavam comunicar e explicar à Nação a razão das comemorações centenárias. Cada ponto foi analisado a partir de questões específicas relacionadas à definição do fato a comemorar. No item 1, foi apresentada a definição da escolha dos dois anos 1939-1940, em virtude de formarem o período em que se completavam os oitocentos anos de história, quando Afonso Henriques proclamou-se rei.

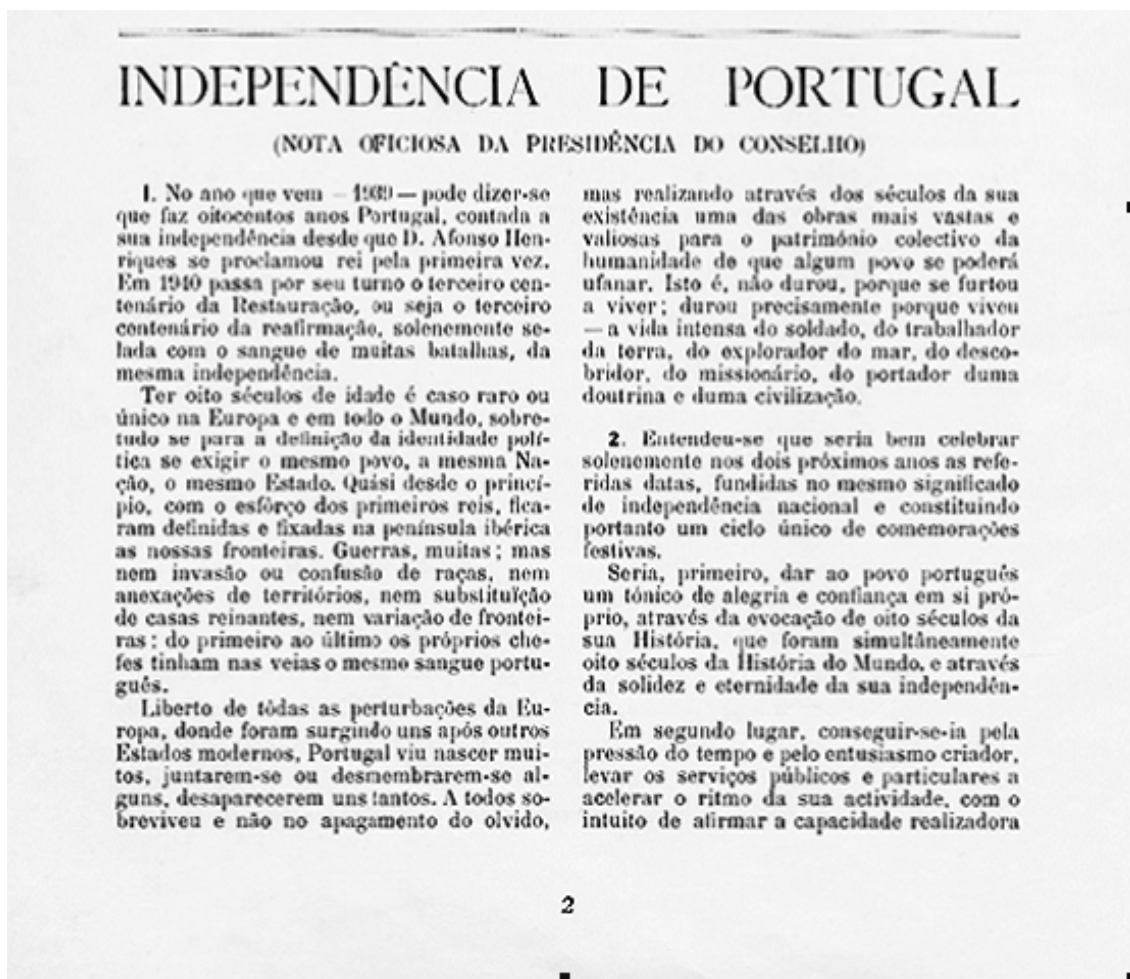


Foto 2 – Reprodução da primeira página da Nota Oficiosa lançada por Salazar³⁶

³⁶ SALAZAR, 1939, p. 2.

de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis.

Por um e outro modo demonstraríamos com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo.

3. Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa de família, não interessam só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela. E não só nós.

Tratando-se de acontecimento invulgar, não é ambiciosa a esperança de que países estrangeiros queiram ter a gentileza de se associar às comemorações festivas pelas muitas formas por que pode render-se homenagem a uma velha nação civilizadora ou cooperar-se no brilhantismo de uma solenidade. Temos por esse Mundo alianças, amizades fiéis, estreitas afinidades de raça, comunidade de civilização; e não hão-de esquecer todos aqueles povos de um extremo ao outro da Ásia que nos devem o primeiro contacto com o Mundo ocidental.

Pena é que o monumento do Infante D. Henrique, à volta do qual se anda há anos, não possa ser inaugurado nessa época, e nos não seja por isso dado assistir ao espectáculo maravilhoso que seria desfilar em grande parada naval, diante da ponta de Sagres, em face do monumento ao propulsor da navegação e dos descobrimentos nos tempos modernos, luzidas representações de todas as marinhas do Mundo. Por mim não julgo impossível que a Europa, a Ásia e a América viessem da melhor vontade e com a presença de barcos seus reconhecer na obra do Infante a ambição e o impulso das descobertas e o serviço prestado à mais estreita comunidade dos povos através dos caminhos do mar.

4. Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil.

A História dos dois povos é comum a ambos, até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua língua e enquanto Portugal continental é estreita mesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quase um continente, um mundo novo, e dele jorram pelos séculos adiante torrentes de humanidade, em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connosco.

Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica.

Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenários de 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efectivo e intenso como nunca o foi; e que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria.

5. Não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há dúvida de que tais solenidades terão — nós desejamos que tenham — repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser rece-

Foto 3 – Reprodução de uma página da Nota Oficial³⁷

O ano de 1940 é identificado como o ano em que se completaria o terceiro centenário da Restauração. Isto era importante, na opinião de Salazar, porque não existia um povo na Europa e no Mundo que tivesse oito séculos com o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado e, o mais importante a ser registrado, mantendo-se em sua unidade política.

³⁷ SALAZAR, 1939, p. 3. No item 4, consta o convite ao Brasil, para participar das Comemorações Centenárias.

No texto do item 6 da Nota Oficiosa, podemos entender a importância da definição das datas para determinar os representantes destes fatos históricos que seriam ou deveriam ser homenageados nas grandes festas nacionais. Isto porque, segundo Salazar³⁸, era preciso fazer alguma coisa:

6 - Sendo os dois centenários a celebrar da Fundação de Portugal e da Restauração e não devendo alhear-nos das figuras centrais daqueles dois grandes factos históricos — D. Afonso Henriques e D. João IV que faremos para os honrar de modo especial nas comemorações de 1939-1940?

Mais adiante, no item 8 da Nota, o próprio Salazar³⁹ responde a seus questionamentos e apresenta a solução:

8 - Se bem que poucas vezes estaria tão bem fundamentada uma Exposição Internacional com a celebração do duplo centenário por nós empreendida, renunciaremos a ela; mas não seriam completos nem de certo modo possíveis as nossas comemorações festivas sem que do programa definitivo constassem algumas exposições nacionais: e não se opõe isso a que num ou noutro caso se peça colaboração de outros países.

Em seguida, o documento apresenta várias tipologias e temáticas expositivas que poderiam ser realizadas durante o período das festas centenárias, tais como uma “Grande Exposição Histórica do Mundo Português”, indicando, inclusive, como locais mais adequados os terrenos que estavam vagos no trecho entre a Junqueira e Belém. Uma exposição seria sobre pinturas primitivas, que poderia ser chamada de “Exposição de Arte Portuguesa”; uma “Exposição Etnográfica” que permitiria a representação das 21 províncias portuguesas, sua arte e cultura. A “Grande Exposição do Estado Novo” mostraria os benefícios e os progressos que o Estado Novo português promoveu para o ressurgimento nacional.

Além das exposições, foi apresentada a possibilidade de realização de congressos internacionais, intitulados “Congressos do Mundo Português”, que deveriam trabalhar com temáticas relacionadas com a história de Portugal e a história de Portugal no Mundo. Para finalizar, Cortejos⁴⁰ representariam a história em movimento. Assim, Lisboa abrigaria um “Cortejo do Mundo Português” como um momento ilustrativo dos conteúdos e imagens trabalhados na “Exposição do Mundo Português” e nos debates científicos realizados nos

³⁸ SALAZAR, 1939, p. 4.

³⁹ Ibidem, p. 5.

⁴⁰ Desfiles sobre o Mundo Português; uma espécie de história em movimento do que estava exposto nos Pavilhões da Exposição do Mundo Português. No Cortejo do Trabalho, os carros representavam cada ofício e suas máquinas.

Congressos. No Porto, o “Cortejo do Trabalho” foi realizado em 1 de maio de 1940, com um desfile de todas as atividades econômicas.

Salazar⁴¹ finaliza a Nota Oficiosa numa espécie de chamamento ao povo português, para que, em tempos de comemoração da história de Portugal no Mundo, todos fossem contagiados pela alegria e, com isso, deixassem de lado a tristeza:

E vamos a ver se, dominados por tão alta e bela idea, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festejar condignamente - o que raros poderão fazer - oito séculos de independência, quere dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da terra.

Com a Nota Oficiosa, o Governo já divulgava, para conhecimento público, sua intenção efetiva de festejar três datas significativas — 1140, 1640 e 1940 — que possuíam, cada uma de forma particular, seus significados próprios, em função das referências históricas que traziam.

Festejar o “Duplo Centenário” era festejar oitocentos anos de História de Portugal. Considerando a data de 1140 como a gênese do primeiro país europeu a se formar, quando D. Afonso Henriques declarou-se rei de Portugal, expulsando os mouros, e 1640 — A Restauração —, quando D. João IV declarou Portugal livre do jugo da dinastia dos Filipes, temos, então, duas datas significativas e históricas para as comemorações.

O ano de 1940 fechava oito séculos de uma nação⁴² e oito séculos de um país. Naquele ano seriam comemorados a fundação de Portugal e o renascimento do país. Fica evidente que o duplo centenário não significava duzentos anos de história, mas sim duas datas centenárias de dois fatos históricos marcantes para Portugal, para a Europa e para o Mundo.

António Ferro⁴³ em seu discurso afirmou:

1140 explica 1640, tal como prepara 1940. Estas são três datas sagradas da nossa história o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano que glorifica a ressurreição! Aquilo que vamos festejar, não é tanto Portugal de ontem, mas o

⁴¹ SALAZAR, 1939, p. 5.

⁴² Wilhelm Reich afirma que nesse período houve o “narcisismo nacional”, uma espécie de orgulho motivado pela grandeza da Nação, o amor próprio nacionalista e a identificação das massas com o *chefe*. REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do facismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978. Em Portugal, pudemos identificar este sentimento despertado por Salazar.

⁴³ Antonio Joaquim Tavares Ferro (1895-1956), natural de Lisboa, frequentou o curso de direito (1913-1918) na Universidade de Lisboa, mas fez a opção pelo jornalismo. Nessa profissão foi editor da Revista *Orpheu*, escreveu para o jornal *O Século*. Entrevistou Mussolini e Salazar. Foi Comissário Geral em duas exposições internacionais: Paris (1937) e Nova York e São Francisco (1939). Na exposição do Mundo Português, foi secretário-geral e responsável pelo Pavilhão Portugal 1940 e Centro Regional. Foi presidente da Emissora Nacional. Em 1949, saiu do Serviço Nacional de Informação (antigo Serviço de Propaganda Nacional) e foi nomeado Ministro Plenipotenciário de Portugal em Berna e em seguida em Roma. DICIONÁRIO..., 1995.

Portugal de hoje, não é tanto o Portugal de Afonso Henriques e D. João IV, mas o Portugal de Carmona e Salazar⁴⁴.

É importante notar que as datas das festas foram definidas em um período que já apontava para a dificuldade e instabilidade por que passava a Europa, em virtude da Guerra Civil na Espanha (1936-1939) e a posição do governo do ditador alemão — Hitler — que sinalizava para um conflito mundial. E Portugal estava ciente desse cenário que se apresentava na Europa, como evidencia a publicação da Nota Oficiosa de 1938, na primeira página do Diário de Notícia⁴⁵, juntamente com a matéria intitulada *Na Era do Engrandecimento*, no centro da página, ladeada por mais duas notícias, uma sobre a Guerra na Espanha, com o título *Os nacionalistas romperam uma vez mais a frente governamental* e a segunda, *Nenhuma fronteira da Europa corresponde às necessidades dos povos – afirmou ontem em Leipzig o Chanceler de Hitler num discurso de propaganda pró-plebiscito*.

Assim, em 1 de setembro de 1939, quando a Alemanha invadiu a Polônia e iniciou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Portugal estava há um ano se preparando para as comemorações centenárias marcadas para maio de 1940. Para tranquilizar a nação, Salazar lançou a Nota Oficiosa⁴⁶ *Neutralidade Portuguesa no Conflito Europeu*, que apresenta o seguinte conteúdo:

A-pesar dos incansáveis esforços de eminentes Chefes de Governo e da intervenção directa dos Chefes de muitas nações, eis que a paz não pôde ser mantida e a Europa mergulha de novo em dolorosa catástrofe. Embora se trate de teatro de guerra longínqua, o facto de irem defrontar-se na luta algumas das maiores nações do nosso continente — nações amigas e uma delas aliada — é suficiente para o grande relevo do acontecimento e para que dele se esperem as mais graves consequências: não só se lhe não pode ficar estranho pelo sentir, como há-de ser impossível evitar as mais duras repercussões na vida de todos os povos.

Felizmente os deveres da nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obriga a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade.

O Governo considera como o mais alto serviço ou a maior graça da Providencia poder manter a paz para o povo português, e espera que nem os interesses do País, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações lhe imponham compromete-la.

Mas, a paz não poderá ser para ninguém desinteresse ou descuidada indiferença. Não está no poder de homem algum subtrair-se e à Nação às dolorosas consequências de guerra duradoira e extensa. Tendo a consciência de que aumentaram muito os seus trabalhos e responsabilidades, o Governo espera que a Nação com êle colabore na resolução das maiores dificuldades e aceite da melhor

⁴⁴ OLIVEIRA, Rosa Neves de. *Exposições Universais – Paris 1937*. Edição EXPO'98, Lisboa: [s.n.], 1996. (Coleções Exposições Universais). p.13.

⁴⁵ SALAZAR, António Oliveira. Nota Oficiosa. *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 mar. 1938.

⁴⁶ Notas Oficiais e Finanças tem como nota de pé de página a observação: “Nota Oficiosa do Governo de 1 de setembro de 1939, publicada em jornais”. (AOS-CO-FI 19B). Encontramos o documento com duas páginas datilografadas, mas não era o original. O título *A Posição de Portugal definida numa proclamação que o Governo dirige ao País* está riscado e de lápis cera vermelho foi substituído por: *Neutralidade portuguesa no conflito europeu*.

forma os sacrifícios que se tornarem necessários e se procurarão distribuir com a equidade possível. A todos se impõe viver a sua vida mas agora com mais calma, trabalho sério, a maior disciplina e união: nem recriminações estéreis nem vãs lamentações por que em muito ou pouco fique prejudicada a obra de renascimento a que metemos ombros. Diante de tão grandes males faz-se mister ânimo forte para enfrentar as dificuldades; e da prova que ora der, sairá ainda a maior a Nação.

Matéria publicada no Diário de Notícias, sob o título *Ainda mais Durante a Guerra!*, divulgava um trecho do discurso do senhor Augusto de Castro⁴⁷, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, apresentando sua justificativa para que as festas não fossem adiadas:

As nossas comemorações centenárias vão realizar-se, presumivelmente, em pleno período de guerra. Não fora primitivamente, no alto pensamento que os inspirou, planeados e organizados para isso. São, acima de tudo, afirmações de paz e glória domésticas.

Quis, porém, o Destino que o horizonte internacional se ensombrasse, que a grande catástrofe se precipitasse sobre a Europa precisamente quando o esforço de preparação das festas tinha já, pelo impulso das circunstâncias, entrado numa fase em que a suspensão dos trabalhos iniciados seria difícil. Sem contar com o carácter de aniversário das comemorações que desaconselharia, logicamente, pela sua própria natureza, o do adiamento. Aniversários não se adiam.

Fica evidente, portanto, que nem a guerra que ocorria sua volta levaria o governo português a adiar as comemorações. Inclusive porque aniversário não se adia, comemora-se no ano em que se nasce, e assim foi com Portugal.

1.2 FORMAÇÃO DAS COMISSÕES PARA A CONDUÇÃO DAS COMEMORAÇÕES

Para viabilizar as festas centenárias, era preciso recorrer a mecanismos que efetivassem a execução dos procedimentos necessários à materialização das comemorações. Assim, por meio de legislação pertinente⁴⁸, o governo lançou os decretos que estabeleciam as condições materiais, humanas e financeiras para a realização dos trabalhos. Para tanto, em 11

⁴⁷ AINDA mais Durante a Guerra! *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 34, 26 mar. 1940. Nesta matéria foi divulgado um trecho da obra de Augusto de Castro.

⁴⁸ O Governo teve que lançar mão de decretos e portarias para efetivar as Comissões, Editais de Concursos de obras públicas, Decretos de aprovação de orçamentos para custear as despesas com as Festas Centenárias, a exemplo de: Decreto-lei nº 28.796, de 1 de julho de 1938, que determinava as expropriações na área de Belém; Decreto 30.454, de 22 de maio de 1940, que decretava feriado no dia 4 de junho de 1940 na Metrópole e nas Colônias; Decreto-lei nº 29.597, de 15 de maio de 1939, que nomeava a Comissão Nacional dos Centenários.

de abril de 1938, por meio de Portaria, a Presidência do Conselho nomeava uma Comissão “[...] encarregada de promover as comemorações do Duplo Centenário da Restauração de Portugal em 1939 e 1940”⁴⁹, composta de 26 membros enumerados a seguir, com seus respectivos cargos em instituições públicas e privadas:

1. Adriano de Sousa Lopes - Director do Museu de Arte Contemporânea;
2. Afonso de Dornelas - Secretário da Academia Portuguesa de História;
3. Alberto de Oliveira - Embaixador;
4. Antonio Augusto Mendes Correia - Professor e Presidente da Câmara Municipal do Pôrto;
5. António Ferro - Director do Secretariado da Propaganda Nacional;
6. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelos - Presidente da Academia Portuguesa de Historia;
7. José Capêlo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) - Director da Escola Superior Colonial e Presidente da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa;
8. Duarte Pacheco - Professor e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa⁵⁰;
9. Francisco Nobre Guedes - Director Geral do Ensino Técnico;
10. Gustavo de Matos Sequeira - escritor;
11. Henrique Galvão - Director da Emissora Nacional;
12. Henrique Gomes da Silva - Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;
13. Henrique Linhares de Lima - Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal;
14. Henrique Quirino da Fonseca - investigador de arqueologia naval;
15. João do Couto - Director dos Museus Nacionais de Arte Antiga;
16. João Providencia e Costa - professor da Faculdade de Letras de Coimbra;
17. José Cottinelli Telmo - arquitecto;
18. Julio Caiola - Agente Geral das Colónias;
19. Julio Dantas - presidente da classe da Academia das Ciências de Lisboa;
20. Luis Pastor de Macedo - secretário geral do Grupo «Amigos de Lisboa»;
21. Manuel Múrias - Director do Arquivo Colonial;
22. Manuel Silveira e Castro - Presidente da Junta Autónoma das Estradas e Conselho Nacional do Turismo;

⁴⁹ LEGISLAÇÃO: Portarias da Presidência do Conselho. *Revista dos Centenários*, Lisboa, Ano I, p. 25-29, jan. 1939. p. 25

⁵⁰ Na Portaria de 2 de junho de 1938, Duarte Pacheco é substituído pelo engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho - presidente substituto da Câmara de Lisboa, em virtude de ter sido nomeado Ministro das Obras Públicas.

- 23. Paulino Montez - arquitecto;
- 24. Porfírio Pardal Monteiro - Presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos;
- 25. Raul Lino - arquitecto e Secretario da Academia Nacional de Belas Artes;
- 26. Reinaldo dos Santos - professor e Presidente da Academia Nacional de Belas Artes



Foto 4 – Registro da Primeira Reunião da Comissão⁵¹

A análise da trajetória dos 26 homens públicos indicados e seus respectivos cargos evidencia que o Presidente do Conselho, Antonio Oliveira Salazar, convocara os intelectuais que já faziam parte do quadro dos construtores do Estado Novo português, por entender que lhes cabia a construção da narrativa do passado nas Comemorações Centenárias e que a representação institucional ratificava o desejo de uma grande festa histórica e de ações de homens de competência e confiança.

Alberto Rosa⁵², ao analisar o papel do intelectual na sociedade, apresenta cinco funções que podem ser assumidas em várias posições ou setores em que esses homens se

⁵¹ PROGRAMA das Comemorações Centenárias. *Revista dos Centenários*, Lisboa, p. 20-22, jan. 1939. p. 21. Da esquerda para a direita, na quarta posição, o Presidente Oscar Carmona; na sexta posição, Oliveira Salazar com os membros da Comissão.

⁵² ROSA, Alberto Asor. Intelectuais. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1996. v. 22. p.151-178.

encontrem. No caso dos intelectuais portugueses convidados para a Comissão Nacional, possuem perfil que os enquadram nos cinco itens apresentado pelo autor:

- a) a conquistar para si próprio um papel social dominante, interferindo directamente na gestão do poder e da política (os intelectuais como guias da sociedade);
- b) a associar-se, no exercício do poder, com as classes dominantes (os intelectuais como instrumentum principis, mesmo sob a capa de persuasores);
- c) a exercer uma posição de privilegio para si, usando de maneira reservada e com métodos substancialmente auto-reprodutivas, as competências adquiridas (os intelectuais como casta ou como conjunto de castas);
- d) a elaborar os valores e as técnicas que, mais cedo ou mais tarde, se imporão ao resto da sociedade (os intelectuais como especialistas da inovação);
- e) a ocupar lugares de relevante prestígio na organização da máquina institucional (os intelectuais como burocratas e grands commis)⁵³.

Esses intelectuais entendiam que tinham o papel de construtores de uma nova ordem, como formadores do povo. Para concretizar esse dever, participariam como construtores da cultura, da política e da formação em geral no interior das estruturas dos aparelhos ideológicos do Estado. Podemos identificar uma situação bastante singular: a existência de um grupo de intelectuais necessitando do apoio do governo, que, ao perceber essa condição favorável, estendeu a mão, distribuindo cargos e convidando como especialistas ou para ocuparem postos de comando em instituições públicas. Deste modo, usariam sua capacidade criativa para elaborar uma nova estética artística, cultural e social no Estado Novo português.

Nos discursos de António Ferro⁵⁴, são recorrentes suas certezas sobre o papel dos intelectuais e do estado, como também a relação que poderia ser estabelecida entre esses segmentos, posição que corroboram nosso entendimento. António Ferro⁵⁵ dirigiu-se aos intelectuais, quando discursou durante um banquete oferecido na Sociedade Nacional de Belas Artes:

Os artistas portugueses queixaram-se, durante muito tempo, da indiferença ou desprezo dos Governos pelas suas aspirações e realizações. Eram absolutamente fundamentadas as suas queixas. O estado português vivia, sem duvida, à margem dos problemas do Espírito, das verdades eternas da Beleza. Faltavam poetas na governação, homens para quem a luta pela vida fosse, ao mesmo tempo, a luta pela arte.

⁵³ ROSA, 1996, p. 154.

⁵⁴ FERRO, António. *A política do espírito e a arte moderna portuguesa*. Discursos pronunciados em 23 de maio de 1935 e 6 de maio de 1949. Lisboa: Edições Secretariado da Propaganda Nacional, 1949. p. 11-12.

⁵⁵ Idem, 1948, p. 11-12.

Referindo-se ao papel do Estado, Ferro apresentou aos artistas a versão da mudança do Estado Novo sobre a produção artística, para que, de forma conjunta, fossem realizadas as grandes obras⁵⁶. Assim pedia aos artistas portugueses:

[...] a vossa boa fé e pergunto-lhes se, em vossa vida, houve algum momento em Portugal em que o Estado mais se preocupasse em vos dar que fazer, em vos reconhecer? Para demonstrar basta mencionar algumas das obras do estado, realizadas nos últimos anos, em que têm podido colaborar pintores, escultores, arquitectos, de todas as ideologias artísticas e políticas: exposições portuguesas no estrangeiro (exposição de Sevilha, Exposição de Paris), a exposição Colonial do Porto, decorações de edifícios públicos [...]⁵⁷

Havia também a necessidade da definição dos representantes que conduziriam as festas centenárias, a Portaria de 11 de abril de 1938 finalizava com a indicação dos nomes dos intelectuais que assumiriam os cargos: o Embaixador Alberto Oliveira, presidente da Comissão, uma homenagem e deferência, por ser o autor da Carta do *Português Ausente de Portugal*, documento que lançou a semente da idéia das comemorações centenárias; José Franco Frazão (Conde de Penha Garcia), vice-presidente da Comissão; e António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional, na condição de Secretário. Esta Comissão passou a ser denominada de Comissão Nacional dos Centenários e, de acordo com o estabelecido no Decreto 29.597/38⁵⁸, de 15 de maio de 1938, foi designada para elaborar o programa das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal.

Com atribuição tão definida e específica, a Comissão decidiu sobre o programa das comemorações e como seria executado. Com a publicação do Decreto 29.087, de 28 de outubro de 1938, entretanto, foi justificada a necessidade da criação de um outro órgão que respondesse à execução, dando forma aos conteúdos que a Comissão Nacional interpretou. Seguindo essa recomendação, a Comissão Nacional passou a ser um órgão de consulta e a execução dos trabalhos seria, a partir daquele momento, confiada “[...] a uma Comissão executiva⁵⁹ constituída apenas por alguns membros daquela. Para manter maior eficiência dos trabalhos relativos à Exposição do Mundo Português, cria-se um comissariado próprio”⁶⁰.

⁵⁶ Encontramos na Torre do Tombo demonstrativos financeiros que documentam pagamentos mensais feitos pelo SPN a diversos artistas, escritores e jornalistas que realizavam trabalhos para a criação de monumentos, peças para servirem em exposições em Portugal e em outros países. SNI 4706-Livro Caixa - Exposição Internacional de NY, 1939, 30 agosto. Pagamento da 6ª prestação pelos trabalhos dos artistas: José da Rocha Pereira, Fred Kradolfer, Emmerico H. Jacintho Nunes, Carlos A.T. Bastos Nunes Botelho, Bernardo Marques, Thomas de Mello, no valor de 2.500,00 escudos para cada um. Todos estavam recebendo também “salários” pelas obras que produziam para a Exposição do Mundo Português.

⁵⁷ FERRO, 1948. p. 11-12.

⁵⁸ LEGISLAÇÃO..., 1939, p. 26.

⁵⁹ Acta 9, de 10 de janeiro 1939: “[...] com as presenças: Julio Dantas, António Ferro, Augusto de Castro, aprovou-se as Gratificações para os seguintes cargos: Comissão Geral da Exposição do Mundo Português 2.500\$00, Comissão Adjunto 2.000\$00 e Arquitecto Chefe 2.000\$00. Acrescido, apenas quanto ao ultimo meio por cento sôbre o custo total da exposição, calculado em dez mil contos.”

⁶⁰ LEGISLAÇÃO..., op cit., p. 26.

A Comissão Executiva tinha como Presidente o Dr. Julio Dantas, os vogais⁶¹ Prof. Dr. Reynaldo dos Santos, Coronel Henrique Linhares de Lima, Brigadeiro Manuel Silveira e Castro e Secretario António Ferro. De acordo com o estabelecido no referido Decreto, era formada pelos diretores das secções e pelo Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, sendo o cargo de presidente uma indicação do Governo. O único nome já antecipado foi o do Secretario Geral da Comissão, o Senhor António Ferro, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional.

O destaque dado ao Secretariado da Propaganda Nacional e a seu Diretor António Ferro representa a importância atribuída pelo Estado Novo português ao órgão de propaganda e controle da Imprensa. Importante registrar que o mesmo ocorreu no Brasil, isto é, tanto no Brasil como em Portugal, no Estado Novo, implantaram-se órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP/Brasil)⁶² e o Serviço de Propaganda Nacional/Serviço Nacional da Informação (SPN-SNI/Portugal)⁶³, que tinham a função de exercer o controle da informação e, ao mesmo tempo, realizar a disseminação da propaganda necessária para a formação da opinião pública sobre o papel do regime autoritário para o povo e para a segurança do país. Além do papel desempenhado por esses órgãos, esses governos também utilizaram as festas, as representações teatrais e os desfiles para estimular no povo a perpetuação da cultura, do civismo e da nacionalidade.

Analisando o Serviço Nacional de Propaganda criado em Portugal, Heloisa Paulo⁶⁴ comenta:

[...] SPN busca desde sempre utilizar-se de todos os dispositivos que estão postos ao seu alcance pelos termos da lei. A possibilidade de publicação de livros e periódicos, o controlo “sugestivo” da Imprensa, o uso da radio, ampliado em 1935 com o funcionamento da Emissora Nacional, a produção de curtas-metragens ou mesmo longas como “A Revolução de Maio”⁶⁵, de Antonio Lopes Ribeiro, a colaboração no preparo de festejos nacionais, como as Comemorações Centenárias [...]

⁶¹ “[...] todo aquele que tem voto numa assembléia, comissão ou tribunal.” HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.2878.

⁶² No Brasil, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 27 de dezembro de 1939, pelo Decreto-Lei nº 1.915. PAULO, 1994.

⁶³ O SPN foi criado pelo Decreto-Lei nº 23.054, de 25 de setembro de 1933. Em 23 de fevereiro de 1944, pelo Decreto nº 33.545, da Presidência do Conselho, o SPN foi incorporado ao Secretariado Nacional da Informação (SNI), que passou a controlar os serviços de censura, turismo, imprensa exposições nacionais e internacionais e radiodifusão. Ibidem.

⁶⁴ Ibidem, p. 75.

⁶⁵ O filme *A Revolução de Maio* foi patrocinado pelo SPN e pela Agência Geral das Colónias, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e Comissariado do Desemprego. Seu argumento é assinado por Jorge Afonso e Baltasar Fernandes, pseudónimos usados por António Ferro (Diretor do SPN) e Antonio Lopes Ribeiro. PAULO, 1994, p. 114.

Acrescenta ainda Rosa Oliveira⁶⁶, ao analisar a atuação do SPN e de seu diretor António Ferro:

[...] centro nevrálgico e órgão de cúpula será, sem dúvida, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido desde 1933 por António Ferro. Cabendo-lhe o papel de definir as grandes linhas do regime para a cultura e para as artes, o SPN irá promover salões de pintura, prêmios literários, exposições onde se evocava a grandeza e «Feitiço do Império», será, enfim, o responsável directo pela presença portuguesa na Exposição Internacional de Paris de 1937, onde procura mostrar ao mundo as conquistas de um país empenhado na «regeneração das almas».

Para contar a história do mundo português para o mundo, era necessária a formação de um corpo de intelectuais, agentes dos poderes públicos que tivessem a incumbência de pensar e executar os propósitos definidos para as Festas Centenárias. No Quadro 1, é apresentada, de forma comparativa, as responsabilidades atribuídas às duas Comissões instituídas para realizar os trabalhos relativos aos programas das Comemorações Centenárias:

Comissão Nacional	Comissão Executiva
<p>Definida pela Portaria de 11 de abril 1938 Designação: Comissão Nacional dos Centenários Atribuição: Fixar o programa das Comemorações</p> <p>Dar parecer sobre assuntos das festas Colaborar com a Comissão Executiva Dissolvida por Decreto</p> <p>Competências do Presidente da Comissão Nacional Assegurar a unidade político-cultural das comemorações Representar a Comissão em todos os Atos comemorativos Propor a nomeação dos Diretores das Secções</p> <p>Divisão da Comissão Nacional</p> <p>Exposição do Mundo Português</p> <p>Exposição de Arte Congressos</p> <p>Festas e espetáculos</p>	<p>Definida pelo Decreto 29.087/38 Designação: Comissão Executiva Atribuição: executar o programa das comemorações aprovado pela Comissão Nacional</p> <p>Competências da Comissão Executiva Autonomia financeira para aplicação das verbas nas festas Estabelecer contratos de serviços e decidir orçamentos Admitir pessoal, definir comissões e salários Reunir-se uma vez por semana para as deliberações com atas Contratação de pessoal e material com dispensa de formalidades legais Criação do Comissariado da Exposição do Mundo Português Responsável pela exploração e liquidação da Exposição</p> <p>Divisão das Comissões De acordo com o Regulamento, art.18: 8, Serviços Administrativos, Centrais e Técnicos:</p> <p>1- Comissão Administrativa 2- “ de Exploração 3- “ de Festas 4- “ de Serviços Culturais e Artísticos</p>

⁶⁶ OLIVEIRA, 1996.

Comissão Nacional	Comissão Executiva
Manifestações cívicas, históricas e religiosas Turismo Propaganda e recepção	

Quadro 1 – Atribuições e funções das Comissões Nacional e Executiva⁶⁷

Após a definição de papéis na Comissão Executiva, para contribuir com os trabalhos, foi atribuída a um Comissariado a responsabilidade pela organização da Exposição do Mundo Português. Assim dispõe o artigo 12º do Decreto 29.087: “[...] a organização da Exposição do Mundo Português ficará a cargo de um Comissariado que trabalhará de acordo com a Comissão Executiva e que deverá utilizar os elementos de trabalho já realizados pela Comissão Nacional.”⁶⁸

O Comissariado Geral da Exposição era formado por um Comissário Geral, Dr. Augusto de Castro, Comissário-Adjunto, Engº Manuel Duarte Moreira de Sá e Mello⁶⁹, Arquitecto-Chefe, José Cottinelli Telmo⁷⁰, Director dos Serviços de Coordenação Histórica, Gustavo de Matos Sequeira, Director dos Serviços Externos, Dr. José Leitão de Barros⁷¹, Director dos Serviços de Turismo, António Pinto Machado, Director dos Serviços de Jardins e Parques, Engº Jorge Gomes de Amorim. O Comissariado possuía ainda um Gabinete Técnico, formado por oito engenheiros, e um Gabinete do Arquitecto-Chefe, composto por dois arquitetos⁷².

A determinação de procedimentos que contribuíssem com a efetivação de uma grande exposição fica ainda mais visível nas disposições gerais do citado Decreto, quando ficou decidido que o grande evento das festas centenárias era a Exposição do Mundo Português, que sintetizaria os oitocentos anos de história de Portugal. Para o alcance desse objetivo, os

⁶⁷ LEGISLAÇÃO..., 1939. (Decreto 29.087 de 1938).

⁶⁸ Ibidem, p. 29.

⁶⁹ Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo (1900-1970), engenheiro, comissário-adjunto da exposição do Mundo Português e Comissário da Comissão de Liquidação da Exposição do Mundo Português (1941-1945), realizou os trabalhos de terraplanagem da Praça do Império. ROSAS; BRITO, 1996.

⁷⁰ José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1948), arquiteto, concebeu, em 1922, o Pavilhão de Honra de Portugal para a Exposição do Centenário de Independência do Brasil no Rio de Janeiro; em 1929, o Pavilhão de Portugal na Exposição de Sevilha; em 1940, foi o arquiteto chefe da Exposição dos Portugueses no Mundo, responsável pelo plano da Praça do Império e sua Fonte Monumental. Idealizou o Monumento ao Descobrimento e a Porta da Fundação. ROSAS; BRITO, 1996.

⁷¹ José Leitão de Barros (1896-1967), cineasta, foi Secretário geral da Exposição do Mundo Português. Organizou, em 1943, a Feira Popular em Lisboa. ROSAS; BRITO, 1996.

⁷² Constituição da Comissão das Comemorações dos Centenários. Designação dos Organismos Executivos. (AOS/CO/PC 22 1938, Abril, 3).

museus, bibliotecas e arquivos deveriam disponibilizar seus acervos para serem usados nas exposições, ficando estabelecido no artigo 22º:

[...] mediante termo de entrega, as autoridades que tiverem a seu cargo os museus, bibliotecas e arquivos dependentes dos diferentes Ministérios porão à disposição da Comissão executiva do Commissariado da Exposição do Mundo Português e da secção das exposições de arte os elementos e objectos que lhes forem requisitados, tomando-se tôdas as precauções para garantir a boa guarda e conservação dos mesmos⁷³.

Para atender ao estabelecido nesse artigo, foi necessária a criação de um Commissariado da Exposição do Mundo Português, formado por um comissário geral, um comissário adjunto e um arquiteto chefe. O cargo de comissário geral era uma indicação do Presidente do Conselho e os dois outros deveriam ser indicados pela Comissão Executiva. De acordo com o exposto no artigo 15º do Decreto 29.087, competia ao Comissário Geral da Exposição do Mundo Português:

Resolver acêrca dos planos e orçamentos das obras;
Estabelecer as condições dos contratos de obras e adjudicações;
Abrir concursos para quaisquer fornecimentos e resolver sobre êles com o acôrdo da Comissão executiva;
Zelar por que todos os trabalhos e serviços sejam feitos com a maior economia;
Propór à comissão executiva o pessoal técnico a nomear para os diferentes serviços dependentes do Commissariado⁷⁴.

Para cumprir o estabelecido no artigo 6º do citado Decreto-Lei, o Presidente do Conselho, em dezembro 1938, nomeou como presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, o Dr. Julio Dantas. Foram também nomeados os Diretores das Seções da Comissão Nacional dos Centenários, conforme quadro a seguir:

Seção / Commissariado	Diretor
Congressos e Festas e espectáculos	Dr. Julio Dantas
Manifestações cívicas, históricas e religiosas	Coronel Henrique Linhares de Lima
Turismo	Brigadeiro Manuel da Silva e Castro
Exposição de arte	Dr. Reinaldo dos Santos (presidente da Academia Nacional de Belas Artes)
Propaganda e Recepção	António Ferro (diretor Secretariado da Propaganda Nacional)

⁷³ LEGISLAÇÃO..., 1939, p. 29.

⁷⁴ Ibidem, Decreto 29.087 de 1938, p. 28.

Seção / Commissariado	Diretor
Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal	Dr. Augusto de Castro,
Presidente da Comissão	Dr. Julio Dantas
Ministro Plenipotenciário ⁷⁵ de 1º Classe.	Engenheiro Sá e Mello
Arquiteto-chefe	Cottinelli Telmo

Quadro 2 – Seções/Comissariados da Exposição do Mundo Português e respectivos dirigentes⁷⁶

Em pronunciamento na Emissora Nacional, o Senhor Doutor Julio Dantas⁷⁷, já nomeado presidente da Comissão Executiva dos Centenários, iniciou suas palavras fazendo referência aos trabalhos da Comissão Nacional:

A primitiva Comissão Nacional dos Centenários, que permanece, embora com função consultiva, traçou, sob a direção do diplomata insigne e meu velho amigo Drº Alberto de Oliveira, as linhas gerais do programa festivo de 1940. Fê-lo com elevada intenção patriótica e com perfeito sentido das realidades e das oportunidades. É por isso, credora do reconhecimento da Nação. A Comissão Executiva cumpre agora o dever de assegurar à Comissão Nacional que procurará interpretar, tão fielmente quanto lhe seja possível, o seu pensamento, e que, sempre que julgue necessário, se apoiará na sua autoridade e no seu Conselho.

Na primeira reunião realizada pela Comissão Executiva após sua nomeação, foram adotados procedimentos administrativos com relação a atuação da Comissão Nacional dos Centenários. Os registros evidenciam que as relações entre as Comissões não estavam seguindo o percurso de ajuda mútua. Assim, por unanimidade de votos, a Comissão Executiva decidiu:

1º- Que a partir do dia 11 do corrente mês de novembro seja dispensado todo o pessoal admitido ao serviço da Comissão Nacional dos Centenários, cessando todos os abonos, quaisquer que eles sejam; considerando-se nulas e de nenhum efeito todos os contratos de prestação de serviços ou outros respectivos a pessoal e encerrando-se as contas da gerencia anterior⁷⁸;

⁷⁵ Nomeado por Salazar como um Ministro diplomático, com plenos poderes para comandar os trabalhos da Exposição do Mundo Português.

⁷⁶ Organização e funcionamento da Comissão Nacional, da Comissão Executiva e do Commissariado da Exposição do Mundo Português. (AOS/CO/PC 22, 1938).

⁷⁷ DANTAS, Julio A locução aos portugueses. *Revista dos Centenários*, Lisboa, ano I, p. 15, jan. 1939b. Julio Dantas (1876-1962), escritor, diplomata, político e acadêmico, natural de Lagos. Foi Ministro da Instrução Pública em duas gestões e Presidente da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias de 1940. Em 1941 veio ao Brasil como presidente da Embaixada de Agradecimento ao Brasil pela participação na Exposição do Mundo Português.

⁷⁸ Actas da Comissão Executiva - Ata do dia 10 de novembro de 1938. p. 2. (SNI 2820). Esta foi a primeira reunião da Comissão e um dos assuntos tratados e deliberados foi a Comissão Nacional.

Diante dessa situação, em maio de 1939, a Comissão Nacional tomou a iniciativa de solicitar ao Governo sua extinção, no que foi atendida com a publicação do Decreto nº 29.597, de 11 de maio de 1939⁷⁹, com o seguinte teor:

[...] nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938 e mantida pelo disposto no artigo 1º do decreto-lei nº 29.087, de 28 de outubro do mesmo ano, resolveu, em sua sessão de 4 do corrente, apresentar ao Govêrno o pedido da sua dissolução, visto que, tendo sido fixado, sob proposta da Comissão executiva, criada pelo artigo 6º do mesmo decreto-lei, o programa definitivo, não só considera praticamente extintas as suas principais atribuições, como ainda se dá a circunstância de a Comissão executiva ser constituída pela maioria dos seus membros.

O artigo 1º decreta o fim de seus trabalhos: “É dissolvida a Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Janeiro de 1938, e confirmada e mantida pelo artigo 1º do decreto-lei nº 29.087 de 28 de outubro do mesmo ano.”⁸⁰ O artigo 2º explicita que a dissolução da Comissão Nacional resultou no fortalecimento e designação de mais poder e autonomia para a recém-constituída Comissão Executiva, isto porque, segundo o Decreto: “São mantidas à Comissão executiva criada pelo artigo 6º do mesmo decreto, as atribuições que por êste lhe foram conferidas e são para ela transferidas as que pelo disposto nos artigos 2º e 3º pertenciam a Comissão Nacional do Centenários.”⁸¹

Com essa solução, os problemas foram resolvidos entre as duas Comissões e os trabalhos da Comissão Executiva deveriam continuar em virtude da exigüidade dos prazos e das muitas tarefas que estavam ainda sem definição. A principal delas era o programa das festas, questão que estava na ordem do dia das reuniões da Comissão Executiva que aconteciam todas as terças-feiras⁸², em sua sede na Travessa de S. Mamede nº 7. Este registro identifica a existência de um espaço físico específico para os trabalhos da Comissão com a Exposição do Mundo Português.

Na segunda reunião, os membros da Comissão decidiram pela divulgação das festas, realização de concursos, atribuição de prêmios e edição de uma revista, conforme registra a Ata:

Tomou-se a resolução de intensificar já a propaganda das festas centenárias, sendo aprovado o programa do concurso para dois cartazes, com os prêmios, para cada um deles, de 5.000\$00 (primeiro prêmio) 2.500 (2 prêmio) e 1.000\$ (3 prêmio) constituindo o referido concurso, em harmonia com o nº 11 do programa do antigo

⁷⁹ LEGISLAÇÃO..., 1939, p. 25.

⁸⁰ Ibidem, p. 26.

⁸¹ Ibidem, p. 26.

⁸² Actas da Comissão Executiva, Acta 1, de 10 de novembro 1938, quinta-feira, às 18 horas. Importante registrar que 104 Actas foram elaboradas nas reuniões da Comissão, todas trabalhadas. (SNI 2820). Nota-se que elas sofreram modificações posteriores ou foram feitas não no calor das discussões, mas em outro momento, o que pode ter permitido censuras, cortes e inclusões não apresentadas no ato da reunião.

pelouro, aprovado por Sua Excelência Presidente do Conselho, e encargo total de 17.000\$00. Resolveu-se ainda designar os artistas Paulo, Tom, Botelho, Roberto de Araujo e Bernardo Marques, para apresentarem os projectos de cinco placards a três côres, destinados às montras, caros eléctricos, etc. nos termos nº 12 do mesmo programa, devendo receber cada artista por este trabalho, a quantia 1.000\$00. Resolveu-se proceder aos estudos preliminares da publicação da “Revista dos Centenários” cujo primeiro número aparecerá em Janeiro de 1939⁸³.

A preocupação com a publicidade e divulgação interna e externa das comemorações já existia desde a antiga Comissão⁸⁴. Ainda que tenha sido criada para elaborar o Programa das festas, fez um “Programa dos trabalhos a realizar pelo Pelouro ‘Propaganda e Publicações’⁸⁵, da Comissão Nacional dos Centenários”, apresentando a descrição das atividades e um orçamento estipulado em 2.200.000\$00, com o seguinte resumo de despesas do Pelouro:

Tabela 1 – Resumo das despesas do Pelouro da Comissão Nacional dos Centenários

Item	Título da despesa	Valor
I -	Imprensa	87.000\$00
II -	Propaganda pelas agencias telegráficas	—
III -	Propaganda radiofônica	192.000\$00
IV -	Cinema	250.000\$00
V -	Cartazes	183.000\$00
VI -	Propaganda no estrangeiro	130.000\$00
VII -	Folhetos	250.000\$00
VIII -	Mapas	50.000\$00
IX -	Publicações periódicas	283.000\$00
X -	Obras de divulgação cultural: a) A cargo do S.P.N.	325.000\$00
	b) A cargo da Agencia Geral das Colônias	200.000\$00
XI -	Chancela tipográfica	4.000\$00
XII -	Postos de Informação	196.000\$00
XIII -	Despesas do <u>pelouro</u>	50.000\$00
	Total	2.200.000\$00⁸⁶

No referido documento há a especificação dos procedimentos a serem adotados para a publicidade e visibilidade que Portugal pretendia dar a essas festas no estrangeiro, visto que os planos, inclusive a divulgação, que representavam um ponto importante a ser avaliado, constam no documento encaminhando à Presidência do Conselho:

⁸³ Actas - 2ª reunião, dia 15 de novembro de 1938, p.5. (SNI 2820).

⁸⁴ Denominada de Comissão Nacional.

⁸⁵ Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal. (SNI 3959). No Programa dos trabalhos a realizar pelo Pelouro “Propaganda e Publicações” da Comissão Nacional dos Centenários.

⁸⁶ Ibidem. Os valores estão em moeda da época – escudos.

Considerando, finalmente, que da actividade e dos trabalhos dêste pelouro dependerão, se não o êxito das celebrações projectadas, certamente e em grande parte a criação do ambiente a êle propicio e bem assim a projecção nacional e internacional do significado das comemorações festivas⁸⁷;

Assim, a Comissão Nacional apresentou cada item relativo à divulgação, em função do uso de vários meios de comunicação, que envolviam desde a imprensa, publicação de artigos, cujos autores receberiam incentivo do Governo, revistas, a exemplo da *Revista dos Centenários* e filmes. O custo desse projeto de divulgação para os cofres públicos, ficou definido da seguinte forma:

Tabela 2 – Itens de divulgação e valores em escudo para as Festas Centenárias⁸⁸

Item	Ações	Despesa Prevista	Responsável
Propaganda em Portugal, Colónias e Estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Envio de noticias aos jornais sobre as comemorações; - Publicação de artigos e entrevistas sobre as festas nacionais de autores de reconhecido valor. - Publicação de fotos de em revistas e jornais. - Subsídio mensal para redatores escolhidos dos jornais para assegurar maior relevo as festas Realização de 3 Concursos: - Artigos publicados em Portugal (4 prêmios) - Reportagens publicadas em Portugal (4 prêmios) - Artigos publicados no estrangeiro (3 prêmios) 	<p>10.000\$00</p> <p>10.000\$00</p> <p>50.000\$00</p> <p>5.500\$00</p> <p>5.500\$00</p> <p>6.000\$00</p>	<p>S.P.N.</p> <p>A.F./ S.P.N. P.P.P.</p>
Propaganda nas Agencias telegráficas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Inserir nas agencias de Informação que trabalham em Portugal noticias para o estrangeiro - Enviar boletins para o estrangeiro e Colónias e principalmente para o Brasil, Espanha sobre as Comemorações. 	Não explicitado	S.P.N.
Propaganda pela T.S.F.	<ul style="list-style-type: none"> - Difundir no Continente, Colónia e estrangeiro através da Emissora Nacional noticias regulares sobre as festas. -realizar um filme de propaganda das festas - Incluir em jornais de Portugal e estrangeiros os motivos das festas 	<p>192.000\$00</p> <p>150.000\$00</p> <p>100.000\$00</p>	S.P.N.
Propaganda por Cartaz e similares	<ul style="list-style-type: none"> - concurso dois cartazes para Portugal e Colónias e um exclusivo para o estrangeiro; - 5 cartazes para vitrines das lojas, trens e auto-carros -Sêlo e a obrigatoriedade de estar em todas as correspondências 	<p>143.000\$00</p> <p>40.000\$00</p> <p>183.000\$00</p>	
Propaganda especial no estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> -patrocínio em alguns paises (Espanha, França, Inglaterra, Brasil, Itália e EUA) de conferencistas amigos de Portugal sobre as festas. -Viagem do presidente da Comissão Nacional para divulgação das festas. 	<p>60.000\$00</p> <p>70.000\$00</p>	

⁸⁷ Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal. (SNI 3959). Programa dos trabalhos a realizar pelo Pelouro “Propaganda e Publicações” da Comissão Nacional dos Centenários.

⁸⁸ Ibidem.

Item	Ações	Despesa Prevista	Responsável
Publicações	-Folhetos, Mapas e publicação periódica sobre os Centenários	842.000\$00	S.P.N. e A.G.C.
	-Edição Portuguesa da Nota Oficiosa - 5 mil exemplares	3.000\$00	
	-edição de uma Brochura ilustrada, português, francês e inglês	60.000\$00	
	-resumo histórico de Portugal-portugues, francês e inglês	80.000\$00	
	-edição do programa definitivo-portugues, francês, inglês e alemão	60.000\$00	
	-Brochura de itinerários Histórico de Portugal.	45.000\$00	
Mapas	- mapa histórico de Portugal com os monumentos (20 mil exemplares)	50.000\$00	
Publicações Periódicas	-edição Revista dos Centenários (24 numeros - 10 mil exemplares)	283.000\$00	
Obras de divulgação cultural	- Álbum Folclórico de costumes populares (5 mil exemplares)	15.000\$00	S.P.N.
	- “terras, paisagens e monumentos de Portugal” (5 mil exemplares)	100.000\$00	
	- “Portugal 1940”, álbum com a obra do Estado Novo (5 mil exemplares)	75.000\$00	A.G.C
	- edição português, francês, inglês, alemão e italiano do resumo da colonização portuguesa (2.000 exemplares)	200.000\$00	
	-chancela tipográfica para aplicar nas publicações (Concurso- 3 premios)	4.000\$00	
Postos de Informação	-criação de postos de informações em vários pontos da Cidade	196.000\$00	
	Total:	2.1850.000\$00	

S.P.N.- Serviço Nacional de Propaganda
A.F./ S.P.N. - Arquivo Fotográfico do S.P.N.
P.P.P. - Pelouro de Propaganda e Publicações
A.G.C. - Agencia Geral das Colónias
C.T. - Chancela Tipografica

Vemos que a disponibilidade financeira correspondeu ao valor total de 2.1850.000\$00 para a edição de publicações, eventos e concursos que divulgassem as Festas Centenárias antes da abertura. Este investimento resultaria na promoção, divulgação e permanência das notícias na mídia nacional e no estrangeiro, com os recursos do Estado. Com relação ao programa das comemorações, foram sendo apresentados à medida que as primeiras discussões avançavam e sua configuração refletia o que cada membro envolvido na Comissão buscava tratar como temática mais importante para ser apresentada nas festas centenárias.

António Ferro⁸⁹, Secretário da Propaganda Nacional em 1938, elaborou um relatório sobre as comemorações, com 17 páginas, no qual apresentou os itens que, em sua avaliação, precisavam ser priorizados nos trabalhos das festas, a saber: exposições, congressos, cortejos

⁸⁹ FERRO, Antonio. *Relatório sobre as projectadas comemorações*. Lisboa, 24 de fevereiro de 1938.17 p. (ANTT-AOS/CO/PC22 -1938, Fevereiro, 24).

e festas, manifestações cívicas, históricas e religiosas, espetáculos, publicações e o grande momento, que seria a definição do local das festas centenárias. O documento sugeria três pontos, no que se refere à exposição:

[...] a realização de quatro exposições na impossibilidade, por falta de local apropriado, de realizar uma única.

1º - A Grande Exposição Histórica do Mundo Português

Local: terreno nas vagas da Junqueira até Belém, procurando-se não prejudicar a perspectiva dos Jerónimos. Objetivos: síntese da nossa acção civilizadora, a reunião através de objectos, maquetes, mapas, livros, fotografias etc., da nossa acção na Historia do Mundo...

Seriam convidados a participar dela os países cuja historia se relaciona com a nossa o que para tal fim, se fariam representar por documentos e obras do passado, estudos...

2º - Exposição de Arte Portuguesa, devendo esta, na parte relativa à pintura, restringir-se aos primitivos. Na parte decorativa acessoria poderiam figurar obras de outras épocas. Local: Anexo ao Museu de Arte Antiga....

3º Grande Exposição Etnográfica: Local: Tapada da Ajuda. Construir-se-ia uma grande aldeia composta de casas representando a arquitectura característica de cada uma das 21 províncias do Império ... Seriam convidados outros países a fazerem-se representar, trazendo uma síntese do seu folclore, o que poderia dar ensejo a uma excepcional competição do folclore comparado....

4º - Grande Exposição do Estado Novo - Nesta Exposição, qual se deveria dar a maior importância, mostrar-se-ia a Portugal e ao mundo tudo o quanto o estado Novo tem feito⁹⁰.

Os membros da Comissão Executiva elaboraram um relatório sobre os programas e orçamentos propostos pelos Pelouros das Exposições do Mundo Português, Etnográfica e do Estado Novo, com muitas ponderações e soluções, sobre o local da exposição, a saber:

D) - Acêrca do local para a Exposição:

Tinham os Pelouros, sob a hipótese da realização de 3 exposições em três locais diferentes, concebidos os seus planos no sentido de terem lugar:

- No Parque das Laranjeiras: A Exposição Etnográfica;
- No Parque Eduardo VII: A Exposição do Estado Novo;
- Nos Jerónimos e terrenos anexos: A Exposição do Mundo Português.

Considerando que as novas circunstancias determinam que se realize só uma Exposição e considerando o fundo histórico do mais importante dos seus grupos - julga-se que o local a designar não pode ser senão, aquele em que se encontram os Jerónimos e a Torre de Belém, abrangendo a área de um polígono irregular cujos pontos extremos de referencia principais seriam a Torre de Belém, o Tejo, a Praça Afonso de Albuquerque, o Jardim. Colonial e a cêrca dos Jerónimos. E esta escolha parece tanto mais acertada quanto é certo⁹¹.

Um mês depois, a questão da definição de um local para a Exposição do Mundo Português foi objeto de um documento elaborado pelo senhor Julio Caiola, denominado “Declaração de Voto”, enviado à Comissão, que tinha o objetivo de relatar sobre o programa das festas e a definição de vários pontos, incluindo o mais urgente e prioritário, o local:

⁹⁰ FERRO, 1938, p. 10-11.

⁹¹ Relatório com Programas e Orçamentos do Pelouro da Exposição do Mundo Português. p. 2. (SNI 3959 - 13 de julho de 1938).

Que, na nossa opinião, na Tôrre de Belém e nos Jerónimos, só devem realizar cerimónias e nunca recheiar esses monumentos seja com que fôr, porque êles vivem duma dignidade própria, e dum tradicional respeito histórico, que será, pensamos, um crime de lesa-arte e de lesa-historia aplica-los a pavilhões de exposições, como no novo projecto que se alvitra.
São monumentos que devem estar integrados nas comemorações históricas mas vivendo só por si⁹².

E, por fim, apresenta em seu documento: “Que o local que o primitivo pelouro indicou, a Cêrca dos Jerónimos, é ainda o que os seus antigos membros preconizaram pelas razões já expostas no plano que este pelouro apresentou.”⁹³

A defesa de um local mais apropriado para a Exposição do Mundo Português foi o assunto do documento elaborado pelo senhor Quirino da Fonseca, também intitulado “Declaração de Voto”, com oito páginas datilografadas em papel com timbre da Comissão Nacional dos Centenários, encaminhado à Comissão Executiva. Consta no documento:

Depois de visitados e analisados os vários locais que podem ocorrer, a fim de, nalgum, serem estabelecidas as numerosas e vastas instalações relativas ao conjunto documental ou de evocação histórica, que se tem denominado “A Exposição do Mundo Português”, ponderadas largamente as varias circunstancias que devem influir na escôlha dêsse local, e tendo que me pronunciar decisivamente sôbre o assunto, formulei o meu voto por escrito de modo que possam claramente ajuizar-se os motivos que o fundamentaram.

Os vários espaços que, dentro da cidade de Lisboa, e rasoavelmente acessíveis, podem sugerir-se para aquêlê efeito, são, principiando de oriente para ocidente:

Os terrenos municipais do “Jockey Club”, no Campo “28 de Maio”, e o próprio Campo “28 de Maio”.

O parque do actual Jardim Zoológico e terrenos anexos.

O parque “Jose Maria Eugênio” em São Sebastião da Pedreira

O Parque “Eduardo VII”

O Parque das Necessidades

A Tapada da Ajuda

Os terrenos vagos da Junqueira

Os terrenos a oriente e ocidente da Praça de “D. Vasco da Gama”

A Cêrca dos Jerónimos⁹⁴.

Após uma longa avaliação dos locais e seus pontos positivos e negativos, definiu-se que a Exposição do Mundo Português ficaria mais próxima do Tejo, a estrada por onde os portugueses partiam para descobrir novos mundos. Assim, em sua declaração de voto finaliza, defendendo:

Consideramos, portanto, as localizações para a Exposição do Mundo PORTUGUÊS, mais a cêrca do Tejo. Não se querendo dispensar as respectivas instalações, só restam dois locais: os terrenos da Junqueira, e os terrenos contíguos, por nascente e poente, a

⁹² Declaração de voto lida pelo Snr. Julio Caiola na Reunião do Pelouro da Exposição de 17 de agosto de 1938. p. 1. (SNI 5593).

⁹³ Ibidem, p.2.

⁹⁴ Declaração de voto de Quirino da Fonseca. 22 de agosto 1938. (SNI 3959).

“Praça de D. Vasco da Gama” [...] o meu voto será pela localização, na Cêrca dos Jerónimos, do conjunto de instalações relativas à Exposição do Mundo Português⁹⁵.



Foto 5 – Visita da Comissão ao espaço escolhido para a construção dos pavilhões em Belém⁹⁶



Foto 6 – Vista da Praça Afonso de Albuquerque tendo ao fundo o Conjunto dos Jerónimos em Belém⁹⁷

⁹⁵ Declaração de voto lida pelo Sr. Julio Caiola na Reunião do Pelouro da Exposição de 17 de agosto de 1938. (SNI 5593).

⁹⁶ Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império. (CAPOPI-MOP).

⁹⁷ Ibidem.

A decisão ou indecisão das Comissões em solucionar as questões que estavam na ordem do dia à espera dos planos, programas e orçamentos para serem colocados em execução ocasionou certo conflito entre os membros da antiga comissão e os “ditos” antigos, que estavam agora participando da comissão executiva. Em sua Declaração de Voto, o Sr. Julio Caiola, argumenta:

Que o novo plano não respeita as linhas gerais do pensamento do Senhor Presidente do Conselho anunciados na sua nota oficiosa em que expressamente afirma a índole histórica das Comemorações dando o primeiro lugar à Grande Exposição Histórica do Mundo Português.

Que a resolução do mesmo Excelentíssimo Senhor de reunir num só os pelouros das varias exposições não altera, creio eu, o principio fundamental acima exposto.

Que o facto do Senhor Presidente do Conselho ter estabelecido uma verba determinada para o conjunto das Exposições não quer dizer que o seu pensamento de dar relêvo à Grande Exposição Histórica do Mundo Português tivesse sido pôsto de parte.

Que o facto do pelouro da Grande Exposição Histórica do Mundo Português, ter apresentado, para o seu plano primitivo, um largo orçamento de acôrdo com determinações recebidas, não quer de forma alguma, dizer, que rejeita o trabalho de revisão e ajustamento dum novo plano, às verbas estabelecidas posteriormente pelo Senhor Presidente do Conselho⁹⁸.

No livro de Augusto de Castro⁹⁹, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, cuja função oportunizou-lhe reunir e publicar seus discursos e pronunciamentos ocorridos em diversos momentos do período das festas, há um trecho no qual declara:

[...] quando assumi as funções de Comissário da Exposição duas soluções me foram impostas: o enorme, inculto e deserto espaço que fica por trás dos Jerónimos, oferecendo um local magnífico, acessível e condições panorâmicas excepcionais – e o terreno livre em frente da Igreja e do Mosteiro até ao rio, que poderia ir, em largura, desde a Praça Afonso de Albuquerque até à Torre de Belém. Para adoptar a primeira destas soluções era, porem necessária uma previa urbanização do local, obra demorada e impossível de realizar dentro do curto espaço de tempo que nos resta ate a Primavera de 1940, data das Comemorações.

Só, portanto, a segunda solução – o terreno diante dos Jerónimos – era possível. Mas essa mesma solução condicionada a algumas demolições já previstas mais ou menos no plano de urbanização daquela zona.

Essa afirmação de Augusto de Castro reforça as insinuações¹⁰⁰ de que a escolha do local¹⁰¹ da Exposição coube ao então Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco. Para Maria

⁹⁸ Declaração de voto lida pelo Sr. Julio Caiola na Reunião do Pelouro da Exposição de 17 de agosto de 1938. (SNI 5593).

⁹⁹ CASTRO, 1940a, p. 16-17.

¹⁰⁰ Havia um consenso na Comissão Executiva de que o local seria determinado por Dr. Duarte Pacheco, Ministro das Obras Publicas. Isto porque já era de interesse de seu Ministério a higienização e urbanização desse local. Inclusive, não foi só o espaço que ele definiu; também indicou à Comissão o nome de Jos~e Ângelo Cottinelli Telmo para ser o arquiteto-chefe da Exposição do Mundo Português. SNI-2820 - Actas das Reuniões do Commissariado da Exposição do Mundo Português.

¹⁰¹ O espaço escolhido para a Exposição abrangia a Rua de Belém, o Mosteiro dos Jerònimos, a Rua Bartolomeu Dias, a Praça Afonso de Albuquerque e as Docas de Belém e o Tejo.

Celeste Oliveira ¹⁰², “Os Jerónimos ¹⁰³ eram, naturalmente, o seu pano de fundo e proporcionavam um efeito cênico desejado”.

Em março de 1939, o próprio Augusto de Castro ¹⁰⁴ apresentou ao Commissariado da Exposição do Mundo Português um Relatório resumido dos trabalhos já realizados, tendo por objetivo informar ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, o estado e a situação dos trabalhos realizados até aquela data. No item 4, destaca:

4º- Dezoito dias após a instalação desta Direcção Histórica e em virtude de sucessivas reuniões diárias, chegava-se, não sem dificuldade, a concretizar definitivamente o plano do que seria a parte principal da Exposição do Mundo Português.

Ficaram assim definidos os programas dos pavilhões da Fundação, Formação e Independência; dos Descobrimientos; da Colonização, Ocupação e Propagação da Fé; do Pavilhão de Honra e Pavilhão de Lisboa; Pavilhão dos Portugueses no Mundo; de “Portugal 1940” e do Brazil; dos Pavilhões de Etnografia Metropolitana num conjunto de 10 Secções; e as áreas e características das Aldeias Portuguesas; o conjunto das edificações a fazer no Jardim Colonial para a Secção de Etnografia das Colónias, as duas Portas Monumentais, (a Porta da Fundação e a Porta de Lisboa) e, finalmente, as características da entrada do Pq. de Atracções, do Pq. Infantil e das vedações, fachadas de isolamento e zonas de beneficiação necessárias ao Certame.

O Arquitecto Chefe, por seu turno, e tam depressa este trabalho ficou delineado, esboçava magistralmente e de um só golpe a primeira grande visão da Exposição, conseguindo não somente arrumar em perfeito equilíbrio as difíceis massas arquitectonicas dos Pavilhões, como encontrar um significado transcendente à planta da Exposição, criando simultaneamente um circuito lógico e perfeito para o visitante e um plano unitário superior para o Certame. Êste trabalho, como algumas vezes sucedeu entre portugueses, foi uma clara afirmação de invulgares qualidades de improvisação, – qualidades estas que me parecem o principal ponto de apoio para a execução de uma empresa como a Exposição do Mundo Português.

Nesse trecho, o Comissário faz referência aos pavilhões definidos para descrever a história e como seria contada a partir dos temas inseridos em cada prédio. Nesse momento ainda não estava definido o Pavilhão Brasil 1940, fato que veio a ser concretizado mais tarde, por uma exigência de Getulio Vargas, que aqui não vamos aprofundar.

Um outro ponto a ser registrado, e que é assunto recorrente, envolve a competência dos artistas portugueses, sempre registrado por sua qualidade técnica e genuinamente nacional, sem a necessidade da ajuda de arquitetos ou artistas de outros países, como Inglaterra e França. A isto se somava a apologia à capacidade dos portugueses no mundo.

¹⁰² OLIVEIRA, 2000, p. 15.

¹⁰³ *Os Jerónimos* tinha um caráter de monumento relacionado com os descobrimientos, porque foi mandado construir pelo rei D. Manuel em razão do sucesso da viagem de Vasco da Gama, descobridor do caminho marítimo para as Índias, em 1497. SNI 3959-Relatório sobre o local da Exposição em 13 de julho de 1938.

¹⁰⁴ EXPOSIÇÃO do Mundo Português. Relatório dos Trabalhos realizados até 27.3.39. Lisboa, mar. 1939. p. 5. Documento com 10 páginas datilografadas, assinado por Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português. (AOS/CO/PC 1939, Março, 27).

1.3 DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS, PROGRAMAS E ORÇAMENTOS PARA AS COMEMORAÇÕES

Em seu relatório, no 5º item, Augusto de Castro apresentou os nomes dos arquitetos aprovados como responsáveis pelos pavilhões e a distribuição dos trabalhos a serem realizados por eles. A partir desse documento foi possível estabelecer uma relação entre os arquitetos e as construções para as Comemorações Centenárias sob sua responsabilidade, no que diz respeito à Exposição do Mundo Português, a saber:

Arquiteto	Pavilhão
Cristino da Silva	Pavilhão de Honra e Pavilhão de Lisboa, na ala oriental da Praça do Império
Cottinelli Telmo	Pavilhão dos Portugueses do Mundo, Portugal 1940 e Brazil, na ala ocidental da Praça do Império
Pardal Monteiro	Pavilhão dos Descobrimentos
Rodrigues Lima	Pavilhão da Fundação e da Independência
Carlos Ramos	Pavilhão da Ocupação e Colonização, Pavilhão da Dilatação e Propagação da Fé
Raul Lino	Conjunto das Aldeias Portuguesas
Veloso Reis, João Simões e Rogério de Azevedo	Conjunto dos Edifícios da Etnografia Metropolitana
Paulino Montez	Pavilhão do Turismo
Adelino Nunes	Pavilhão dos Correios e Telégrafos, feito às expensas da Administração Geral dos Correios
Keil do Amaral	Entrada Monumental e Decoração do Parque das Atrações
Cassiano Branco	Passagem e ponte para o Jardim dos Poetas
Cottinelli Telmo	Monumento simbólico da Descoberta, a erguer na margem sobre o Tejo
Gonçalo Melo Breyner e Vasco Regaleira	Conjunto de Pavilhões da Etnografia Colonial e arranjo da fachada do Museu Colonial
Antonio Lino	Vedações, muros de isolamento e decorações ligeiras

Quadro 3 – Distribuição dos arquitetos para execução dos trabalhos nos pavilhões¹⁰⁵

O Quadro 3 permite-nos inferir que a responsabilidade pela execução do projeto arquitetônico do Pavilhão dos Portugueses no Mundo, Portugal 1940 e Brazil¹⁰⁶, na ala

¹⁰⁵ Exposição do Mundo Português. Relatório dos Trabalhos realizados até 27-3-39, por Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português. p. 4. (AATT-AOS/CO/PC 1939, Março, 27).

¹⁰⁶ Aqui foi mantido Brazil com “z” como consta no documento. O Brasil referido no Pavilhão dos Portugueses no Mundo é a Exposição histórica do Brasil Colonial, sob a responsabilidade do Dr. Gustavo Barroso, com o acervo do Museu Histórico Nacional, tratado no Capítulo 4 desta tese.

ocidental da Praça do Império, devido à importância do empreendimento e por ser considerado como o mais destacado da Exposição do Mundo Português, ficou a cargo do arquiteto-chefe da Exposição, Cottinelli Telmo.

A partir desse quadro é possível perceber que a distribuição dos arquitetos foi feita de acordo com a importância e significado de cada Pavilhão no tema expositivo da história dos portugueses no mundo. Nesse quadro notamos a ausência do Pavilhão Brasil 1940, explicada pelo fato de sua construção, recheios e decoração ser de responsabilidade do Governo brasileiro.

Cristina Pimentel¹⁰⁷, ao avaliar a participação dos artistas, registra que a despeito de tantos artistas portugueses de qualidade, que poderiam dar um tom mais moderno às construções e obras dos interiores dos pavilhões, isso não ocorreu. A autora argumenta:

[...] os artistas foram chamados a ilustrar os factos históricos, a ornamentar o local e os pavilhões enquanto “decoradores”, não enquanto representantes de uma qualquer comunidade artística específica ou qualquer credo estético. Como “decoradores”, desempenharam um papel muito importante na ornamentação dos pavilhões, contudo, como indivíduos e artistas, a sua presença foi largamente ignorada.¹⁰⁸

A exposição seguia seu curso e já estava sendo encaminhada. Entretanto um ponto ainda sem definição concreta relacionava-se ao programa das comemorações, que aguardava a aprovação pela Comissão Executiva, Comissariado e Presidente do Conselho. Várias foram as propostas apresentadas, o que deve ter dificultado para chegarem a uma versão definitiva. O que já havia de consenso desde o início era a realização das festas centenárias, distribuídas em três ciclos: primavera, verão e outono¹⁰⁹.

No Quadro 4, destacamos a primeira proposta do Programa das Comemorações Centenárias. Esta visualização tem por objetivo demonstrar de que forma as festas foram pensadas inicialmente e, depois, como realmente ficou definido o Programa Oficial, aprovado pela Comissão Executiva, em 2 de dezembro de 1939 (ver Apêndice A). É importante notar que nos dois Programas o *Te-Deum*¹¹⁰ foi mantido como ato religioso de abertura das comemorações centenárias.

¹⁰⁷ PIMENTEL, Cristina. *O sistema museológico português (1833-1991)*: em direção a um novo modelo teórico para o seu estudo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 138.

¹⁰⁹ Os trabalhos da Exposição, no ano de 1939, ocorreram durante o inverno, que foi rigoroso, inclusive provocando sua suspensão por algumas semanas em razão das fortes chuvas, baixas temperaturas e fortes ventos, fatos que, certamente, colocavam em risco a integridade física daqueles que trabalhavam nas construções dos pavilhões.

¹¹⁰ *Te Deum* é um hino litúrgico católico atribuído a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, iniciado com as palavras *Te Deum Laudamus* (A Vós, ó Deus, louvamos). Segundo a tradição, este hino foi improvisado na Catedral de Milão, num arroubo de fervor religioso desses Santos. WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre. *Te Deum*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Te_Deum> Acesso em: 20 abr. 2007.

Ciclo	Eventos	Situação no Programa Oficial
<p>Primeiro 5-19 maio</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Inauguração das Festas «<i>Te-Deum</i>» na Sé de Lisboa e, à mesma hora, em todas as Sés, colegiados e principais igrejas de Portugal e do Império Português. – Sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa (e, à mesma hora, em todas as Câmaras Municipais da Metrópole e das Colónias, e nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal). – Sessão solene na Assembléia Nacional. – Festa em Guimarães, sede da primeira Corte portuguesa. Discurso de Salazar. No Castelo, o Chefe do Estado hasteará a bandeira de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. À mesma hora por entre salvos de artilharia e repiques de sinos, a mesma bandeira subirá nas tórras de todos os Castelos medievais portugueses. – Inauguração da Exposição Histórica de Tecidos e Paramentos Religiosos, em Braga. – Festa Medieval no Porto. – Festa Medieval em Lisboa. Representação dum auto, ao ar livre. – Romagem do povo à Sé e ao Castelo de São Jorge. – Inauguração, em Lisboa, da Exposição dos Primitivos Portugueses – Romagem a Ourique, onde, segundo a tradição, Afonso Henriques desbaratou numa única batalha cinco reis moiros e seus respectivos exércitos. – Festa do Mar, em Lages e Sagres. Glorificação do Infante D. Henrique, iniciador dos descobrimentos, exaltação dos navegadores do ciclo Henriquino. Alocação por Sua Eminência o Cardinal Patriarca; bênção do Mar e do Império, no alto do rochedo de Sagres. – Abertura em Lisboa, da Exposição Bibliográfica e Documental das Cortes do Reino – Grande Cortejo Histórico das Corporações, também em Lisboa 	<p>Mantido</p> <p>Mantido, incluído o discurso do Presidente da Republica na Câmara Municipal de Lisboa</p> <p>Mantido</p> <p>Mantido, incluído Cortejo das Flores, Missa Campal</p> <p>RETIRADO</p> <p>RETIRADO</p> <p>RETIRADO</p> <p>RETIRADO</p> <p>RETIRADO</p> <p>Mantido</p> <p>RETIRADO</p> <p>Transferido o Cortejo para o Porto</p>
<p>Segundo 28 maio - 14 Julho</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Comemoração do “28 de Maio” - data da Revolução Nacional. – Grande Cortejo do Trabalho, no Porto. – No mesmo dia, também no Pôrto, inauguração solene do Congresso das Corporações. – Inauguração no Pôrto da exposição retrospectiva do grande escultor Soares Reis. – Inauguração, em Lisboa, da Semana Olímpica. – Inauguração solene da grande Exposição do Mundo Português, situada entre a Torre de Belém e a Igreja dos Jerónimos, esses dois padrões da época manuelina. – Entre outros, esta Exposição compreenderá os Pavilhões da Fundação da Nacionalidade, da Independência, das Descobertas, da Colonização, do Brasil, dos Portugueses no Mundo e aquêl que representará «Portugal- 1940», isto é, «a projecção, no presente, dos oito séculos de história que a Exposição comemora». – Inauguração do Congresso do Mundo Português. – Abertura da Exposição Cartográfica Portuguesa. – Inauguração, no Porto, da Exposição de Barroco. 	

Ciclo	Eventos	Situação no Programa Oficial
	– Cortejo Imperial do Mundo Português-Lisboa.	
Período intermédio correspondente às férias - 3 de agosto a 4 de outubro	– Congresso Internacional da Mocidade.	RETIRADO
Terceiro 25 outubro 2 de dezembro	<ul style="list-style-type: none"> – Glorificação da Acrópole de Lisboa em duas grandes datas históricas 1147-1640. Festa histórico-militar. – Abertura do Congresso Luso-Brasileiro de História. – Festa do Brasil na Exposição do Mundo Português. Espetáculo de Gala: «Frei Luiz de Sousa». – Romagem dos congressistas brasileiros ao túmulo de Pedro Álvares Cabral em Santarém. – Entrega ao Governo do Palácio da Restauração oferecido ao estado pela Colónia Portuguesa do Brasil. – Encerramento das festas nacionais pelo Chefe do Estado na Câmara Municipal de Lisboa. 	

Quadro 4 – Primeira Proposta de Programa Oficial para as Comemorações Centenárias¹¹¹

O confronto entre o primeiro programa e outros programas encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), e ainda as diversas observações manuscritas, acréscimos e cortes com o objetivo de chegar à definição do Programa Oficial, deixou visível a dificuldade de conciliar o programa das comemorações com o que já havia sido dito e publicado sobre as festas pelo Chefe do Estado. Consta no Impresso de Divulgação das Comemorações:

Salazar não quis, porém, que as comemorações de 1940 fossem unicamente festivas. A par das festas, haverá, pois, congressos do mais alto interesse científico e artístico, exposições completíssimas e curiosidades, reconstituições históricas realizadas com o maior escrúpulo e o máximo de rigor¹¹².

Diante do que já tinha sido publicizado sobre as intenções com a Festa, a definição do programa ocorreu de fato durante a reunião da Comissão Executiva, realizada em 22 de novembro de 1938. Na Acta de número 4, encontramos os registros da Comissão sobre o que ficou definido e aprovado, como também a decisão final, ou seja, que as comemorações se dariam apenas no ano de 1940. Vejamos o que diz a Ata:

¹¹¹ O registro dos eventos excluídos dessa primeira proposta foi feito a partir do confronto entre o que foi mantido e suprimido quando da aprovação do Programa Oficial.

¹¹² CONVITE, 1940, p.15. Palavras de Salazar utilizadas no Impresso de divulgação das Comemorações. Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários.

Entrou-se em seguida na apreciação das linhas gerais do programa – calendário das comemorações sendo resolvido que todos os actos e solenidades do programa oficial se realizassem em 1940, iniciando-se o período das festas nos últimos dias de Abril (provavelmente dia 27) terminando na primeira quinzena de Dezembro, e concentrando-se a maior intensidade do programa em três ciclos com a duração de um mês a mês e meio, primavera, verão e inverno¹¹³.

Sobre o Programa Oficial (Apêndice A), ficou decidido que seria dividido em três ciclos intitulados: Medieval (2-15 de junho), Imperial (16 de junho a 14 de julho), Período Intercalar correspondente às férias (10 de agosto a 30 de outubro) e Época Brigantina (10 de novembro a 2 de dezembro). As comemorações foram distribuídas em cerimônias religiosas, históricas, festas populares, culturais, científicas e exposições, num período de 7 meses. Apesar de toda essa organização, alguns eventos descritos no Programa Oficial não foram realizados, a exemplo da inauguração do Estádio Nacional e do Teatro São Carlos, em razão do atraso das obras.

A inauguração da Exposição do Mundo Português estava prevista para acontecer no ciclo *Imperial* — como vimos, as comemorações foram divididas em períodos dentro da história de Portugal, com o objetivo de articular a cronologia em épocas segundo a história sociopolítica e econômica do país. O primeiro dia desse ciclo — 16 de junho — marcava a abertura da Exposição, pois esse evento era considerado pelo Comissariado da Exposição do Mundo Português como a “Grande Exposição Histórica”, a “síntese da história de Portugal no Mundo” e “a história de Portugal através da imagem”.

A partir do Programa Oficial (ver Apêndice A), o grande número de eventos a serem organizados para comemorar os oito séculos de história, tais como congressos, atos solenes, festejos populares, exposições etc., obrigou o governo a ampliar o orçamento com a publicação do Decreto Nº. 29.989, de 28 de outubro de 1939. Era preciso fortalecer e garantir as atividades propostas para as festas centenárias e liberar os recursos financeiros para as ações que já estavam em andamento e também garantir as futuras obras. Assim, destacamos dois artigos dessa lei que tratam desta questão:

Artigo 1º - É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 20.000.000\$00 destinado a reforçar a verba de 15.000.000\$00 inscrita no orçamento do Ministério das Finanças do ano económico no capítulo 22º artigo 385º, para pagamento de despesas a realizar com as Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal.

Artigo 2º - È adicionada à verba de 53.000.000\$00 inscrita no capítulo 9º, artigo 255º «Importância de parte dos saldos de anos económicos findos» a aplicar a

¹¹³ Actas das Reuniões do Comissariado da Exposição do Mundo Português, Acta nº 4, p. 5. (SNI 2820).

«Outras despesas» (Comemorações Centenárias de 1940, etc.) do orçamento das receitas para o ano económico de 1939 a importância de 20.000.000\$00¹¹⁴.

Com relação à aplicação das verbas¹¹⁵, foram apresentadas planilhas de custos de acordo com os itens definidos pela Comissão. Os recursos financeiros foram gastos na execução das festas centenárias, incluindo despesas com pessoal, gratificações dos cargos estabelecidos para a Comissão, realização dos eventos dos Congressos e Cortejos Históricos, aquisição de material permanente e de consumo, divulgação e exposições. Havia um valor total de custos de 35.520.000\$00, mas, na liberação financeira constante do Decreto N.º. 29.989, de 30 de novembro de 1939, o valor total ficou em 88.000.000\$00. Possivelmente algumas despesas não estavam incluídas nesse primeiro quadro financeiro.

No quadro a seguir podemos identificar as despesas alocadas e a distribuição de seus valores a partir dos itens a serem executados para atender ao estabelecido no Programa elaborado pela extinta Comissão Nacional, assumido pela Comissão Executiva. Ressaltamos que ao Comissariado do Mundo Português, responsável pela execução e montagem da Exposição do Mundo Português, coube um orçamento de 15.000.000\$00, que representava quase 42% do montante total, restando 20.320.000\$00 para serem distribuídos entre os demais itens.

Itens de despesas	Valores (em escudos)
DESPEAS COM PESSOAL	
Pessoal contratado e assalariado	504.000\$00
DESPEAS COM MATERIAL	
Aquisições de utilização permanente	
1) Móveis e decorações	35.000\$00
2) Maquinas de escrever, aparelhos e utensílios	25.000\$00
Material de consumo corrente:	
1) Impressos	20.000\$00
2) Diversos não especificados	72.000\$00
PAGAMENTOS DE SERVIÇOS	
Despesas de higiene, saúde e conforto: Luz, aquecimento, limpeza e outro	108.000\$00
Despesas de comunicações	
1) portes de Correio e telégrafos	108.000\$00
2) telefone	26.000\$00
3) transportes	12.000\$00

¹¹⁴ LEGISLAÇÃO..., 1939, p. 25.

¹¹⁵ Resumo e desenvolvimento, por capítulo, das verbas fixadas nos orçamentos para as comemorações do duplo centenários. (Documento datilografado com 5 páginas). (SNI 3959).

Itens de despesas	Valores (em escudos)
OUTROS ENCARGOS	
Renda da Casa	63.000\$00
Despesas Imprevistas	27.000\$00
SECÇÕES	
EXPOSIÇÃO DE ARTE PORTUGUESA	1.560.000\$00
1) Remuneração do pessoal permanente ao serviço da Secção	50.000\$00
CONGRESSOS	
1) Congresso do Mundo Português, incluindo Congresso Luso-brasileiro de História e Congresso Ciências da Colónia	900.000\$00
2) Congresso Internacional da Mocidade	500.000\$00
3) Congresso de Ciências da População	200.000\$00
4) Despesas determinadas pela intervenção da Secção em outros Congressos	150.000\$00
5) Remuneração do pessoal permanente ao Serviço da Secção	50.000\$00
FESTAS E ESPECTACULOS	
1) Cortejo do Mundo Português	1.300.000\$00
2) Cortejo do Trabalho	500.000\$00
3) Festejos dos Santos Populares	250.000\$00
4) Fogo de Artifício	400.000\$00
5) Festa no Castelo de São Jorge	150.000\$00
6) Ornamentação nas ruas	1.250.000\$00
7) Outras festas	850.000\$00
8) Récita de Gala em S. Carlos	50.000\$00
9) Concertos sinfónicos	10.000\$00
10) Espetáculos córeo-pantomímico	60.000\$00
11) Representação do Fr. Luiz de Sousa	10.000\$00
12) Idem do Fidalgo Aprendiz e da peça comemorativa da Restauração	40.000\$00
13) Récita inaugural da temporada de ópera em S. Carlos	20.000\$00
14) Espetáculo no adro de Alcobaça	60.000\$00
15) Espetáculo no Castelo de Guimarães	40.000\$00
16) Espetáculo de inauguração do Estádio	70.000\$00
17) Despesas imprevistas	90.000\$00
18) Remuneração de pessoal permanente ao Serviço da Secção	50.000\$00
MANIFESTAÇÕES CIVICAS, HISTORICAS, ETC.	
Remuneração de pessoal permanente	50.000\$00
TURISMO	
Remuneração de pessoal permanente	50.000\$00
PROPAGANDA E RECEPÇÃO	
1) Imprensa	100.000\$00
2) Propaganda radiofónica	192.000\$00
3) Cinema	250.000\$00
4) Cartazes	150.000\$00
5) Propaganda especial no estrangeiro	150.000\$00
6) Folhetos	250.000\$00
7) Mapas	50.000\$00
8) Publicações periódicas	283.000\$00

Itens de despesas	Valores (em escudos)
9)Obras de divulgação	325.000\$00
10) Agencia Geral das Colónias	200.000\$00
11)Ex- Libris	25.000\$00
12)Postos de informação	175.000\$00
13)Despesa de recepção	1.00.000\$00
14)Remuneração do pessoal permanente	50.000\$00
COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES	15.000.000\$00
OUTROS ENCARGOS	
1)Para ocorrer a encargos do pessoal permanente das Secções além do previsto	1000.000\$00
2)Para ocorrer a encargos imprevistos (material e pessoal da Secretaria,das Secções e do Comissariado)	250.000\$00
3)Encargos complementares ou imprevistos provenientes da execução do programa total	3.000.000\$00
TOTAL	35.520.000\$00

Quadro 5 – Distribuição das atividades e seus respectivos valores¹¹⁶

Para uma relação de valores gastos na Exposição e o parâmetro econômico da época, apresentamos os índices de ajustes salariais e também a cotação do dólar em Portugal¹¹⁷. A média do salário diário em 1932-1938 era de 12\$00 (doze escudos) e nos anos de 1939-1943, passou a 15\$00 (quinze escudos). Sobre o câmbio, em 1940, um dólar americano era cotado em 25 escudos¹¹⁸.

No Relatório do Comissário da Exposição¹¹⁹, enviado ao Presidente do Conselho, no item *Revisão de despesas feitas*, Augusto de Castro fez uma exposição de motivos sobre os custos relativos, exclusivamente à Exposição, que divergem do valor apresentado nas despesas com o “Comissariado da Exposição do Mundo Português, de 15.000.000\$00”, constante no documento *Resumo e desenvolvimento, por capítulo das verbas fixadas nos orçamentos para as comemorações do duplo centenários*, já apresentado. Consta no Relatório de Augusto de Castro a discriminação por itens dos custos de cada procedimento a ser realizado para erguer a “Cidade das Ilusões”. Antecipando suas preocupações, o Comissário da Exposição informa que as atividades a serem realizadas dividiam-se em duas: construções e recheios dos pavilhões, com orçamentos distintos para cada rubrica, sob a justificativa: “[...] só a iconografia plástica, a decoração mural, a estatuaria, a pintura alegórica, poderão evocar, aos olhos dos portugueses, o grande quadro glorioso do seu passado. E isso custa muito caro [...]”

¹¹⁶ Resumo e desenvolvimento, por capítulo, das verbas fixadas nos orçamentos para as comemorações do duplo centenário. 5 pág. (SNI 3959).

¹¹⁷ PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas *15 Anos de Obras Publicas 1932-1947*. Lisboa, 1947.

¹¹⁸ PEREIRA, 1995. No Brasil, o Decreto-lei 2.162/40, de 1 de maio de 1940, fixou o salário mínimo em 240 mil reis.

¹¹⁹ Cópia do Relatório para Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho FCS 14/5/1939. (SNI – 3959).

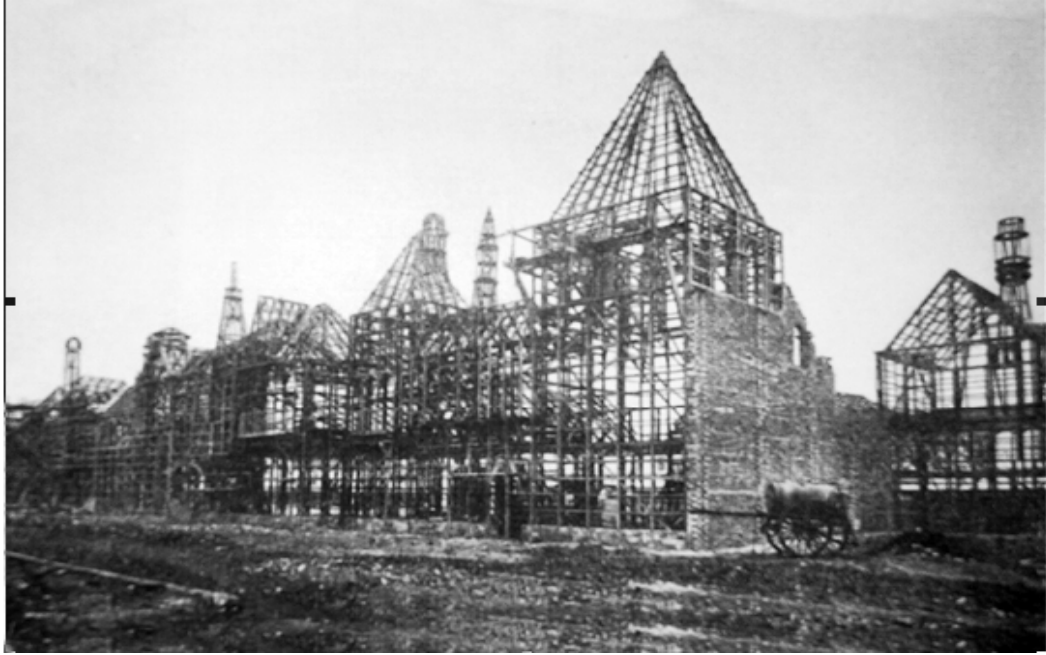


Foto 7 – Construção de um pavilhão para a Exposição¹²⁰



Foto 8 – Construção do Pavilhão dos Portugueses no Mundo e a Praça do Império¹²¹

Assim, para demonstrar que a verba não seria suficiente para os custos das construções, no item *IV Construções* do Relatório, foram apresentados os valores atribuídos a cada trabalho a ser executado para as construções e serviços da Exposição do Mundo

¹²⁰ Em destaque as estruturas de madeira que depois foram revestidas com estafe. CAPOPI – Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Publicas.

¹²¹ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Publicas.

Português. Os valores foram individualizados por item. Augusto de Castro conclui sua argumentação informando ao Presidente do Conselho, Antonio Oliveira Salazar, que havia uma diferença de 8.000.000\$00 alocados em uma outra rubrica denominada “imprevistos”, que ocorreram durante os trabalhos, correspondendo ao valor total de 34.000.000\$00 e não 15.000.000\$00, como apresentado no Quadro 6.

No Quadro 7, destacamos os serviços e respectivos valores definidos para a Exposição. Nessa distribuição não aparece individualizado o custo do “Pavilhão Brasil Colonial”, já que estava inserido no “Pavilhão dos Portugueses no Mundo” e Portugal 1940. Outra situação que deve ser lembrada é que o Pavilhão Brasil 1940 foi uma construção que ficou sob a responsabilidade financeira do governo brasileiro, como esclarecido anteriormente. Por esta razão, seu valor não foi somado nos custos e orçamentos da Exposição dos Portugueses no Mundo.

Construção	Valor (em escudo)
– Obras de reparação e adaptação dos edifícios existentes em Belém e Casa Cadaval	70.000\$00
– Pavilhão de “Honra” e Pavilhão de “Lisboa”	1.800.000\$00
– Pavilhão dos “Portugueses no Mundo” Pavilhão do “Brasil” e Pavilhão “Portugal 1940”	1.800.000\$00
– Pavilhão da “Fundação”	440.000\$00
– Pavilhão “Formação”	400.000\$00
– Pavilhão da “Independência”	600.000\$00
– Pavilhão dos “Descobrimientos”	1.000.000\$00
– Grande Esfera dos “Descobrimientos”	500.000\$00
– Pavilhão da “Colonização”	600.000\$00
– Memória de “Propagação da Fé”	50.000\$00
– Aldeias Portuguesas	900.000\$00
– Etnografia Colonial	4.000.000\$00
– Etnografia Metropolitana	1.500.000\$00
– Restaurante	100.000\$00
– “Nau Portugal”	700.000\$00
– Teatro	250.000\$00
– Adaptação dos edifícios	50.000\$00
– Parque de estacionamento	40.000\$00
– Casa “Santo Antonio”	60.000\$00
– Jardim dos Poetas	80.000\$00
– Parque de Atracções (Porta e Urbanização)	200.000\$00
– Porta da “Fundação”	500.000\$00
– Porta de “Cascais”	400.000\$00
– Porta e Ponte de acesso ao Jardim Colonial (Etnografia Colonial)	250.000\$00
– Grande Padrão Monumental da “Descoberta”	1.500.000\$00
– Iluminação decorativa	1.500.000\$00
– Elementos decorativos e bandeiras	1.000.000\$00
– Instalação da rede geral electrica	600.000\$00
– Fontes luminosas	600.000\$00
– Urbanização	250.000\$00

Construção	Valor (em escudo)
– Jardim e ornamentação vegetal	430.000\$00
– Serviços de utilidade pública	100.000\$00
– Vedações	250.000\$00
– Iluminação Interiores	1.200.000\$00
TOTAL	26.000.000\$00

Quadro 6 – Pavilhões da Exposição e a distribuição de recursos¹²²

Após ajustadas as providências e pendências para a efetivação das comemorações, é importante destacar que o local em que deveria acontecer a Exposição — uma área de 560 mil metros quadrados — fora urbanizado com seus 17 pavilhões erguidos. Manuel Duarte Sá e Melo¹²³, na qualidade de engenheiro e comissário adjunto da Exposição, avaliava as muitas dificuldades para chegar à finalização dos prédios, justificando:

[...] por vezes nos defrontamos com dificuldades e obstáculos que pareciam insuperáveis, como: a) prolongado quadro de chuvas: em 494 dias de trabalho registram-se 179 chuvosos, ou seja cêrca de 36% de dias de tempo desfavorável; b) a Guerra, que forçou à paralisação e afrouxamento de certos trabalhos durante os meses de setembro e outubro e c) a falta, no mercado, de determinados materiais.

Os autores que assinaram os projetos para as construções, entretanto, vangloriavam-se do resultado alcançado na área urbana de Belém, que mudou seu aspecto após a intervenção. A implantação e construção da “Cidade das Ilusões” para a Exposição do Mundo Português realizou uma modernização e higienização do bairro, em razão da execução dos trabalhos que os artistas fizeram, com suas construções e decorações efêmeras. Para Aquilino Machado¹²⁴: “A realização da Exposição do Mundo Português possibilitou reabilitar uma área marginalizada urbana e ambientalmente, mediante o desmantelamento de velhas indústrias obsoletas, barracões.” Essa Cidade também foi chamada por Augusto de Castro, nos discursos veiculados nos jornais portugueses de 1940, quando das inaugurações dos Pavilhões, de “Cidade das Mil e Uma Noites”. Foi projetada para que depois de pronta apresentasse a narrativa do passado e do presente com as seguintes secções, que se dividiam em quatro grupos:

1. Secção Histórica: - constituída de 10 pavilhões;
 - a Casa de Santo Antônio;
 - bairro seiscentista: o bairro Comercial e Industrial

¹²² Cópia do Relatório para Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho FCS 14/5/1939, p. 18-26. (SNI – 3959).

¹²³ SÁ E MELO, Manuel Duarte Moreira de. A exposição do Mundo Português. *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, Lisboa, Ano IV, n. 48, p. 441-471, dez. 1940. p. 442.

¹²⁴ MACHADO, 2004, p. 83.

2. Centro regional: constituído de 6 pavilhões
3. Secção Colonial: um Jardim e evocação etnográfica e coloridas províncias ultramarinas, um pavilhão e a Selva;
4. Secção de Diversos: restaurantes; 3 centros de informações; 2 cabines de som; parques de diversão; espelho de água; grande lago; pavilhão das telecomunicações; pavilhão dos portos; caminhos de ferro; Nau Portugal.

Heloisa Barbuy¹²⁵, ao analisar as exposições, conclui:

[...] trata-se de um complexo de elementos de construção de uma realidade forjada (representação), a ser apreendida, visualmente, por um observador que obedece à disciplina própria do espetáculo, tendo de seguir regras determinadas de comportamento para poder participar do que lhe é apresentado.

E assim, para concretizar a representação do passado e do presente dos portugueses no mundo, o que até aquele momento era uma idéia passava a necessitar de uma forma e tornava-se a cada dia a prova material de que a idéia da festa, no que diz respeito à Exposição do Mundo Português, estava seguindo seu fluxo normal. Nesse espaço expositivo, no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, o Palácio da Exaltação, o Brasil foi narrado no Pavilhão intitulado *Exposição Histórica-Brasil Colonial*, sendo utilizado o acervo do Museu Histórico Nacional, que apresentava e destacava seu aspecto histórico enquanto Colônia de Portugal, nos quadros de imperadores, princesas, armas, canhões, sua independência em 1822, indo até o Brasil de Getulio Vargas, assunto que será tratado no Capítulo 2.

¹²⁵ BARBUY, 1999, p. 50.

2 A NAÇÃO IRMÃ: NO BRASIL, A PREPARAÇÃO DO FILHO ILUSTRE

O Brasil carinhosamente convidado comparecerá e viverá em prazer não como visitante, mas, como menino da família. Embora politicamente separado permanece fiel ao seu espírito e leal a sua amizade.

Getulio Vargas¹

2.1 CONVITE AO BRASIL PARA AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

A participação do Brasil nas comemorações centenárias de Portugal, em 1940, na categoria de convidado especial, era uma intenção sinalizada desde o momento em que se pensou nas festas. Em documento datado de 24 de fevereiro de 1938, encaminhado pelo Embaixador Alberto de Oliveira ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, informando dos primeiros trabalhos realizados pela Comissão Preparatória para as festas centenárias encontramos a seguinte informação: “Todos foram concordes na necessidade de se convidar o Brasil a tomar parte, ao nosso lado, nas festas, e o seu Presidente a assistir a elas, e nos melindres que temos de respeitar para que o Brasil, não só aceite, mas venha com sincero interesse e até desvanecimento.”²

As palavras foram escolhidas com muito cuidado, com um tom temerário, o que pode nos levar a uma compreensão da atitude diplomática que Portugal teria de empreender ao convidar o Brasil, isto porque, havia uma preocupação de como esse chamamento a uma ex-colônia independente, para participar das festas centenárias, seria entendido pelos brasileiros. Esse cuidado refletiu-se em alguns momentos na própria designação atribuída ao convidado — Brasil — por quem o convidou — Portugal. Por isso, o título deste capítulo revela as duas situações apresentadas e encontradas em quase todos os momentos da preparação e também depois, durante as festas centenárias, em discursos, jornais da época e documentos oficiais.

¹ PAVILHÃO do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português-1940. Lisboa: Oficinas da Neogravura, 1941. Não paginado. Resposta de Getulio Vargas sobre a participação do Brasil.

² Carta de 24 de Fevereiro de 1938 - Alberto de Oliveira para o Presidente do Conselho. (AATT/AOS/CO/PC 22 A). O grifo foi feito com lápis cera vermelho, para efeito de destaque da informação.

Em algumas situações, o Brasil foi identificado como o FILHO ILUSTRE da pequena nação portuguesa — MÃE PÁTRIA — Portugal; em outros, a NAÇÃO IRMÃ. Essas duas qualificações, a nosso ver, podem significar dois momentos distintos: quando somos “irmão”, estamos na condição de parentesco, em pé de igualdade, saídos do mesmo tronco familiar, sem estar subordinado; na condição de “filho”, que significa ser parido, nascido do ventre da mãe Portugal, há uma relação de subordinação. Mesmo com a insegurança de quem somos, é a primeira relação — Filho Ilustre — a expressão mais usual.

Assim, vejamos o discurso do Dr. Edmundo Luz Pinto, Embaixador Extraordinário do Brasil na Assembléia Nacional, no qual fica evidenciado que o entendimento sobre a relação com Portugal era colocado, no Brasil, nas duas possibilidades de parentesco, porém o mais corrente era o de *filho*:

Não creio que na história do Mundo haja um episódio de tão surpreendente beleza. É na esfera das nações um quadro a que só se poderia assistir no seio de uma nobre família. É o pai venerando beijando a fronte do filho robusto, que abandonou a casa sem seu consentimento expresse, mas acertou e venceu nos seus caminhos, honrando-lhe a tradição e nome!³

Voltando ao convite feito ao Brasil, com a intenção de não provocar melindres, foi buscada uma solução para resolver essas preocupações. O senhor Alberto de Oliveira sugeriu a possibilidade da ida de um delegado especial ao Brasil, que tivesse a incumbência de fazer o convite, indicando ao Presidente do Conselho o nome do Almirante Gago Coutinho, que estaria em visita ao país. Foi apresentada a seguinte sugestão:

E um encontro fortuito com o almirante Gago Coutinho que vai para o Rio em Março, com demora de tres mezes, levou-me a/pensar que ele seria o embaixador ideal, não só pela sua barateza, mas por ser estimadissimo e admiradissimo pelos Brasileiros, lhes conhecer as susceptibilidades, ser mestre em assuntos histórico-geograficos prortugueses, e poder até, numa serie de conferencias apropriadas, “cosinhar” lá a opinião pública no sentido duma adesão em massa ao nosso plano. Se V. E. Concordar, não ha tempo a perder, porque ele parte na primeira quizenza de Março, e não ha senão bem em que O Brasil seja convidado antes de mais ninguem, embora semi-oficial e mesmo confidencialmente.

O convite feito ao Brasil pelo Almirante Gago Coutinho não era formal; seria mais uma consulta sobre sua participação ou a necessidade de atender ao convite de Portugal. O convite oficial, realizado pelo Governo Português ao Brasil, para participar das festas centenarias, só ocorreu quando da publicação da Nota Oficiosa. Isto é verificado desde a

³ PORTUGAL Comemora o seu passado glorioso: a gratidão do Brasil. *Raízes de Oito Séculos*, Lisboa, 1940a. p. 376-377. (Arquivo Nacional, nº 440).

primeira redação, uma espécie de esboço, da Nota Oficiosa do Presidente do Conselho, Antonio Oliveira Salazar, em 1938, quando o convite à Nação Irmã já estava apresentado como um item do referido documento. Assim, quando de sua edição, no item 4, havia a indicação de um convite especial, para demonstrar o desejo de Portugal da participação do Brasil:

4. Ao Brasil é devida referência especial⁴, pois, seja qual fôr a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil. A história dos dois povos é comum a ambos, até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois remos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, corno do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua língua e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quasi um continente, um mundo novo, e dêle jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade, em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connôscos. Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História⁵ ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica. Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenários de 1139-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então eléctivo e intenso como nunca o foi; e que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária⁶ realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria⁷.

Após o convite, a primeira iniciativa de participação nas Festas Centenárias, se assim podemos chamar, do Brasil em relação às festas, foi da Colônia Portuguesa, registrada na reunião da Comissão da Exposição do Mundo Português, na Acta nº 4, de 22 de novembro de 1938. Essa reunião foi dirigida por Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva, com as presenças de Linhares Lima, Silveira e Castro, Reinaldo dos Santos, José da Silva Bastos (substituindo Antonio Ferro) e Eduardo Pinto da Cunha. Participou também o Secretário da Secção, Luiz Teixeira. Foi possível localizar na pauta a primeira discussão sobre a

⁴ Notas Oficiosas. (AOS/CO/FI 2D). No manuscrito original da Nota Oficiosa, feito por Salazar, este trecho, inicialmente, estava com a seguinte redação: “4. Ao Brazil é devida referência à parte [riscado] especial, pois seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram [...]”

⁵ Notas Oficiosas. (AOS/CO/FI 2D). No documento original consta: “[...] que erga o seu padrão de História ao lado do nosso, que seja [riscado] não seja apenas nosso hospede de honra, mas como companheiro [riscado] como da família a par de nós acolha as homenagens [...]”

⁶ Notas Oficiosas. (AOS/CO/FI 2D). Este trecho encontrava-se com esta redação no original: “[...] mais extraordinária realização [em cima da margem - do que é Portugal para o Brasil] - a ponte inicial da sua vida - [ilegível] a mãe venerada [foi riscado] a pátria da própria pátria.”

⁷ SALAZAR, 1939a, p. 3.

participação da Colônia Portuguesa no Brasil⁸, que pretendia presentear Portugal com a construção de um monumento, erigido com o recolhimento de donativos no Brasil. Na reunião, Dr. Julio Dantas expôs o assunto aos presentes:

Continuando no uso da palavra, o senhor presidente comunicou que se avistara com êle o senhor Albino de Souza Cruz, Presidente da Federação da Colônia Portuguesa no Brasil, pelo qual lhe foi manifestado o desejo, expresso pela mesma Colônia, de contribuir para as festas do duplo centenário de maneira significativa e perdurável, intenção de que já dera conhecimento ao Governo português. O arco de Triunfo, cujo projecto o architecto senhor Cortez delinearã dentro da verba máxima de cinco mil contos de que a Colônia poderá dispôr⁹.

Esse presente — o monumento — não foi aceito, porque Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas, opinou que o monumento, inicialmente pensado para ser colocado no Parque Eduardo VII, não possuía a monumentalidade necessária para o espaço que se pretendia destinar. Assim, ficou registrado na ata:

[...] não foi aceito pelo senhor Ministro das Obras Publicas por não apresentar a suficiente monumentalidade, que só com mais larga verba se atingirá. Não sabe, pois a Colônia de que modo poderá colaborar nas festas nacionais de 1940, afirmando à Comissão Executiva de o fazer e o propósito de considerar qualquer sugestão que nesse sentido lhe seja apresentada¹⁰.

O projeto do monumento está incluído no documento intitulado *Colaboração do Brasil*¹¹. Encontramos, inclusive, o anteprojeto, de autoria do arquiteto José Cortes, que foi enviado a Portugal com as especificações estabelecidas para a avaliação da Comissão.

⁸ Para organizar a participação da Colônia Portuguesa do Brasil, também foi criada uma comissão intitulada *Comissão Executiva Pró-Centenário*.

⁹ Actas das reuniões da Comissão da Exposição de 1940-Acta nº 4, p. 5. Sessão 22 de novembro de 1938, dirigida por Julio Dantas presidente da Comissão Executiva. Presentes os senhores Linhares Lima, Silveira e Castro, Reinaldo dos Santos, José da Silva Bastos (delegação Antonio Ferro) e Eduardo Pinto da Cunha. Assistentes Secretario da Secção Luiz Teixeira. (ANTT-SNI 2820).

¹⁰ Actas das reuniões da Comissão da Exposição de 1940-Acta nº 11, p. 3. Sessão de 18 de janeiro de 1939, com as presenças de Julio Dantas, Linhares Lima (Vice-Presidente) Silveira Castro, Augusto de Castro, Antonio Ferro, não compareceu Reinaldo dos Santos por motivo de doença. (ANTT-SNI 2820).

¹¹ Colaboração dos portugueses do Brasil nas Comemorações dos Centenários 1938-1941. (ANTT-AOS/CO/PC 22 A).

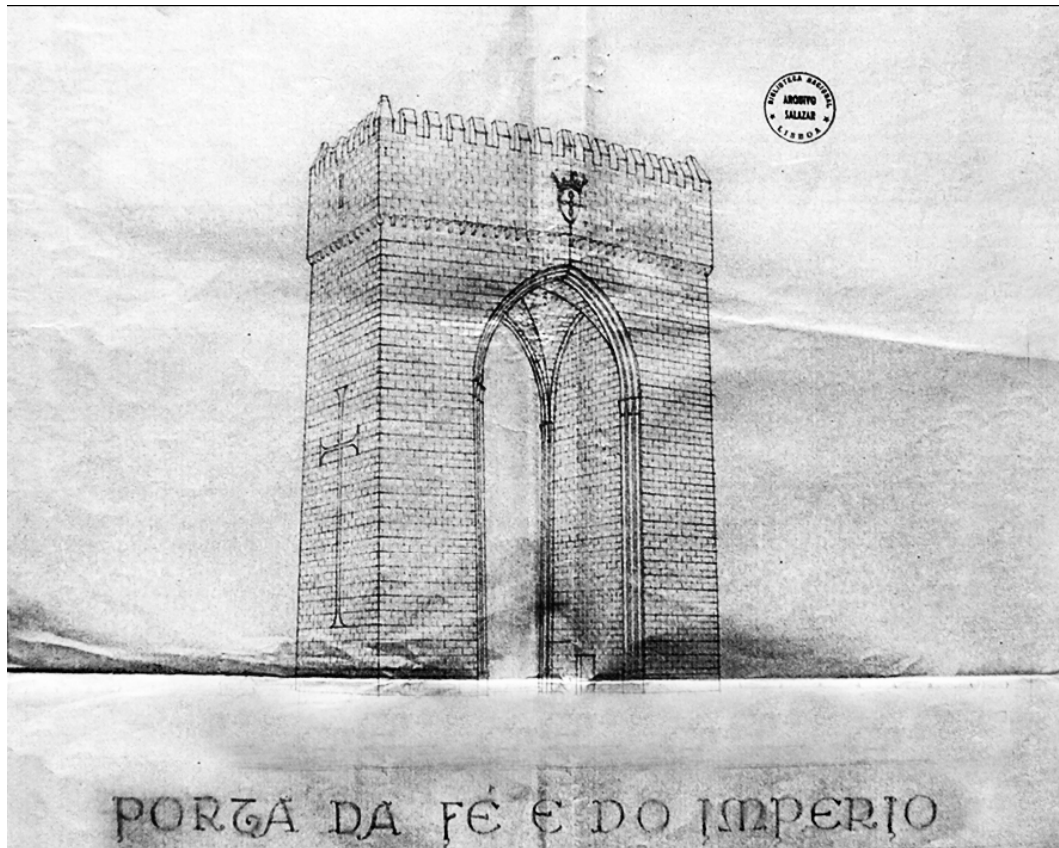


Foto 9 – Desenho do projeto do Monumento que seria doado pela Colônia de Portugal no Brasil nas Festas Centenárias¹²

O projeto apresenta a “Construção da Porta da Fé e do Império”, em forma de um Arco de concreto com 100 metros de largura e 40 metros de altura, tendo numa fachada a Cruz de Malta (Fé) e na outra a Espada de D. Dinis (Império), orçado em 200:000\$00 (Duzentos mil contos, em moeda portuguesa – escudos). Acompanha o documento a justificativa apresentada para a instalação do monumento no local pretendido:

Esta porta monumental será edificada no centro de uma praça circular, a estabelecer no alto do denominado Parque Eduardo VII e se possível no cruzamento, de 2 grandes avenidas, sendo uma, o futuro prolongamento da Avenida da Liberdade e a outra, a semi-circular que abrangerá o actual circunvalação. E esse cruzamento foi idealizado, para que ficasse igualmente perpetuado, o símbolo eterno da nossa Fé¹³.

¹² Colaboração dos portugueses do Brasil nas Comemorações dos Centenários 1938-1941. (ANTT-AOS/CO/PC 22 A).

¹³ Ibidem. p. 4.

Numa Carta do Barão de Saavedra, que consta da documentação pessoal do senhor Albino de Sousa Cruz¹⁴, é possível identificar que o assunto do “monumento-presente” a Portugal, também foi tratado pelo Barão, em carta datada de 5 de janeiro de 1938, que informava ao senhor Sousa Cruz sobre a questão relativa à construção do presente da Colônia Portuguesa no Brasil, avaliando:

A opinião geral da Comissão¹⁵ fixou-se n’um monumento, género arco do triumpho, conforme suggestão vinda de Lisboa por intermédio de V. Excia. Nesse sentido o nosso compatriota e brilhante architecto José Cortez traçou um projecto de monumento que em suas linhas gerais agradou a Comissão¹⁶.

Buscando resolver o impasse, no decorrer das discussões da reunião da Comissão Executiva, o senhor Linhares Lima fez uma proposta para seus membros, mesmo que a princípio não fosse esta a intenção da Colônia portuguesa no Brasil, sugerindo a compra do que já existe do patrimônio português edificado, indicando o Palácio dos Condes de Almada¹⁷, a saber:

Pelo senhor Coronel Linhares de Lima foi dito que havendo sugerido ao senhor Albino de Souza Cruz a aquisição pela Colônia, do histórico palácio dos Condes de Almada, operação que dada a quantia já realizada por subscrição publica, cabia na verba de que a Colônia poderá dispor, lhe parecera que semelhante idéia não correspondia às intenções dos portugueses do Brasil, que preferem ligar o seu nome a um monumento por eles oferecidos ao país.

O que deveria ser dado como presente para Portugal, uma espécie de marco das comemorações centenárias, não foi uma obra nova, mas um monumento já existente, que deveria ser restaurado e entregue pela Colônia portuguesa do Brasil. Assim, foi escolhido pelo presenteado o que representava a grandeza dos portugueses, por ter sido o local da proclamação de sua Independência: o Palácio dos Condes de Almada¹⁸. Essa oferta fez com

¹⁴ Cartas particulares dirigidas a S. Ex^a. o Presidente do Conselho pelo Senhor Sousa Cruz. Albino Souza Cruz (Pt-1869-RJ-1962). (ANTT-AOS/CO/PC-22 A. 1938, novembro; 1941, março). Emigra para o Brasil aos 14 anos, passa a trabalhar numa fábrica de cigarros. Fundou a Companhia Souza Cruz. Foi Presidente da Federação da Colônia Portuguesa no Brasil e participou ativamente como representante da Colônia para a construção do Monumento que seria dado a Portugal em 1940. DICIONÁRIO de História do Estado Novo. Lisboa, PT: Bertrand, 1996. v. I (A-L); NETSABER Biografias. *Home page*. Disponível em: <<http://biografias.netsaber.com.br>> Acesso em 13 jan. 2008; e SAPO Pesquisa. *Home page*. Disponível em: <<http://pesquisa.sapo.pt>> Acesso em: 13 jan. 2008.

¹⁵ A Comissão a que se refere o Barão de Saavedra é a que foi constituída pela Colônia Portuguesa no Brasil para as Festas Centenárias em Lisboa, em 1940.

¹⁶ Cartas particulares dirigidas a S. Ex^a. o Presidente do Conselho pelo Senhor Sousa Cruz. (ANTT-AOS/CO/PC- 22 A 1938, Novembro; 1941, março).

¹⁷ O Palácio da família Almada, construído no século XV, já era tombado pela Direção de Obras Públicas como patrimônio nacional, por decreto de 16/06/1910. ANTT-SNI-AOS/CO/PC 22A.

¹⁸ A doação do imóvel ao Estado foi regulamentada pelo Decreto-lei n° 29.638, de 30 de maio de 1939, que autorizava a Direção da Fazenda Pública a adquirir para a Colônia portuguesa do Brasil a fim-de lhe doar ao Estado o prédio. Valor da compra 5.000.000\$00. No mesmo decreto consta que o prédio passará a se chamar *Palácio da Independência* e será destinado à Mocidade Independente e Museu da Restauração e a Sociedade

que o dinheiro arrecadado no Brasil fosse destinado à restauração do imóvel, que estava com problemas de conservação.



Foto 10 – Palácio de Almada, oferecido a Portugal, nas Festas Centenárias, pela Colônia de Portugal no Brasil¹⁹

O presente já estava construído, só era necessário restaurar. Assim, para marcar as Festas Centenárias com um presente para os portugueses, a Colônia portuguesa no Brasil “deu” um imóvel que já pertencia ao patrimônio português. Este assunto só foi resolvido de forma definitiva na reunião registrada como “Acta nº 11”²⁰. Estavam presentes na reunião o Presidente, Dr. Julio Dantas, Linhares Lima (Vice-Presidente), Silveira Castro, Augusto de Castro (Comissário Geral da Exposição), Antonio Ferro. Não compareceu Reinaldo dos

da Independência de Portugal. Na imprensa portuguesa, saiu a notícia no Jornal do Comércio em 21-dez-1938: “Trata-se de adquirir o Palácio Almada donde se proclamou a Independência de Portugal em 1 de dezembro 1640. Este Palácio que está situado no coração da Cidade, será restaurado ficando assim chamado Palácio da Independência, com lápidas descritivas da doação e servirá para o Museu da Restauração, Sociedade Histórica e os organismos da Mocidade Portuguesa...” O Palácio fica no Rossio, no centro de Lisboa, onde atualmente funciona a Sociedade Histórica de Portugal. RAMOS do Ó, Jorge. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

¹⁹ SHIP - Sociedade Histórica da Independência de Portugal. *Home page*. Palácio da Independência. O edifício. Disponível em: <<http://www.ship.pt/palacio/foto6.php>> Acesso em: 20 jan. 2008.

²⁰ Esta Acta não tem data. Entretanto, no campo da hipótese, poderíamos atribuí-la ao mês de janeiro, devido à seqüência cronológica das atas.

Santos, por motivo de doença. Dr. Julio Dantas fez a leitura para os presentes do telegrama do Sr. Sousa Cruz, enviado do Brasil, sobre a decisão da Colônia portuguesa:

[...] o Snr. Presidente deu conhecimento do teor de um telegrama do Snr. Sousa Cruz dirigido ao Snr. Dr. Pedroso Rodrigues, delegado da Comissão da Colônia dos Portugueses do Brasil junto da Comissão Executiva, no qual se comunica que foi resolvido adquirir o Palácio dos Condes de Almada, conforme a sugestão desta Comissão. Todos os vogais se congratularam, em especial o Snr. Coronel Linhares de Lima, na dupla qualidade de membro da Comissão Nacional dos Centenários e Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal²¹.

O edifício foi entregue em um dos derradeiros eventos ocorridos após o encerramento da Exposição, numa cerimônia que contou com a presença de autoridades, com desfiles e discursos, conforme noticiou o Diário de Notícias:

No próximo domingo as 15:30 no Terreiro do Paço será feito o ato de escritura publica da doação do Palácio da Independência ao Estado, haverá depois um cortejo que seguirá pela rua Augusta e pelo Rossio para o Largo São Domingos onde serão entregues as chaves aos representantes da «Mocidade Portuguesa» e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal seus futuros locatários²².

Com relação ao Brasil, encontramos a primeira discussão sobre a participação do país, enquanto representação oficial do governo brasileiro, na “Acta nº 20”, de 21 de março de 1939, que registra a reunião da Comissão, ocorrida com as presenças de Dr. Julio Dantas, Linhares Lima, Antonio Ferro, Augusto de Castro e Reinaldo dos Santos, com o seguinte informe:

Julio Dantas comunica em seguida ter sido procurado pelo Embaixador Luiz Teixeira de Sampaio, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros que lhe transmitiu um questionário do nosso Embaixador no Brasil acerca das Comemorações de 1940 e respeitante à participação daquele país. Desse questionário depreende-se que o Governo Brasileiro pensa fazer-se representar brilhantemente nos três períodos das Celebrações, enviando a Portugal não só os seus melhores valores intelectuais para tomarem parte nos Congressos, como ainda, uma missão, no total aproximado de quinhentas pessoas, composta de Cadetes da Escola Naval e da escola de Guerra, além de uma esquadra que se comporá de um couraçado, um cruzador e um navio de abastecimento. Segundo ainda o mesmo questionário, o senhor Presidente Getulio Vargas pensa também na possibilidade de oferecer a Portugal, tanto para lembrança das datas históricas a comemorar, como para corresponder à gentileza das facilidades relativas ao seu pavilhão na Exposição do Mundo Português, um monumento a Pedro Álvares Cabral que seria erigido numa das praças de Lisboa²³.

²¹ Actas das reuniões da Comissão da Exposição de 1940-Acta nº 11, p. 2. Sessão de 18 de janeiro de 1939, com as presenças Julio Dantas, Linhares Lima (Vice-Presidente) Silveira Castro, Augusto de Castro, Antonio Ferro, não compareceu Reinaldo dos Santos por motivo de doença. (ANTT-SNI 2820).

²² A DOAÇÃO do Palácio da Independência ao Estado pela Colônia Portuguesa do Brasil. *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano 76, n. 26.859, p. 1, 19 nov. 1940.

²³ Acta nº 20, de 21 de março de 1939. (ANTT-SNI 2820).

A carta datada de 1938, enviada a Antonio Salazar pelo senhor Albino de Sousa, avaliando a forma como o Brasil estava respondendo ao convite desde a Nota Oficiosa, apresenta um discurso de preocupação: “Entrando agora nas comemorações centenárias, encontrei aqui tudo parado, tanto da nossa parte, como também dos brasileiros.”²⁴ O missivista continua suas considerações sobre o que estava sentindo em relação à atitude ou falta de atitude do Brasil, no que diz respeito a sua participação, devido à importância do problema e à preocupação que estava gerando. O Sr. Albino de Souza chega a afirmar:

Quanto á parte do Brasil tenho a impressão de que há um mal entendido que me parece o seguinte :

O Presidente foi convidado oficialmente para visitar Portugal por ocasião das comemorações centenárias e segundo se afirma aceitou o convite.

A Nota de V^a. Ex^a. faz alusão ao Brasil de uma maneira muito honrosa para tomar parte nas festas de família, mas nota-se que o Governo espera alguma coisa mais, o que dá a impressão de que não houve [ilegível] do que aquela nota e, se de facto assim é será conveniente desfazer esse equívoco quanto antes, por [...] um convite ao Governo Brasileiro, para que seja nomeada uma Missão ou um Delegado que no Brasil coordene todos os assuntos ligados à representação das Comemorações centenárias em intima colaboração com a Comissão executiva de Lisboa.

Esse delegado ou Comissão seria considerado por Portugal, Membro da Comissão Executiva de Lisboa, realizando assim a formula contida na Nota de V^a. Ex^a. quando declarou que o Brasil estaria ao lado de Portugal, ajudando a fazer as honras da casa, parece-me que assim se encaminhará definitivamente o assunto caso que seja esse o motivo²⁵.

Por sua vez, no Brasil, atendendo à própria sugestão do Senhor Albino de Sousa, o presidente Getulio Vargas nomeou por Decreto, em 29 de março de 1939, a Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses. Essa Comissão tinha por objetivo a elaboração do programa da participação do Brasil nos diversos atos comemorativos daqueles centenários em Portugal, no ano de 1940. A Comissão foi formada pelas seguintes personalidades:

General de Divisão Francisco José Pinto²⁶ Presidente

Gustavo Barroso²⁷

Representação Histórica

²⁴ Aerograma - via Panair, Rio de Janeiro 20-12-38, para Exm^o Snr. Dr. António D’Oliveira Salazar. (AOS/CO/PC- 22 A). No documento há uma observação “Particular” no canto esquerdo indicando que era um documento de conteúdo reservado.

²⁵ Ibidem, grifo do autor.

²⁶ Francisco José Pinto (Rs-1883-RJ 1942). Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1935-1942). Em 1940, foi indicado por Getúlio Vargas como Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário nas Comemorações Centenárias em Lisboa. DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. IV, p. 4665.

²⁷ Gustavo Barroso (Fortaleza 1888-Rio de Janeiro 1959). Formou-se em Direito (1911). Foi professor, escritor, líder da Ação Integralista Brasileira. Membro da Academia Brasileira de Letras (1923), Presidente da Academia Brasileira de Letras (1932-1933). Diretor do Museu Histórico Nacional a partir de 1922. Foi nomeado pelo Presidente da República, em 1940, como Delegado-adjunto do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal, além do cargo de Diretor Histórico. MES-MHN - Arquivo Institucional - Relatório MHN, em 1941.

Oswaldo Orico ²⁸	Representação Cultural
Ernesto Jorge Street	Representação dos “Stands”
Armando Navarro da Costa	Representação Artística
Geysa Boscoli	Representação do D. N. C.
João Maria de Almeida	Secretário Geral e Tesoureiro

Foram nomeados, na categoria de auxiliares: Luis Marques Poliani, Guy de Holanda, Aníbal Marinho de Azevedo, Antonio Aguiar, Arlindo Augusto Teixeira, Eugénia Alves da Silva, Nair Morais Carvalho, João Ferreira dos Santos, Joaquim José Monteiro.

Em 24 de outubro de 1939, a “Acta nº 42”, da reunião da Comissão, com as presenças de Dr. Julio Dantas, Linhares Lima, Antonio Ferro, Augusto de Castro, Reinaldo dos Santos e Silveira e Castro e o convidado brasileiro, o Snr. Augusto Lima Junior, secretário e representante, em Lisboa, da Comissão Brasileira nomeada pelo Governo brasileiro para organizar a participação do Brasil nas Comemorações de 1940, registra que foram apresentadas, pelo Sr. Augusto Lima Junior, as primeiras informações sobre como o Brasil estava se programando para apresentar-se nas festas:

Logo que esta Comissão iniciou os seus trabalhos, um dos seus primeiros cuidados com a nomeada pelo Governo brasileiro para tratar da sua participação nas nossas Festas de 1940, e de facto, em ofício de [ilegível] apressou-se a saudar a referida Comissão na pessoa do seu ilustre presidente, o Snr. General Francisco José Pinto. Não tem esta Comissão conhecimento de que êsse documento tivesse chegado ao seu destino, nem tão pouco teve qualquer comunicação previa e oficial da vinda a Lisboa do senhor Lima Junior.

A presença de S. Ex^a. entre nós vem assegurar-mos, pois, da colaboração do Brasil, o que constitui motivo de interesse júbilo para todos nós, portugueses, gratos às muitas provas de solidariedade e afecto que a grande nação brasileira tem dado e está dando ao nosso país.

Estabelecida a ligação que não houve, logo de principio, entre as duas Comissões, é de tempo de se iniciar uma mutua colaboração e resolve alguns problemas que se suscitaram; de inteirarmos o nosso ilustre hospede de que projectamos fazer, ao mesmo tempo que êle nos dará conta das intenções e limites da cooperação que nos traz²⁹.

A Comissão informou ao representante brasileiro sobre o envio de uma nota, que apresentava o que pretendia o Brasil na Exposição do Mundo Português e sua participação nas comemorações centenárias e, principalmente, indicava a construção, com recursos próprios do governo brasileiro, de um Pavilhão para representar o Brasil 1940:

²⁸ Oswaldo Orico (Belém 1900-Rio de Janeiro 1981), escritor, formou-se em Direito, Diplomata. Delegado na UNESCO. Foi diretor da Seção Cultural da Exposição Cultural no Pavilhão Brasileiro em 1940. DICIONÁRIO..., 2001, v. IV, p. 4195.

²⁹ Acta nº 42, de 24 de outubro de 1939. (ANTT-SNI 2820).

Segundo uma nota que nos foi transmitida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros está disposta a oferecermos a construção de um Pavilhão, para ser integrado na Exposição do Mundo Português onde se exibam, manifestações da actividade do Brasil desde que deixou de fazer parte do património comum. Uma importante área de um dos grandes pavilhões que estão a ser construídos na praça central da Exposição, destina-se também à representação do Brasil no período colonial, isto é, *enquanto foi dependência do Brasil*³⁰.

Com relação aos Congressos³¹, as informações encontradas no Índice Geral dos Congressistas e Comunicações³² permitiram-nos identificar a participação dos intelectuais brasileiros com maior concentração nos 7º e 8º Congressos, com as seguintes comunicações:

Nome Congressista	Congresso	Comunicação apresentada
AMARAL (Braz do)	7º Congresso	Pródromos da Independência e a República do Brasil. v.XI, Tomo III, p. 65.
BARROSO (Gustavo)	7º Congresso	A Formação da Consciência Nacional do Brasil. v.XI, TomoIII, p. 45.
CAMARA CASCUDO (Luis da)	7º Congresso	O mais antigo marco colonial do Brasil. v.IX, Tomo I, p.119.
CASTRO (Comandante Eugenio de)	8º Congresso	O Diario de Navegação de Pero Lopes de Sousa. v.XIII, TomoII, p. 471.
CORREIA da COSTA (Sergio)	7º Congresso	A diplomacia europeia e a sucessão de D. João VI. v.XI, Tomo III, p. 119.
CORREIA FILHO (Virgilio)	7º Congresso	Luis de Albuquerque - Fronteiras insignes. v.X, Tomo II, p.209.
DORNAS FILHO (João)	7º Congresso	Arcaísmo ainda correntes no português falado no interior do Brasil. v.XI, Tomo III, p. 347.
DUQUE Estrada (Edgard)	7º Congresso	Quatorze e vinte e um de Janeiro: datas que a história do Brasil esqueceu. v.X, Tomo II, p. 451.
FEIJO BITTENCOURT (Leopoldo)	7º Congresso	A influência do meio português na formação da mentalidade do Patriarca da Independência do Brasil. v.XI, Tomo III, p.77.

Quadro 7 - Participação brasileira nos Congressos do Mundo Português³³

No caso específico do Congresso Luso-Brasileiro de História, ficou decidido que a presidência seria de um representante brasileiro e, nessa reunião, discutiu-se ainda sobre as

³⁰ Acta nº 42 de 24 de outubro de 1939, grifo nosso. (ANTT-SNI 2820). Supomos que haja um erro nesse documento, que deveria registrar: *“enquanto foi dependência de Portugal”*.

³¹ SOCIEDADE de Geografia de Lisboa - Brasileiros que participaram apresentando Comunicações nos Congressos das Comemorações Centenárias em 1940. (4.8.42-147. E-46). Ver a relação dos Congressos na nota 2 da Introdução.

³² SOCIEDADE de Geografia de Lisboa. Comissão Executiva dos Centenários. Congresso do Mundo Português: Programas, discursos e mensagens. v. XIX (Índice Geral) Secção de Congresso, 1940. (4.8.42-147. E-46).

³³ Quadro baseado nas informações do Índice Geral dos Congressistas e comunicações. COMISSÃO Executiva dos Centenários. Congresso do Mundo Português: Programas, discursos e mensagens. Índice Geral. Secção de Congresso. Lisboa, 1940. v. XIX.

outras formas que o Brasil gostaria de participar e presentear Portugal nos atos comemorativos de 1940, tais como:

Quanto à realização do Congresso Luso-Brasileiro de História, seria para nós prazer e honra que a Presidência Geral e as Presidências das secções fossem assumidas por individualidades brasileiras [...]

Também nos consta que ela nos deseja oferecer um monumento a Pedro Álvares Cabral, e que esse corpo de cadetes dos exércitos de terra e mar em numero de 300, tomará parte nas principais solenidades de 1940³⁴.

Após as considerações iniciais, a presidência da Comissão passou a palavra ao representante do Brasil, que iniciou sua fala informando:

Logo que foi conhecida pelo Brasil a nota oficiosa do Govêrno sôbre as solenidades do próximo ano, o Senhor Presidente Getulio Vargas manifestou uma profunda emoção pela delicadeza com que nêsse documento era solicitada a colaboração do Brasil, e logo decidiu que, custasse o que custasse, essa colaboração havia de ser um facto. Confesso, porém, que os trabalhos da sua comissão foram iniciados no meio de incertezas e duvidas, pois que esta também não recebeu uma única comunicação oficial sôbre o assunto, tendo-me limitado a tomar conhecimento do programa e das notícias publicadas nos jornais.

E assim, foi que se decidiu a sua viagem a Portugal - único meio que, para evitar mais perca de tempo, se lhe afigurou prático e decisivo³⁵.

Encontramos uma carta do senhor Albino de Sousa Cruz, datada de 12 de janeiro de 1939, dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros de Lisboa, Antonio Salazar, que refere a chegada de um primeiro esboço de programação da participação do Brasil: “P.S. Já estava escrito esta carta e agora mesmo me vieram entregar esse esboço de programa autorisando-me a envia-lo a V^a. Ex^a.”³⁶ Este documento relata a forma como o Brasil pensava em se apresentar nas Festas Centenárias; é intitulado “Nota”³⁷ e está endereçado ao Sr. Ministro Oyro de Freitas Valle, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores em Lisboa.

A “Nota Brasileira”³⁸ possuía, no item 1, a afirmação de que o Brasil foi solicitado a participar das festas ao lado de Portugal, ajudando o aniversariante a fazer as honras da casa:

Segundo as palavras do Item 4, na nota do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, o Brasil é solicitado nominalmente, não sómente a comparecer às

³⁴ Acta nº 42, de 24 de outubro de 1939. (ANTT-SNI 2820).

³⁵ Ibidem.

³⁶ Carta de Albino Sousa Cruz ao Presidente do Conselho de Ministros de Lisboa, 1939. (AOS/CO/PC 22 A).

³⁷ O documento em questão foi encontrado com duas páginas, entretanto a inscrição “continua” na margem direita inferior da p. 2 indica que teria um número maior de páginas.

³⁸ Criou-se esta identificação, para diferenciar o documento brasileiro do português, tendo em vista que o Brasil utilizou o mesmo nome empregado por Salazar para nomear seus comunicados relativos às festas centenárias: “Notas”.

comemorações, mas principalmente, a colaborar na organização delas, figurando ao lado de Portugal e *ajudando a fazer as honras da casa*³⁹.

Nessa Nota, o convidado — Brasil — apresentou os diversos atos comemorativos relativos a sua participação, que deveriam constar na pauta da programação oficial das Comemorações Centenárias de 1940, incluindo exposições históricas, etnográficas, projeções de filmes referentes ao Brasil e sua história, a saber:

Nessas condições, impõe-se de nossa parte um longo trabalho prévio que exige largo período de tempo para a execução de um programa que, embora seja reduzido ao mínimo, mesmo assim fica de grande extensão e dificuldade. Respeitando os limites fundamentais traçados pela nota do Ministro Oliveira Salazar, teríamos que, sem prejuízo de outras iniciativas que possam surgir, cuidar desde já organizar:

Exposição histórica, compreendendo: 1) mapas do desbravamento, povoamento e expansão econômica do Brasil nos séculos XVI, XVII, XVIII, com apresentação de demonstrativos da obra realizada pelo colono português; 2) gráficos com a história do desenvolvimento do povoamento, cruzamento e adaptação do homem ao solo; 3) fotografias e dados sobre as cidades e vilas coloniais do litoral e do interior; 4) exposição retrospectiva de arte colonial. NOTA: Sobre cada um desses aspectos deverão ser apresentados monografias relativas aos ciclos do pau brasil, da cana de açúcar e do ouro.

Ciclo da Independência — Apresentação de mapas sobre o desenvolvimento do Brasil independente. O ciclo do café e do algodão. Evolução do povoamento ligado a esse ciclo. Estradas de ferro e navegação. Estradas de rodagem e linhas aéreas. Vistas de nossas cidades principais, excluindo aspectos rústicos.

Cultura brasileira. O ensino, a técnica e o desenvolvimento científico. Forças Armadas e indústrias pesadas. Exposição industrial.

Exposição etnográfica. O índio e o negro. A miscigenação. O caboclo. O nordeste e os seringaais. Artes primitivas e valor do mestiço na formação brasileira.

Exposição de arte brasileira, principalmente a pintura, que deverá ser paisagística e de motivos históricos referentes as Guerras que o Brasil teve de sustentar para constituição de seu território, ou acontecimentos cívicos marcantes.

Exposição do livro brasileiro e de artes gráficas em geral.

Organização de filmes sobre o Brasil, especialmente preparados⁴⁰.

Seguindo com a Nota, em relação à parte social e cultural, o Brasil elaborou um programa com a ida de missões para compor esses momentos das festas. Como convidado, também pretendia proporcionar momentos e atos festivos para marcar as festas centenárias. A “Nota Brasileira” informa:

Ida de uma esquadra composta do encouraçado “Minas Gerais”, um cruzador, um destróier e um navio tanque, conduzindo o Ministro Oswaldo Aranha e sua comitiva Designação de missões militares e naval, técnicas e culturais.

Missões culturais relativas às representações do Congresso de História, Música e Literatura brasileiras. As conferências a serem realizadas deverão ser previamente submetidas ao Itamaraty⁴¹.

³⁹ Colaboração do Brasil nas Comemorações Centenárias. “Nota” p. 2. (AOS/CO/PC- 22 A).

⁴⁰ Ibidem, p. 2.

⁴¹ Ibidem, p. 2.

O convidado continuou a demonstrar que possuía muitas pretensões no que se referia a sua participação. Expressava seu desejo de erguer um padrão⁴², pois entendia que na Nota Oficiosa, quando colocado que Salazar “[...] deseja que o Brasil erga o seu padrão ao lado do nosso” estava indicada a construção de um monumento. Pensou-se, então, em construir um monumento aos navegadores, que contasse a história de formação do Brasil, sendo, inclusive, indicado o local em que deveria ser instalado:

Poderá, então, o Brasil erguer um grande monumento aos navegadores, encimando-o com a estátua de Pedro Álvares Cabral, e compondo em medalhões nas bases os principais episódios de nossa formação.

Esse monumento devesse ser traçado em linhas do estilo barroco que é o da nossa formação e construído no centro da Avenida da Índia, em Lisboa, entre os Jerónimos e a Torre de Belém, local de muito trânsito, visível do mar e da terra⁴³.

A proposta de erigir um Padrão foi aceita por Portugal. Assim, caberia a Portugal a construção do Padrão dos Descobrimentos e ao Brasil a estátua de Pedro Álvares Cabral, cópia de uma já existente na Capital Federal, no bairro da Glória, obra do artista Bernardelli. Essa doação consta, inclusive, no Programa das Comemorações (ver Apêndice A). Esse assunto foi matéria de primeira página do *Diário de Notícias*, que informava: “[...] foi colocada a estatueta em bronze oferta do Governo do Brasil e obra do arquiteto brasileiro Bernardelli copiada da estatueta existente no Jardim da Glória do Rio de Janeiro. A Avenida ainda estava em reparos, depois será inaugurada oficialmente.”⁴⁴

A entrega da estátua para o povo português, um presente do governo brasileiro no Programa oficial das Comemorações, estava marcada para o dia 26 de junho⁴⁵, o que demonstra que os atrasos realmente eram de grande monta, prorrogando por quase cinco meses o ato oficial, marcado para o dia 24 de novembro. A inauguração, entretanto, só ocorreu no dia 30 de novembro. É possível perceber que não se tratava de uma cerimônia de grande repercussão para as autoridades e para os portugueses. No *Diário de Notícias*⁴⁶ datado de 24 de novembro de 1940, localizamos uma matéria que colocava em dúvida a data de 30 de novembro:

Na cerimônia inaugural do monumento a Pedro Álvares Cabral pelo Governo Brasileiro à Nação portuguesa usarão da palavra o Embaixador do Brasil, o Ministro da Marinha e o senhor Gustavo Barroso e Reinaldo dos Santos pela Comissão

⁴² “monumento de pedra em lugar descoberto pelos portugueses” (HOUAISS. VILAR, 2001, p. 2102).

⁴³ Colaboração do Brasil nas Comemorações Centenárias. “Nota” p. 2. (AOS/CO/PC- 22 A).

⁴⁴ A ESTATUA de Pedro Álvares Cabral foi colocada ontem à entrada no Jardim da Estrela. *Diário de Notícias*, Lisboa, ano 76, n. 26.865, p. 1, 22 nov. 1940.

⁴⁵ Para maiores detalhes, ver a íntegra do Programa das Comemorações no Apêndice A, que registra, inclusive, as observações sobre as mudanças ocorridas.

⁴⁶ HOMENAGEM a Pedro Alvares Cabral. *Diário de Notícias*, Lisboa, ano 76, n. 26.869, p. 14, 1940a.

Executiva dos Centenários. A data dêste acto depende de se ultimarem os trabalhos em curso pelo Ministério das Obras Públicas.

A dificuldade desse ato oficial fica também revelada no registro feito na Acta 93⁴⁷ de 19 de novembro 1940, quando foi explicitada a possibilidade da inauguração da Estátua e a necessidade do comparecimento de um membro do Comissariado durante a reunião do Comissariado da Exposição do Mundo Português:

Devendo realizar-se até o fim do corrente mês a inauguração do monumento a Pedro Álvares Cabral, oferecido pelo Governo Brasileiro, solenidade em que falarão Sua. Ex^a Embaixador da mesma nação e o Sr. Ministro da Marinha, seria *conveniente* que se designasse um membro da Comissão Executiva para fazer uso da palavra no referido acto.

Resolvido por unanimidade *cometer* êsse encargo ao Senhor Dr. Reinaldo dos Santos, que o aceitou.

Na cerimônia de inauguração do monumento, o acadêmico brasileiro Gustavo Barroso revelou a intenção do Brasil, ao entregar solenemente o presente fixado no Jardim da Estrela: “Este monumento que o Brasil oferece hoje a Portugal por intermédio do seu ilustre Embaixador é um padrão de bronze destinado a assinalar uma amizade e uma gratidão tão vivos, tão profundas e tão grandes como o oceano que une as duas pátrias.”⁴⁸

A carta datada de 27 de janeiro de 1939, assinada por Luiz de Sampaio, em lugar do Ministro do Conselho, Antonio de Oliveira Salazar, tem um conteúdo que demonstra, da parte do governo português, a expectativa de diluir qualquer constrangimento sobre a participação do Brasil na celebração dos Centenários em 1940, com o seguinte esclarecimento:

Não deve aquele despacho dar a V. Ex^a a impressão, nem a deve receber o governo brasileiro pela diligencia de V. Ex^a., de que limitamos à presença do Brasil na Exposição a parte que ele há-de tomar nas celebrações. Fazemos o convite nos termos largos e excepcionais que defini na nota officiosa publicada e que agora confirmo. Indicamos a participação que é urgente definir e acordar desde já. Mas isso não exclue outras formas de comparticipação que tenhamos de solicitar ainda, de acôrdo como programa, ou que o Brasil deseje prestar-nos dentro desse mesmo programa. Embora talvez superfluamente fica por este despacho afastada toda a possibilidade de equívoco que nos termos do despacho anterior pudesse resultar⁴⁹.

⁴⁷ Actas das reuniões da Comissão da Exposição de 1940. Acta 93 de 19 de novembro 1940. (ANTT-SNI 2820). p. 2, grifo nosso.

⁴⁸ HOMENAGEM a Pedro Álvares Cabral. *Diário de Notícias*, Lisboa, ano 76, n. 26.865, p. 1, 24 nov. 1940b. (Biblioteca Municipal de Lisboa). Importante registrar que o local onde foi colocado o monumento não era próximo à Cidade das Ilusões na Exposição do Mundo Português; ficava distante de onde aconteciam os eventos das Festas Centenárias. Inclusive, no discurso de Gustavo Barroso, entende-se que a referência a um *Padrão* e não a uma *estátua* tenha decorrido da apropriação da idéia do *Padrão dos Descobrimentos* pela Comissão Executiva da Exposição do Mundo Português.

⁴⁹ Carta para o Exm^o Snr. Doutor Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro. Lisboa, 27 de Janeiro de 1939. (ANTT- SNI-3959-Proc. 39.2 N^o 4).

O problema da participação do Brasil nas Comemorações dos Centenários foi objeto de carta⁵⁰ enviada pelo brasileiro Afrânio Peixoto⁵¹, em 17 de abril de 1939, quando estava em New York, para Albino de Sousa Cruz. O missivista mencionava como realizar um ajuste para definir, de modo conclusivo, a participação do Brasil. Propunha, inclusive, que de Portugal proviessem as sugestões de como deveria ser essa participação:

A censura postal impediu-me ser explícito, vai, pois, agora, tudo por miúdo. Do Rio, cautelosamente, pelo aéreo, disse a V. Excia.: “Sobre o caso de essa representação há apenas que só há poucos dias se cogitou dela, perguntando-se (o Sr. Vargas) de que espécie seria a nossa co-participação, sem resposta, que aguarda, nova cogitação sobre o caso. Nenhuma [ilegível] vontade. Entretanto, o caso não andar, se não forem oferecidas sugestões concretas. Seria bom viessem daí, pelo representante daí (Araújo Jorge) ou o daqui (Martinho de Mello). O convite, dir-se-ia, importa nêsse desejo, concretamente, reduzindo expressões, para impor apenas o objectivo material ou [...]”⁵².

No decorrer de sua carta, acrescentou mais uma questão ao problema que estava instalado, relacionado à presença de “pessoas anônimas”⁵³ na formação da Comissão Brasileira, constituída por decreto de Getúlio Vargas. Afrânio Peixoto informa ainda a Albino Souza Cruz que dois representantes da Comissão solicitaram-lhe a elaboração de um plano com sugestões sobre a participação do Brasil nas festas, ao que atendeu e aproveitou para incluir em sua missiva. Vejamos o que relata:

Nada, porém soube, nem daí, nem do Brasil. Apenas, ante-véspera de minha partida (4 de abril) pede-me entrevista o Senhor Heitor Lyra director do Departamento Político do Ministério do Exterior (e que esteve recentemente em Lisboa) para dizer-me fora constituída *Comissão de anônimos*, para cuidar do assunto, apenas o Sr. General Pinto, Chefe da Casa Militar do Presidente, e êle, Lyra, pelo Ministério de Estrangeiros. Ninguém sabia de nada. Em segredo, dada a nossa amizade, e a sua situação, pedia-me um plano de “Sugestões”. Aproveitei e dei, no dia imediato, estar

⁵⁰ PEIXOTO, Afrânio. *Carta manuscrita. New York*, 17 abr. 1939a. (ANTT-SNI-AOS/CO/PC 22 A - Proc. 39.2).

⁵¹ Julio Afrânio Peixoto nasceu em Lençóis (Ba) em 1876, faleceu no Rio de Janeiro em 1947. Formou-se em medicina. Em 1903 mudou-se para o Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Inspetor de Saúde Pública. De 1907 a 1911 foi diretor do Instituto Médico Legal da Polícia. Em 1910 tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras e foi seu presidente no mandato de 1923, ocasião em que solicitou ao Governo francês a doação do Petit Trianon (cópia do Palácio de Versalhes) — construído para abrigar, em 1922, o Pavilhão da França na Exposição do Centenário do Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro — para nele instalar a Academia Brasileira de Letras (ABL). Deputado Federal nos períodos de 1924, 1930 e 1932. Como docente lecionou no Instituto do Rio de Janeiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e da Academia de Ciências de Lisboa. Nas Comemorações Centenárias, elaborou o documento “Sugestões” da participação do Brasil nas Festas de 1940 em Lisboa. DICIONÁRIO..., 2001, v. IV, p. 4494.

⁵² PEIXOTO, op. cit.

⁵³ Com relação aos membros da Comissão considerados “anônimos”, acredita-se que, para a época, isso era um grave problema, visto que não foram convidados brasileiros de peso como Gilberto Freyre, Rodrigo de Mello Franco, Drumond de Andrade, para compor a Comissão Brasileira. Ao realizar pesquisa sobre a biografia desses representantes da Comissão, só foi possível localizar registro em *sites* e dicionários de apenas três deles: General de Divisão Francisco José Pinto (Presidente), Gustavo Barroso (Representação Histórica) e Osvaldo Orico (Representação Cultural).

que aqui vão inclusos⁵⁴, a que ele juntou as últimas, de sua iniciativa. Portanto, é o que existe. Se algo quizerem para êle, examinadas as “Sugestões”, serei, confidencialmente o portador⁵⁵.

Ao receber a carta de Afrânio Peixoto, Albino de Sousa Cruz encaminhou-a ao Presidente do Conselho, com uma carta sua, datada de 5 de maio de 1939, informando:

Recebo do *Afrânio Peixoto* esta carta, que é mais para V. Ex^a. que para mim. Aqui a junto com o seu anexo. E vou responder ao Afrânio que as coisas parecem ter melhorado desde a sua partida, embora continue a ser certo que a Comissão do Rio é composta de anônimos e que não se *sente* (isto não lhe [ilegível]) a ação da nossa Embaixada, onde a meu ver, se deve centralizar todos os trabalhos⁵⁶.

A questão relativa ao programa oficial da participação do Brasil nas festas foi resolvida quando Albino Sousa Cruz, por meio de uma carta datada de 13 de maio de 1939, enviada do Rio de Janeiro para Lisboa, informou a Antonio Salazar o programa oficial aprovado pelos brasileiros, anexado a sua missiva, e intitulado de “Sugestões” por Afrânio Peixoto. Nesta mesma carta, informou:

Estamos esperando o programa oficial das festas para mandar imprimir aqui e fazer larga distribuição.
O programa do Brasil já está pronto para ser aprovado pelo Presidente e sempre se fará o monumento a Pedro Álvares Cabral.
O Dr. Augusto de Lima Junior tem trabalhado a valer em conjunto com o General Pinto, Presidente da Comissão.
O primeiro, Secretario Geral, é da confiança do Presidente e como tal está indicado para trabalhar ahi junto do Embaixador Brasileiro, e pretende embarcar no próximo mês de junho, quando eu já estarei em Lisboa [...]⁵⁷.

O programa oficial do Brasil, indicando as propostas de participação nos atos comemorativos, foi então submetido à aprovação de Portugal. Como não se tratava de um documento definitivo, foi intitulado por Afrânio Peixoto de “Sugestões”. Era uma forma de mostrar que cabia a Portugal definir como gostaria de ver o Brasil sendo representado. Em razão da importância do conteúdo para a compreensão da programação da participação do Brasil, decidimos apresentá-lo na íntegra:

Sugestões⁵⁸

I - Construir um Pavilhão na Exposição do Mundo Português, Brasil único convidado, porque, em 1580-1640, éramos também Portugal. Portanto, alusivo a

⁵⁴ Documento datilografado, localizado na Torre do Tombo, com o título “Sugestões” para participação do Brasil, encaminhado por Afrânio Peixoto.

⁵⁵ PEIXOTO, 1939a, grifo nosso.

⁵⁶ SOUZA CRUZ, Albino. Carta manuscrita ao Presidente do Conselho. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1939. (ANTT-AOS/CO/PC 22 A - Colaboração do Brasil nas Comemorações Centenárias). Grifo do autor.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 2.

⁵⁸ Colaboração do Brasil nas Comemorações Centenárias. Afrânio Peixoto “Sugestões”. (AATT/AOS/CO/PC 22A). Grifos do autor. Anotado ao lado, de caneta: “a que alude a carta junto”. Grifo do autor.

essa filiação e a esse momento. Digno do Brasil. Recheio de nossas produções: pavilhão de feira internacional. Productos, matérias primas, estatísticas, livros...

II - Exposição cultural histórica-geográfica, com elementos da:

Biblioteca Nacional: Livros raros, alusivos ao tempo, e estampas bem apresentadas, a escolha do Dr. Rodolfo Garcia, director (pequena verba para apresentação e embalagem). A expor no Pavilhão Brasileiro ou na vasta sala da Academia das Ciências, em Lisboa.

Arquivo Nacional: Manuscritos raros, portugueses e brasileiros, de historia comum. Processo dos Tavoras, Seleção e “disposição” do Dr. Vilhena de Moraes, director (Pequena verba, idem, idem).

Museu Histórico: Peças raras, alusivas á historia comum: escolha e disposição do Dr. Gustavo Barroso, director (Pequena verba, idem, idem).

Talvez contribuição do *Museu Nacional*: alvitres, escolha, de D.Heloisa Torres, directora (Pequena verba, idem, idem).

De tudo isto, peças bem dispostas e bem apresentadas (pode haver exposição prévia no Rio) a serem transportadas, seguro feito e devolução a tempo, como é habitual nas exposições europeas, todos os dias.

III - Comissão literária para estudos, livros, memórias que representem a contribuição espiritual do Brasil ao facto comum — a Restauração — que se festeja. A expansão “bandeirante” das fronteiras; a expulsão dos infieis estrangeiros em Pernambuco, Maranhão, Bahia, etc., o Brasil de D. João IV... tudo entraria bem. Em suma, a glorificação da Raça Portuguesa no Brasil, mantido português e unido. Até o tempo actual pode entrar...

IV - Estátua do Padre Antonio Vieira, o maior dos lusos — brasileiros; símbolo das Missões Jesuítas, que educaram o Brasil infante, a da cultura portugueza, latim e cristan, que é nosso orgulho de sempre. Essa estátua facilmente pode ser feita, pedindo a Comissão uma quota de 5 a 10 contos a cada interventor dos Estados. Pode logo ser encomendada ao escultor Franco, que tem a mão na massa, revelada pelos “Apóstolos” da Igreja de Fátima, em Lisbôa, e pelo “Nobrega”, pelo Dr. Serafim Leite conseguido para ornar sua obra⁵⁹.

V - Oferta a Portugal dos pacotes (quarenta e tantos, do “Arquivo Militar de Lisbôa”, que estão na Biblioteca do Itamaraty, *documentos que interessam exclusivamente a Portugal*, comprados ao espólio do Conde de Lippe e que aqui foram deixados por D. João VI, e agora achados, por pesquisas do diplomata português Sr. Luis Norton de Matos.

Com isso apenas, mas bem feito, e feito com rapidez, está uma representação digna de nós e da festa “de família”, de que fazemos parte e para a qual fomos convidados. O Sr. Oliveira Salazar empregou mesmo expressão adequada de carinho e homenagem: o Brasil era convidado para, com Portugal, fazer as honras da casa... Como é de regra nas boas famílias. Não pode, pois, deixar de comparecer, e bem⁶⁰.

O documento “Sugestões” possui 5 itens que revelam a forma e os órgãos designados a representar o país nas comemorações. No primeiro item, consta a pretensão do Brasil de construir um Pavilhão para a exposição das “nossas produções”, o que teve como resultado o Pavilhão Brasil 1940, que representou o desenvolvimento e a opulência do Estado Novo brasileiro. Nesse item, ainda é possível identificar a justificativa sobre o entendimento dos brasileiros com relação à participação na parte histórica. No momento em que foi explicitada a periodização das festas, compreendendo o período entre 1580 a 1640, o Brasil estava

⁵⁹ Nesse trecho tem uma observação a caneta: “De encomendá-la, aqui, ao Sr. Lació [sic] Velloso”.

⁶⁰ No final, há uma observação manuscrita: “O Sr. Heitor Lyra, de seu, acrescentou: ‘Assinatura dos tratados, pependentes, e resultantes da Missão econômica’.” Os acréscimos de caneta são de Albino de Sousa Cruz, que recebeu o documento e o enviou a Salazar.

identificado como tendo uma ligação de parentesco com o dono da festa, Portugal. Não há, entretanto, referência ao “descobrimento” do Brasil. Essa escolha evidencia que a história, para a Exposição, seria contada a partir de 1580 e não de 1500.

Consta no primeiro item das “Sugestões” elaboradas por Afrânio Peixoto:

I - Construir um Pavilhão na Exposição do Mundo Português, Brasil único convidado, porque, em 1580-1640, éramos também Portugal. Portanto, alusivo a essa filiação e a esse momento. Digno do Brasil. Recheio de nossas produções: pavilhão de feira internacional. Productos, matérias primas, estatísticas, livros⁶¹.

Esse período (1580-1640) corresponde à tomada do trono português por Felipe II, iniciando o domínio espanhol em Portugal, período que ficou conhecido como da União Ibérica ou Peninsular. O excerto das “Sugestões” — “[...] 1580-1640, éramos também Portugal [...]” — é instigante quanto a seu significado. Sua compreensão foi possível com a leitura do Prefácio da obra de Afrânio Peixoto⁶², de 1940, *História do Brasil*. Diz o autor: “Na hora de um duplo centenário, o da fundação e o da restauração da nacionalidade, o que um brasileiro patriota, de melhor, pode oferecer à Pátria da sua Pátria, é a história mútua, essa história da América Portuguesa, história do Brasil.”⁶³ Também no Capítulo IV - Primeiro Século, Afrânio Peixoto esclarece que significava a luta da colônia brasileira para devolver a Portugal a sua coroa; a participação como herói ao lado de Portugal na luta para a sua Restauração. Vejamos como o autor avalia esse momento:

Os pretendentes põem-se em campo ao duque de Bragança oferece Felipe II em 79, o reinado do Brasil e das colônias portuguesas, se a duquesa D. Catarina desistir dos seus direitos à Coroa de Portugal. O Brasil virá, por fim, a manifestar-se contra Dom Antonio, Prior de Crato. A todos se adianta, sob a ameaça da invasão corrompendo a dinheiro e intimidando à força, aquele Felipe (II).

Manuel Telles Barreto (82-87) conclue a conquista da Paraíba do Norte. Cristovão de Barros conquista Sergipe contra os índios e defende a Baía. O fanático Felipe II é inimigo de Inglaterra e dos hereges, em 85 embarga nos seus portos todos os navios ingleses, holandeses⁶⁴.

Inicialmente, as instituições brasileiras escolhidas para participarem desse projeto de apresentação do “único convidado” — Brasil —, que se enchia de orgulho por essa deferência, foram a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional e, ainda sem ter certeza de sua participação, o Museu Nacional. Essas quatro instituições representavam nesse momento os espaços de preservação

⁶¹ Colaboração do Brasil nas Comemorações Centenárias. Afrânio Peixoto “Sugestões”. (AATT/AOS/CO/PC 22A).

⁶² PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. Lisboa: Livraria Lello e Irmão Editores, 1940.

⁶³ *Ibidem*, p.15.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 94.

da memória, por isso, estariam responsáveis pela Exposição Cultural Histórica e Geográfica⁶⁵. Nada mais apropriado, pois suas coleções guardavam os mais diferentes suportes da informação⁶⁶, que poderiam contar a história do Brasil e de suas relações com Portugal.

Dando prosseguimento aos preparativos e às definições mais concretas para a participação do Brasil nas Festas Centenárias, o Secretário da Comissão Brasileira, senhor Augusto de Lima Junior⁶⁷, enviou Ofício⁶⁸ acompanhado de um relatório intitulado *Súmula dos Serviços até Agora Feitos* ao Presidente da Comissão Brasileira, General de Divisão Francisco José Pinto, apresentando os trabalhos realizados e o Programa da participação brasileira, já publicado pela Comissão Executiva em Lisboa. Além disto, informava como o Brasil iria se apresentar nas festas. Destacamos os pontos relativos a essa participação:

2. A representação do Brasil compreende, pois, duas secções:

1a)- Pavilhão brasileiro na Exposição do Mundo Português;

2 a) – Pavilhão do Brasil Independente.

3. Para melhor orientação, passo a discriminar o material que deverá ser distribuído entre as duas secções:

1º - Pavilhão do Mundo Português

Exposição etnográfica, relativa ao Índio - Esta parte deverá ficar a cargo do Museu Nacional, especialmente confiada a D. Heloisa Alberto Torres.

Juntamente deverá ser apresentada a obra de catequese nos tempos contemporâneos, com uma exibição missionária e dos trabalhos da Comissão Rondon.

Exposição de uma coleção de armas usadas no Brasil pelo colono, desde as primitivas; mapa das primeiras fortificações, alguns canhões históricos, etc. Deverá esta parte ser confiada ao Dr. Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico.

Coleção de moedas do Brasil Colônia (Museu Histórico)

O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano.

Vistas de Cidades e monumentos coloniais, bem como de peças mobiliário antigo;

Fachadas e retábulos de igrejas - Obras do Aleijadinho e de outros artistas coloniais (Serviço do Patrimônio Histórico) Dr. Rodrigo M. F. de Andrade.

⁶⁵ Com a Exposição Cultural Histórica e Geográfica, o Brasil pretendia fazer uma Exposição mais ampla e com várias instituições participantes.

⁶⁶ São objetos, livros e documentos que estão preservados nessas instituições como o Sabre de D. Pedro, Cadernos de apontamentos de Alfredo Norfini, Retrato de Tiradentes, Caneta com que foi assinada a Lei da Abolição, Canhão Francês, Carabina de Caçadores, entre outros.

⁶⁷ Antonio Augusto Lima Junior (MG 1889-1970), cursou Direito, diplomando-se em 1909. Em 1918 foi nomeado Auxiliar de Auditor de Guerra nas Fortalezas da Barra do Rio de Janeiro. Em 1918 foi Auditor no Estado-Maior da primeira Circunscrição Judiciária do Exército. Em 1935 foi transferido para a Marinha de Guerra como Procurador do Tribunal da Marinha. Idealizou o repatriamento das cinzas dos inconfidentes falecidos no degredo (1936), idealizou a criação do Museu da Inconfidência. Em 1939 foi nomeado delegado do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal, presidiu a construção do Pavilhão do Brasil, em 1940, permanecendo em Lisboa dois anos. Sua chegada a Lisboa foi registrada pela imprensa portuguesa: “A propósito da chegada ao nosso País do Sr. Augusto de Lima Junior, conhecido escritor e historiador brasileiro, que vem a Portugal para tratar da colaboração do Brasil nas festas Centenárias.” ENCONTRA-SE em Lisboa para tratar da participação do Brasil nas Festas Centenárias o historiador brasileiro Augusto Lima Junior. *O Século*, Lisboa, p. 1, 13 out. 1939.

⁶⁸ Comissão de Representação do Brasil nas Festas do Centenário de Portugal. Ofício nº 1: “Súmula dos serviços até agora feitos”. Rio de Janeiro, D.F., 6 jun. 1939. (ANTT-AOS/CO/PC 22A). Os pontos apresentados foram retirados das páginas numeradas a mão como 41, 42 e 43.

Retratos das figuras mais ilustres do período colonial e painéis decorativos dos principais fatos militares da colônia (Guerras Holandesas, Invasões francesas, etc.)
A cargo dos Artistas Celita Vaccani, Calmon Barreto e Sólon Botelho.
Exposição do Museu Histórico e do Museu do Ipiranga sobre assuntos coloniais⁶⁹.

Nos itens da *Súmula*, identificamos dois momentos representativos para a execução da exposição do Brasil, tanto no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, como também no Pavilhão Brasil 1940. Na distribuição projetada para o Pavilhão do Mundo Português⁷⁰ está posto e assim foi apresentado o Brasil Colonial sob a batuta de Gustavo Barroso, com o acervo do Museu Histórico Nacional. Os módulos expositivos foram montados de modo que suas narrativas possibilitassem contar a história brasileira. Essa distribuição também consta no Catálogo Descritivo e Comentado da Exposição, produzido por Gustavo Barroso⁷¹:

2º - Pavilhão do Brasil Independente

Inconfidência Mineira - Retratos e episódios (Sólon Botelho, Sethte e outros)
D. João VI e os estadistas de sua época — Iconografia — Grande tela com o retrato do Visconde de Cairú.
Pedro I e a Independência.
O reinado de Pedro II — Guerra do Paraguai e Campanhas do Prata (Iconografia)
A abolição e a República (Iconografia).

Acreditamos que esse módulo expositivo — *Pavilhão Brasil Independente* — foi incorporado por Gustavo Barroso na narrativa do Pavilhão do Brasil Colonial na Exposição do Mundo Português, em razão de ter sido colocado na *Súmula*. Para atender a esse propósito, Gustavo Barroso dedicou uma sala para a apresentação das relíquias mais significativas desse momento da História do Brasil e acrescentou ainda o Brasil 1940, com um quadro do Presidente Getulio Vargas.

De acordo com a *Súmula*, o Pavilhão Brasil 1940 exporia os seguintes temas: período contemporâneo, transportes e comunicações, agricultura e produção mineira e filmes de divulgação do progresso e modernização do país. Itens para a exposição do presente — o Estado Novo — que não ficou sob a responsabilidade do Gustavo Barroso, foi coordenado pelo autor da *Súmula*, Sr. Augusto Lima Junior, que realizou a seguinte exposição:

- Período contemporâneo-

Saneamento e saúde pública – Exposição retrospectiva – mapas, fotografias, gráficos e maquetes – (Dr. Agrícola – Ministério da Educação e contribuições dos Estados).

⁶⁹ Comissão de Representação do Brasil nas Festas do Centenário de Portugal. Ofício nº 1: “Súmula dos serviços até agora feitos”. Rio de Janeiro, D.F., 6 jun. 1939. (ANTT-AOS/CO/PC 22A).

⁷⁰ Exceto o item “a”, que estava a cargo do Museu Nacional e não podemos afirmar que foi assim realizado, pois não era objeto de nossa pesquisa.

⁷¹ BARROSO, 1940a, não paginado.

Instrução Pública – Mapas, fotografias, gráficos e maquetes (Dr. Abgar Renault e contribuições dos Estados).

Resumo Histórico e estatísticas. Ensino e atividades – Exposição de pintura e escultura – Exposição do livro brasileiro.

- Transportes e comunicações-

Gráficos, fotografias, maquetes;

Mapas das estradas de Ferro, de rodagem e linhas aéreas.

Obras contra a sêcas – Portos e Navegação

Exposição dos Correios e Telégrafos – mapas e demonstrativos – Broadcasting.

- Agricultura e Produção Mineral-

Fotografias de regiões colonizáveis – Os currais gaúchos – Os Cafesais de São Paulo

– Algodoeiros e culturas principais – Casas de colonos, etc. cana de açúcar –

Lavouras e Engenhos – O trigo no Brasil – A laranja.

Riquezas minerais do Brasil – Mostruários e estatísticas.

O petróleo e o carvão de pedra – O ferro e o manganês – o níquel. O ouro⁷²,

O comércio interior e exterior – A organização do trabalho e a assistência social-
Gráficos, mapas e fotografias.

Além da exibição dos films preparados pelo D.N.P., deverão os Estados, para o mesmo fim, remeter seus próprios films demonstrativos da ação civilizadora e da organização do trabalho, bem como serão distribuídas publicações elucidativas da expansão e progresso do Brasil nos últimos dez anos⁷³.

No Brasil, a propaganda do governo estava a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo Decreto-Lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939, órgão ligado diretamente à Presidência da República. Foi indicado seu primeiro Diretor o Sr. Lourival Fontes. Partiu do Governo a iniciativa de criar um organismo de controle e promoção do Estado Novo brasileiro. Consoante Heloisa Paulo⁷⁴, Getulio Vargas, ao criar o DIP, objetivava “[...] propagandear o ideário do regime e o de assumir o papel de censor, o que vai torná-lo famoso e temido nos anos compreendidos entre 1940 e 1945”.

O DIP, além de difundir a ideologia do Estado Novo, também induzia ao culto da figura de Getulio Vargas nas camadas populares. Assim, somado à propaganda, foram estabelecidos programas educativos, como forma de adequar o homem à nova realidade social. O papel do DIP era, portanto, o de doutrinar as massas e controlar as atitudes do brasileiro num estado ditatorial, mantendo o controle dos desejos e aspirações do povo, para evitar uma contra propaganda do regime⁷⁵.

Ao analisar o DIP, Silvana Guimarães⁷⁶ afirma:

⁷² “O ouro” foi acrescentado ao documento de caneta.

⁷³ Comissão de Representação do Brasil nas Festas do Centenário de Portugal. Ofício nº 1: “Súmula dos serviços até agora feitos”. Rio de Janeiro, D.F., 6 jun. 1939. (ANTT-AOS/CO/PC 22A). p. 42.

⁷⁴ PAULO, 1994, p. 140. A autora ainda acrescenta que, em 1931, foi criado o Departamento de Criação de Propaganda e, em 1934, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, iniciativas que não resultaram em contribuição para os propósitos do regime no poder.

⁷⁵ GUIMARÃES, Silvana Goulart. *Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo: o DIP e o DIEP*. São Paulo: Ática, 1984.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 59.

[...] o monopólio, exercido pelo DIP sobre os meios de comunicação, buscava garantir a uniformização das mensagens e eliminar a contra propaganda, para ampliar os efeitos da comunicação. Nas redações dos órgãos de imprensa, a presença física dos censores foi a realidade, num primeiro momento do Estado Novo, sendo substituída depois pela censura por telefone.

Heloisa Paulo⁷⁷ acrescenta:

[...] das Divisões mais activas é, sem duvida, a da Divulgação. A sua preocupação central é a realização de solenidades, conferencias, congressos e uma série de realizações que dão cumprimento a um cronograma especialmente montado para a glorificação das datas comemorativas do regime.

Por esta razão, na Exposição do Mundo Português, a responsabilidade com os filmes apresentados e, de forma geral, com a propaganda a ser veiculada no Pavilhão do Brasil 1940, ficou sob a censura do DIP.

No tocante à exposição do Brasil Colonial na Exposição do Mundo Português, a *Súmula* indica o Museu Histórico Nacional para executá-la. Também foram definidos nesse documento os trabalhos a serem realizados pela instituição brasileira nas Festas Centenárias, conforme conteúdos dos tópicos “b” e “f”. Assim, no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, deveriam ser abordados os assuntos relativos à representação:

- b) Exposição de uma coleção de armas usadas no Brasil pelo colono, desde as primitivas; mapa das primeiras fortificações, alguns canhões históricos, etc. Deverá esta parte ser confiada ao Dr. Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico.
Coleção de moedas do Brasil Colônia (Museu Histórico)
- f) Exposição do Museu Histórico e do Museu do Ipiranga sobre assuntos coloniais.

Ainda de acordo com a *Súmula*, o Museu Histórico Nacional estaria trabalhando e participando do espaço expositivo do Pavilhão do Mundo Português com outras instituições sobre os assuntos coloniais. Quando foi pensada a montagem da Exposição Colonial, entretanto, apenas o acervo do Museu Histórico Nacional estava previsto para constar no espaço expositivo.

Há indicação de pedidos de empréstimos de peças ao Museu do Ipiranga⁷⁸, como também uma expansão no discurso expositivo, chegando esse Pavilhão até o Brasil Independente. O que significa a incorporação, pelo Museu Histórico Nacional, dos itens 1º e 2º apresentados na *Súmula*. Isso é possível de ser verificado pela relação dos objetos que fazem parte do Catálogo Descritivo, que apresentaremos mais adiante.

⁷⁷ PAULO, 1994, p. 141.

⁷⁸ Esta informação consta em alguns documentos pesquisados e no Relatório de Gustavo Barroso. No Catálogo sobre o acervo da exposição do Brasil Colonial, entretanto, todas as peças arroladas são da coleção permanente do Museu Histórico Nacional.

Com relação aos pavilhões onde o Brasil foi referenciado com aspectos representativos de sua história, pudemos identificar dois deles. O primeiro, intitulado *Pavilhão dos Portugueses no Mundo*, apresentava uma sala sobre o Brasil, com um discurso que buscava interpretar a narrativa do colonizador sobre o Brasil 1500.

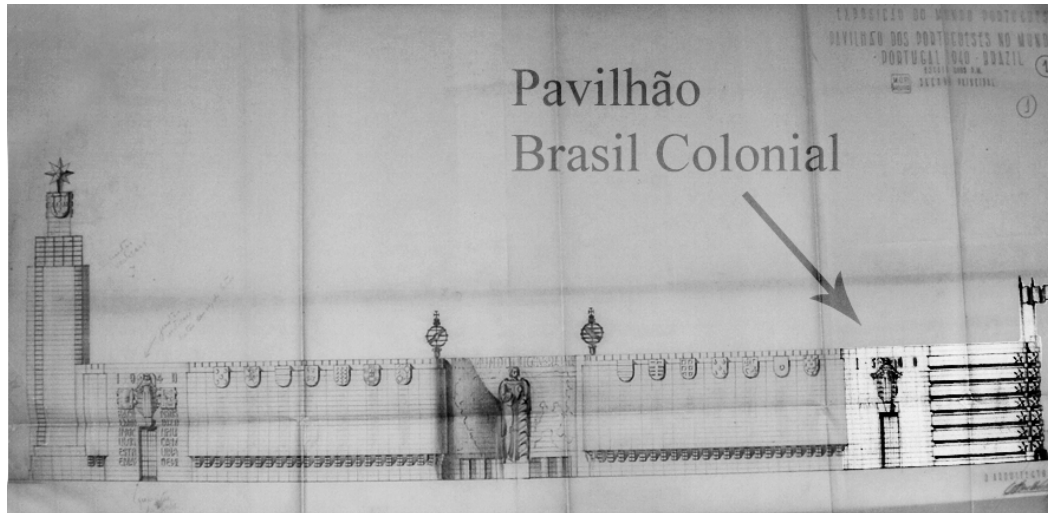


Foto 11 – Desenho da fachada do Pavilhão dos Portugueses no Mundo⁷⁹

O Pavilhão foi construído sob a responsabilidade de uma equipe que teve como diretor o Dr. Afonso Dornelas e a participação do arquiteto Cottinelli Telmo, dos pintores-decoradores Antonio Cristino, Armando Bruno, Eduardo Malta, Frederico George, Joaquim Rebocho, Jorge Barradas, Leite Rosa, Lino Antonio, Luis Alzira, Luis Dourdil, Manuel Lapa, Manuel Lima, Maria Clementina C. de Moura, Mano Costa, Martins Barata, Nunes de Almeida e Thomaz de Mello (TOM); escultores Anjos Teixeira, Antonio Duarte, Barata Feyo, Canto da Maia, Euclides Vaz, João Fragoso, João Rocha, Leopoldo de Almeida, Martins Correia e Rui Leal⁸⁰.

No que diz respeito Pavilhão do Brasil Colonial, que abrigaria a Exposição do Museu Histórico Nacional, estava localizado dentro do Pavilhão dos Portugueses no Mundo. Sua construção foi de responsabilidade de uma equipe formada por profissionais portugueses, tendo como diretor Dr. Augusto de Lima Junior, o arquiteto Raul Lino, o arquiteto adjunto Flávio Barbosa. O plano arquitetônico dos interiores foi realizado pelo arquiteto brasileiro Dr. Roberto Lacombe.

⁷⁹ A entrada do Pavilhão do Brasil 1500 estava localizada no lado direito da porta.

⁸⁰ PAVILHÃO, 1941, não paginado.

A organização e definição dos recheios dos pavilhões foram estabelecidas em Ata de reunião do Comissariado da Exposição, sendo aprovado para o Pavilhão Brasil Colonial, o seguinte: “[...] Pavilhão de Colonização, Propagação da Fé e do Brasil Colonial, entregue ao Snr. Julio Caiola, Agente Geral das Colônias e o Pavilhão dos Portugueses no Mundo ao Afonso de Dornelas.”⁸¹

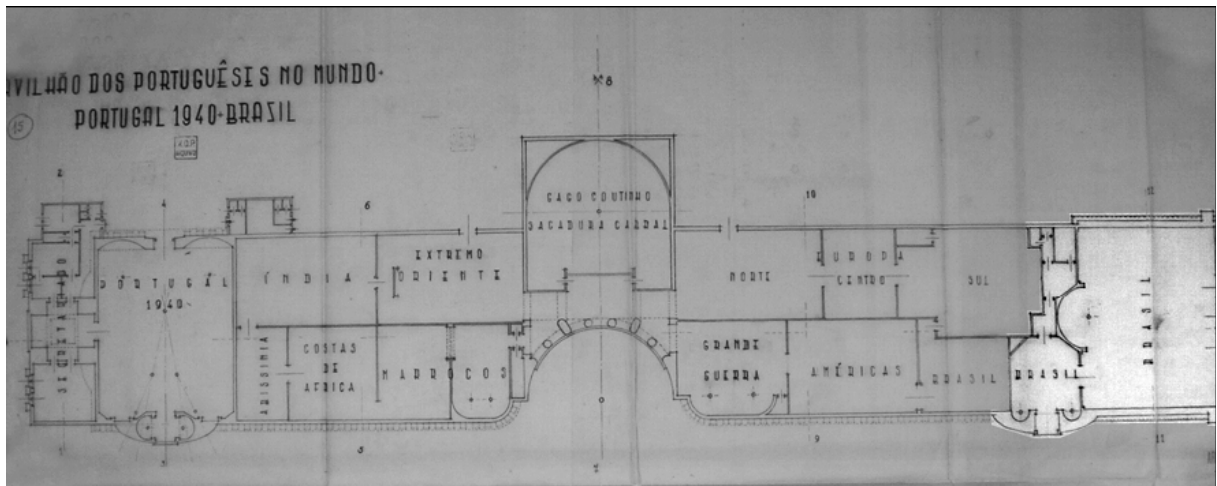


Foto 12 – Pavilhão dos Portugueses no Mundo - planta baixa⁸²

Quanto à participação do Brasil na Exposição do Mundo Português, instalado no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, a exposição intitulada “Brasil Colonial” foi realizada com o acervo brasileiro do Museu Histórico Nacional, sob a coordenação do diretor da instituição Dr. Gustavo Barroso, também nomeado para compor a Comissão Brasileira como Representante Histórico nas Comemorações Centenárias de Portugal.

⁸¹ Actas das reuniões da Comissão da Exposição de 1940. Acta de nº. 32, de 2 de maio de 1939. 2 de Maio 1939, com as presenças de Julio Dantas, Linhares Lima, José Silva Bastos no lugar de Antonio Ferro, Augusto de Castro, Reinaldo dos Santos e Silveira e Castro. (SNI 2820).

⁸² Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. No lado direito, as salas destinadas exposição do Brasil Colonial.

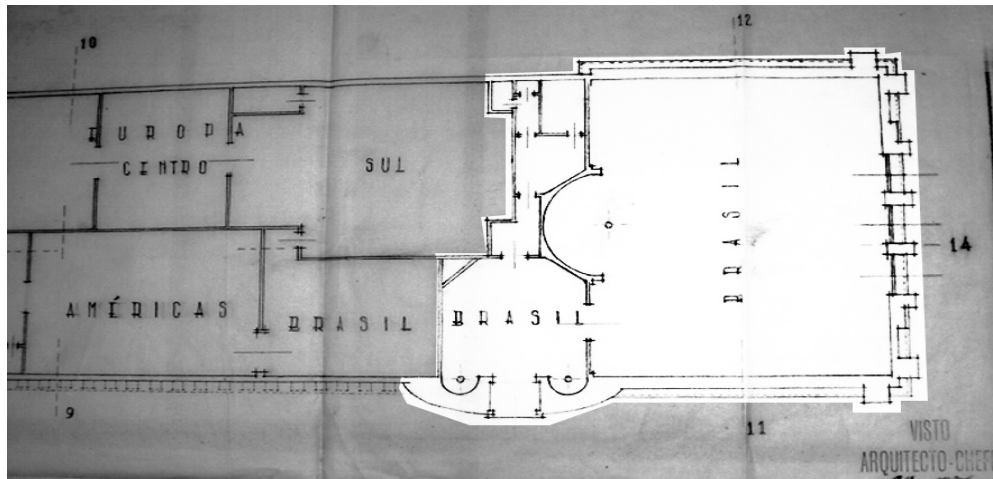


Foto 13 – Detalhe do espaço destinado ao Brasil Colonial no Pavilhão dos Portugueses no Mundo - planta baixa

Podemos localizar, na planta baixa do espaço destinado ao Pavilhão dos Portugueses no Mundo, uma sala identificada como Brasil, destinada a uma exposição dos portugueses sobre o Brasil, mas dentro da narrativa dos Portugueses no Mundo. Isto não impediu que logo ao lado estivesse o Brasil Colonial narrado pelos brasileiros, em um pavilhão com o acervo do Museu Histórico Nacional. Este fato será recorrente ao longo de vários Pavilhões, quando localizamos exposições em que o Brasil aparece na cena histórica criada para os temas como descobrimento, colonização e portugueses no mundo.

2.2 PAVILHÃO DO BRASIL COLÔNIA: O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O Museu Histórico Nacional (MHN)⁸³ foi criado em 12 de outubro de 1922, pelo Decreto Nº. 15.596, de 2 de agosto de 1922, durante a realização da Exposição do Centenário da Independência, que ocorreu no período de 7 de setembro de 1922 a 31 de março de 1923⁸⁴. “As Exposições universais vinham sendo realizadas desde meados do século XIX, principalmente na Europa. O objetivo central desses certames consistia em exibir as ‘maravilhas da civilização burguesa’ e difundir os ideais de progresso e civilização.”⁸⁵

⁸³ O Museu Histórico Nacional tem seu espaço arquitetônico formado pelo Forte de São Tiago, Arsenal de Guerra e Casa do Trem.

⁸⁴ REGULAMENTO da Exposição Nacional de 1922. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1922.

⁸⁵ ABREU, 1996a, p. 41-42.

Entendemos que a Comemoração da Independência do Brasil foi considerada um evento de extrema importância para o país, que buscava mostrar o desenvolvimento da nação, mediante grandes construções, realizadas para abrigar os expositores e o público nacional e estrangeiro.

Analisando a Exposição Internacional do Centenário de Independência do Brasil e o impacto desse evento, Charles Elkin⁸⁶ informa:

Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, realizada em 1922, o último desses eventos realizados durante a República Velha, e, de certa forma o evento culminante da belle époque da então capital federal, foi também a maior exposição realizada no Brasil. Numerosas nações construíram pavilhões e montaram exposições, visitadas durante os dez meses de duração do evento, por aproximadamente 3,5 milhões de pessoas.



Foto 14 – Morro do Castelo espaço destinado a Exposição de 1922 — desmonte do Morro⁸⁷

Para realizar uma grande e suntuosa celebração, deveria ocorrer uma mudança na fisionomia da cidade e, como resultado, o embelezamento do espaço urbano. A cidade do Rio de Janeiro foi reformulada com o objetivo de fazer surgir novas construções. Sobre o impacto causado por essas reformas, especialmente no espaço denominado Morro do Castelo, local onde se instalaram os pavilhões expositivos e se encontra o Museu Histórico Nacional, Lucia

⁸⁶ ELKIN, Charles Noah. 1922 o Encontro do efêmero com a permanência: as exposições (Inter) Nacionais, os Museus e as origens do Museu Histórico Nacional. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 29, p. 121-140, 1997. p. 124.

⁸⁷ *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 4, jul. 1941. (BAHOP-99245).

Silva⁸⁸ comenta: “O Morro do Castelo ficava no coração do centro da cidade, na freguesia urbana de São José, e esta freguesia contava em 1920 com 27 mil habitantes [...]” A autora acrescenta ainda que, em nome do progresso e do embelezamento e higienização da cidade, esse era o momento entendido como necessário, visto que era

[...] destruindo para construir, a ação racionalizadora do projeto oficial de modernização da cidade denominada pela municipalidade de “Regeneração”, pretendia apagar da esfera física da cidade o passado colonial que as classes dominantes desejavam negar e o presente representado pelos “males urbanos” [...] ⁸⁹.

É importante registrar que o ato de demolir para erguer novos monumentos celebrativos e marcos da memória do centenário da Independência, não ocorreu de forma harmoniosa. Isto gerou protestos e críticas de grupos que não concordavam com as mudanças na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, para o surgimento de prédios para abrigar os convidados estrangeiros. Segundo Marly Motta⁹⁰:

[...] a demolição do “velho” morro do Castelo, tradicional berço da cidade, para dar lugar aos prédios da Exposição, provocou acirrado debate entre os que consideravam o arrasamento um “imperativo da modernidade”, e aqueles que viam o desaparecimento da “colina sagrada” como um verdadeiro “sacrilégio”.



Foto 15 – Morro do Castelo espaço destinado a Exposição de 1922 — construções para abrigar os pavilhões⁹¹

⁸⁸ SILVA, Lúcia. O apagamento de um lugar de memória: o arrasamento do *Morro do Castelo* e a Exposição Universal de 1922. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 39-64. p.41-42.

⁸⁹ Ibidem, p. 42.

⁹⁰ MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 31.

⁹¹ REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 4, jul. 1941. (BAHOP-99245).

Revela o calor das discussões e os conflitos gerados na época, o artigo publicado na Revista *O Cruzeiro*, de autoria do Gustavo Barroso⁹², que apresenta dados indicadores de que o país comemorava seu centenário de Independência e, ao mesmo tempo, usava de mecanismos que promoviam a destruição de sua memória. E isso era justificado e acontecia em nome da necessidade do surgimento do novo, para garantir a Exposição. Ao lado dessa onda “demolidora”, entretanto, o poder público mantinha o que era de seu interesse e o devolvia restaurado para ser incorporado ao evento.

Observamos, no artigo citado, que Gustavo Barroso não se referia ao patrimônio que estava sendo destruído em razão da Exposição de 1922, mas apenas sutilmente citava a destruição, pois a sua defesa era por uma instituição, espaço físico de recolha dos objetos de culto à saúde, como podemos constatar no excerto a seguir:

O Governador Martin de Sá fez construir a bateria de Santiago, destinada a proteger de qualquer ataque ou desembarque a praia de Santa Luzia, cruzando seu fogo com o dos canhões da fortaleza de Villegaignon. Em 1696, essa bateria que se encontrava em ruínas foi reconstruída e ampliada. Sob sua proteção, mais tarde, ali se estabeleceu o famoso calabouço, que daria o nome àquela ponta de terra e se levantou a chamada Casa do Trem, onde funciona atualmente o Museu Histórico Nacional. *Tudo isso desapareceu com as obras para a Exposição do Centenário em 1922.* O Complexo do Arsenal de Guerra da Corte foi reformado e adaptado para a Exposição do Centenário da Independência, que após a exposição foi destinado ao acervo do MHN⁹³.

Esse conflito sobre o Morro do Castelo, entre a destruição e o progresso, em nome da Exposição, fez com que vozes se levantassem, discordando de sua demolição, mas não ecoaram com mais força, como um movimento para a sua manutenção. O resultado foi a demolição, justificada pela necessidade de erigir pavilhões para abrigarem a exposição. Todas as intervenções buscavam dar à cidade uma fisionomia de Europa dos trópicos. Um toque de Paris, falando português. Avenidas foram construídas ou alargadas — a exemplo das Avenidas das Nações, onde estavam localizados os pavilhões, a representação estrangeira e Central, que possuía a porta monumental da Exposição de 22 — e prédios foram erguidos para abrigarem as nações convidadas. Desses exemplares arquitetônicos, entretanto, só existem hoje o Pavilhão da Administração, que abriga o Museu da Imagem e do Som, o Palácio Pettit Trianon da delegação

⁹² BARROSO, Gustavo A. L. G. Dodt da Cunha. O Arsenal de Guerra da Côte. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 29, 1953. (Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivos privados: Wanderley Pinho, armário 8, pastas 65). Além de Diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, era historiador e, como profissional, escreveu por muitos anos artigos na revista *O Cruzeiro*, na Coluna *Segredos e Revelações da História do Brasil*, cujo objetivo era desvendar segredos e mistérios relacionados a fatos, instituições e personagens da História do Brasil.

⁹³ *Ibidem*, p. 29, grifo nosso.

francesa, doado à Academia Brasileira de Letras, o Pavilhão das Indústrias, onde foi instalado o Museu Histórico Nacional, e o Pavilhão de Estatística⁹⁴.

Somavam-se aos problemas das reformas urbanas, que não se limitavam às críticas às demolições dos monumentos históricos, as dificuldades da conjuntura político-social-econômica do país. A preparação da Exposição estava sendo realizada num momento político de muitas reivindicações e insatisfações de vários movimentos sociais que buscavam mudanças na política vigente. Destacamos a fundação do Partido Comunista e a Revolta do Forte de Copacabana, ocorrida em 5 de julho de 1922, numa tentativa dos militares de retirar do poder o presidente Epitácio Pessoa, cuja resposta foi a decretação do estado de sítio no país. Para Sodré⁹⁵: “No campo da política, a contestação ao estabelecido, ao dominante, é comandada pelo elemento militar, com episódios que definem o Tenentismo [...]” Analisando, o momento político que permeava a edição da Exposição do Centenário do Brasil em 1922, Mota⁹⁶ afirma:

Mas não era apenas a imagem de um Brasil “promissor” que se queria construir, e nem somente o “público externo” que se visava a atingir. É impossível desconhecer que a comemoração do centenário da Independência, e em especial a inauguração da Exposição, deu-se em meio a uma grave crise política, que culminou com a revolta de jovens oficiais do Forte de Copacabana contra o governo, considerado o batismo de fogo do movimento tenentista.

Nesse contexto, o Brasil seguiu com os preparativos e comemorou seu centenário com uma Exposição. Após esse certame, e para além das festas, ficaram as construções que deveriam ter uma função de uso público, já que os prédios resultantes das exposições eram destinados a espaços públicos, tais como museus, bibliotecas e arquivos. Assim, como havia um movimento — leia-se Gustavo Barroso — que fazia gestão junto ao governo para a criação de um Museu de História na capital federal, o espaço intitulado de *Palácio das Indústrias* durante a Exposição foi destinado ao recém-criado Museu Histórico Nacional.

Regina Abreu⁹⁷ refere que desde 1910 Gustavo Barroso fazia campanha nos jornais para a criação de um Museu de História como “lugar de memória”⁹⁸ para a preservação do passado “[...] consagrado à nação brasileira de um ponto de vista histórico”. Encontramos

⁹⁴ MOTTA, Marly Silva da. “*Ante-sala do paraíso*”, “*vale de luzes*”, “*bazar de maravilhas*” - a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro-1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

⁹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 56.

⁹⁶ MOTTA, op. cit., p. 34.

⁹⁷ ABREU, 1996a, p. 44.

⁹⁸ Expressão utilizada por Pierre Nora para referir-se aos lugares materiais que abrigam a memória social. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 7, 28 dez. 1993.

também, em Michel Certeau⁹⁹, a expressão “estabelecimento de fontes” que, a nosso ver, delinea as pretensões para a instituição barrosiana a ser criada como

[...] o gesto de *pôr de parte*, de reunir, de transformar, assim, em «documentos» certos objectos distribuídos de maneira diferente. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo facto de recopiar, transcrever ou fotografar esses objectos, mudando, ao mesmo tempo, o seu lugar e o seu estatuto.

No jornal *A Pátria*, em 24 de agosto de 1922, Gustavo Barroso¹⁰⁰ publicou artigo, no qual demonstrava de forma entusiasmada o significado da inauguração do Museu Histórico Nacional para o país:

E para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo passado. Coube ao Exm. Sro. Presidente Epitácio a glória de ter instituído no seu país natal [...] o culto da saudade; ele iniciou, revogando o banimento da família Imperial [...] Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico Nacional, que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos.

A iniciativa de Gustavo Barroso coaduna-se com um movimento mundial que ocorreu no início do século XX, para a criação de museus nacionais. No Brasil, esse movimento influenciou os intelectuais brasileiros, levando-os a levantarem a bandeira pela criação de um Museu de História Nacional, para reunir e expor os objetos que contassem a História do país. Isto porque, acreditava-se que os museus nacionais apresentavam-se como espaços da memória celebrativa, dentro de uma concepção histórica que trabalhava com a guarda do patrimônio de heróis e vultos de nossa história, por meio de objetos, influenciando sobremaneira a formação das coleções dos museus nacionais.

Assim, quando foi criado, o Museu Histórico Nacional necessitou de um acervo composto, inicialmente, de transferências de outras instituições públicas, como definia seu Regulamento, no art. 83, item Disposições Gerais e Transitórias:

Serão transferidos para o Museu Histórico Nacional:

1. Os objectos que constituem o Museu Histórico do Arquivo Nacional;
2. O acervo da seção de moedas e medalhas da Biblioteca Nacional inclusive as obras impressas que formam a biblioteca especial da secção;
3. As coleções de moedas, medalhas, sellos e peças similares existentes na Casa da Moeda, que conservará apenas os exemplares que lhe forma necessários dos trabalhos que houver executado e das peças que lhe servirem como modelos;

⁹⁹ CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *Fazer História: novos problemas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977. p.17-58. p. 36, grifo do autor.

¹⁰⁰ A PÁTRIA. Rio de Janeiro, 24 ago. 1922. (MHN-GB-Recortes).

4. Os quadros históricos e mais objectos de carácter histórico que formam o Museu da Marinha e o Museu Militar¹⁰¹;
5. Os quadros históricos e quaisquer objectos de carácter histórico existentes no Museu Nacional, na Escola Nacional de Belas Artes e em outros estabelecimentos públicos federais, os quais poderão, entretanto, ser conservados os objectos que particularmente disserem respeito aos fins ou a história de cada um deles¹⁰².

Nos cinco itens do art. 83 do Regulamento, é possível identificar que as transferências de obras e/ou coleções de outros órgãos representavam, naquele momento, o que estava sendo identificado inicialmente como relacionados à temática que deveria ser apresentada por um museu de história nacional. Pretendiam também regulamentar a propriedade dos objetos que deveriam compor a coleção permanente do recém-criado Museu.

Em 1934, no Regulamento n.º. 24.735, que substituiu o Regulamento n.º. 15.596 de 1922, ficou estabelecido de forma geral como se daria a política de aquisição dos objetos e o que seria considerado como acervo para constituir a coleção permanente do Museu com base em duas classificações, que orientavam duas categorias de objetos, conforme explicitado no artigo 2: “Em duas seções se dividirá o Museu, a primeira das quais formada de objetos históricos em geral e a segunda de moedas, medalhas, selos e peças similares.”¹⁰³

Um outro ponto a ser considerado é o fato de que, nesse momento, o Museu Histórico Nacional não foi o primeiro exemplar de instituição museu no Brasil. Gustavo Barroso lutava pela criação de um museu de história nacional, visto que, em seu entendimento, não havia um espaço para guardar as “reliquias”. Ficar à frente desse movimento era resultado de sua compreensão de que lhe cabia “[...] a guarda das relíquias da Pátria [...]”¹⁰⁴. O primeiro museu a ser criado no país foi o Museu Nacional do Rio de Janeiro, também denominado Museu Real. Marlene Suano¹⁰⁵ esclarece:

[...] tanto a Escola Real quanto o Museu Real foram criados nos moldes europeus embora muito mais modestamente. Para o acervo inicial da escola real D. João VI doou os quadros que trouxera de Portugal, em 1888. Já o Museu Real ou Museu Nacional — nossa primeira instituição científica — hoje o maior museu do país,

¹⁰¹ O Museu Militar teve origem no acervo do Museu de História Natural, criado em 1784, no governo de Luiz de Vasconcellos (1779-1790). Vinte e nove anos depois foi extinto e seu acervo transferido para a Academia Militar do Rio de Janeiro, que funcionava no espaço da Casa do Trem. Mais tarde foi incorporado ao Museu Histórico Nacional. CHAGAS, Mário de Souza. *Há uma gota de sangue em cada Museu: a ótica museológica de Mario de Andrade*. 1996. 158 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro (UniRio), Rio de Janeiro, 1996.

¹⁰² BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Decreto n.º. 15.596, de 2 de agosto de 1922*. Aprova o Regulamento do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. IX. (AI 771 - AM 262).

¹⁰³ BRASIL. Decreto n.º 24.735, de 14 de julho de 1934. Aprova o Regulamento do Museu Histórico Nacional. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 14 jul. 1934, suplemento n.º 162.

¹⁰⁴ BARROSO, Gustavo. A defesa do passado. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. IV, p. 579-585, (1947) 1943. p. 580.

¹⁰⁵ SUANO, Marlene. *O que é museu?* São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos). p. 33-34.

teve por núcleo uma pequena coleção de história natural conhecida, antes da criação do museu como “Casa dos Pássaros”.

Além deste, a autora citada identifica outros museus criados antes do Museu Histórico Nacional, tais como: Museu do Exército (1864), Museu Emilio Goeldi (1866), Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894). Eram preservados no interior dessas instituições e apresentados em suas exposições, em razão da grande influência dos Gabinetes de Curiosidades dos modelos de museus europeus, objetos exóticos, raros e curiosos da cultura.

A proliferação de museus era acompanhada de um problema muito sério relativo aos recursos financeiros destinados a sua manutenção. Desse problema não se isentou o MHN, ainda que fosse uma instituição criada com o rótulo de representante da história nacional. Esta situação foi registrada por Adolpho Dumas¹⁰⁶, ao expor sua preocupação com a realidade do museu. A situação de penúria só é vencida quando Getúlio Vargas “assume” o museu, isto é, torna-se, de acordo com a expressão do próprio autor, seu “Grande Protetor”.

Infelizmente, o Presidente Epitácio Pessoa deixou o governo em 15 de novembro de 1922, um mês após ter inaugurado o Museu Histórico Nacional e não pôde, por essa razão, dar ao mesmo a assistência que certamente lhe daria com seu grande carinho pelas coisas históricas do nosso querido país. O Museu vegetou com verbas escassas e perseguido de dificuldades nos governos dos Srs. Artur Bernardes e Washington Luis¹⁰⁷.

Assim, entre 1922 e 1930, o MHN foi esquecido pelo governo e sua situação só mudou a partir dos anos de 1930, em razão do olhar atento de Vargas. Esta atenção do governo foi acompanhada de muitas transformações, tais como nova organização e instalações, com ampliação do espaço físico existente. A mudança física trouxe também o incentivo de novos acervos para a coleção permanente da instituição. Segundo Adolpho Dumas¹⁰⁸:

Na crônica das doações feitas ao Museu destaca-se a doação da Sala Miguel Calmon, na qual se acumulam 510 preciosos objetos e 1.650 volumes de uma “Brasílica” de obras raras; a valiosa doação do Governo Francês de uma coleção de livros franceses que veio enriquecer a nossa Biblioteca, como parte da grande doação feita pelo Governo de França às instituições culturais do País. Esta coleção tem o valor de 5.000 francos. Inúmeras doações preciosas dos srs. Candido Souto Maior, Mendes Campos, Smith Vasconcelos, Mario de Oliveira, Guilherme,

¹⁰⁶ DUMAS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. III, p. 383-394, 1942.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 393.

¹⁰⁸ DUMAS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. I, p. 211-230, 1940. p. 222-223. Importante registrar que o autor do artigo foi Conservador e Secretário do MHN.

Arnaldo, Carlos e Otavio Guinle. Mas, entre os nomes de doadores, entre os nomes dos que pessoalmente contribuem com objetos para aumentar o patrimônio do Museu, um nome se impôs pela soma de doações feitas. Esse nome é o do Presidente Vargas¹⁰⁹.

Getúlio Vargas foi ainda mais atencioso quando do golpe denominado de Estado Novo, pois o MHN foi incorporado no projeto de modernização pensado pelo Chefe de Estado para o país durante os oito anos de ditadura. Vargas justificava o Golpe com a necessidade em proteger o país de um levante comunista. O chamado Plano Cohen¹¹⁰, suposto plano comunista para tomar o poder, justificou o Golpe de Estado em 1937, realizado por Getúlio, que se viu “obrigado a proteger” o Brasil. Segundo Robert Levine¹¹¹, que trabalha com uma versão diferente em sua análise desse momento da História do Brasil: “Vargas optou pelo Golpe por ser a única maneira de permanecer na presidência além do prazo legal de sua gestão, que expiraria em alguns meses. Estava firmemente convicto de que apenas ele poderia conduzir o Brasil à integração nacional [...]”¹¹²

No ambiente gerado pela apreensão de uma tomada do poder pelos comunistas, Getúlio apresentava várias causas para que o Golpe representasse o último ato de resposta e solução para o país. Consoante Maria José Bello¹¹³: “[...] a superação histórica do velho liberalismo, artificialismo da estrutura política e econômica, erros incuráveis da máquina administrativa, excesso de regionalismo, com sacrifício da unidade nacional, impotência do Executivo [...]”

Assim, em razão de todos os problemas por que passava o país, Vargas sentiu-se impelido a utilizar-se da lei e, no art. 166 da Constituição de 10 de novembro de 1937, encontrou o amparo legal para a decretação do Golpe:

Art 166 - Em caso de ameaça externa ou iminência de perturbações internas ou existências de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz pública ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do País, ou na porção do território particularmente ameaçado, o estado de emergência¹¹⁴.

¹⁰⁹ No final do texto, Adolpho Dumans relaciona, entre parênteses, as valiosas doações do Senhor Presidente ao MHN entre 1930 e 1940, momento em que foi publicado o texto que está nos *Anais*, lançado como publicação do Museu. A análise dessa relação permite-nos apresentar o seguinte quadro sobre as doações de Vargas: 1930 - 1 peça; 1931-4 peças; 1934 - 1 peça; 1935 -19 peças; 1936 - 2 peças; 1938 - 2 peças; 1939 - 3 peças; 1940 - 50 peças.

¹¹⁰ Documento escrito por Olímpio Mourão Filho, membro do Serviço Secreto Integralista, a pedido de Plínio Salgado, que apontava como seria uma revolução comunista e seus efeitos para o Brasil. A entrega da cópia do documento a Getúlio Vargas é atribuída ao General Francisco José Pinto. Para maiores esclarecimentos, consultar SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: o plano Cohen*. Rio Grande do Sul: LPeM, 1980.

¹¹¹ LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?: O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹² *Ibidem*, p. 83.

¹¹³ BELLO, Maria José. *História da República (1889-1954): síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. São Paulo: Nacional, 1964. p. 387;

¹¹⁴ BRASIL. Presidência da República. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. (de 10 de novembro de 1937). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm> Acesso em: 18 jan. 2008. p. 24.

No campo cultural, esse momento político foi determinante para o uso das instituições para a propaganda do Estado. Segundo Mônica Velloso¹¹⁵ “[...] a questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.”

Nesse contexto, o MHN identificava-se como espaço de representação da cultura do poder no Estado Novo, a partir das coleções, da política de aquisição dos acervos e da apresentação dos objetos nas exposições, sob o argumento de que, na questão museológica, era a busca do passado a prova testemunhal de nossa herança imperial e da tradição, para atingir o progresso da nação. O MHN foi considerado na época o “Templo guardião da alma da nossa Nação”, o espaço adequado para sua exaltação.

O Museu, como instituição cultural, era objeto de preocupação do governo, no que se refere à guarda, preservação e comunicação da memória nacional. Além disso, Vargas, pessoalmente, encarregou-se do direcionamento das aquisições do MHN durante o Estado Novo, inclusive formando e encaminhando para o Museu uma coleção¹¹⁶ particular, destinada a uma sala com seu nome e acervo. Mário Chagas e Solange Godoy¹¹⁷ analisam a ação do estadista Vargas, que permite entender o papel do MHN nesse período. Segundo esses autores:

No governo do Dr. Getúlio a situação muda por completo. Sua Exa. tornou-se o grande protetor do Museu Histórico Nacional prestigiando-o e dando-lhe meio para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Exa. contribui pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas¹¹⁸.

Ainda com relação ao papel do Museu Histórico Nacional, encontramos em José Bittencourt¹¹⁹ mais uma avaliação do interesse do Presidente Vargas:

[...] ao que parece, o interesse demonstrado por Vargas pelos museus, e pelo Museu Histórico Nacional em particular, ligava-se ao declarado culto praticado nessas instituições às ideologias conservadoras [...] diferentemente dos modernistas da

¹¹⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro (Orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108. p. 71.

¹¹⁶ Relatório MHN - 1938/1939. (DG 1- 2-4 A). Não foi localizado o relatório de 1938, talvez seja em razão do Museu ter sido fechado nesse ano para reforma, sendo reaberto em 11 de junho 1939. Sobre o movimento do MHN 1939, foram os seguintes os dados encontrados: Modo de aquisição das peças - compra: 1160; doação: 82; permuta: 1072; peças de Filatelia: 34 e peças de Numismática: 2.314.

¹¹⁷ CHAGAS, Mário de Souza; GODOY, Solange. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 27, p. 31-59, 1995.

¹¹⁸ Ibidem, p. 41.

¹¹⁹ BITTENCOURT, José. Invenção do passado: ascensos e descensos da política de preservação do patrimônio cultural (1935-1990). In: MENEZES, Lená et al. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 191-209. p. 200.

SPHAN, Barroso¹²⁰ e Sodré¹²¹ negavam qualquer papel ativo às populações comuns e não as queriam em seus museus de história. Para a “ala direita”, a identidade nacional começava na qualidade de nossas elites e na singularidade americana em que se tinha constituído o Império do Brasil.

Assim, a escolha do acervo do Museu para a Exposição do Mundo Português, decorreu do fato de o Museu Histórico Nacional possuir o caráter de símbolo da memória nacional. Para além dessa função, também realizou ações que permitiram a preservação e guarda de bens móveis ou imóveis que estavam fora de seu âmbito espacial e físico, sendo realizada, inclusive, em outras cidades, como registra Gustavo Barroso¹²²: “Já é tempo do Museu Histórico Nacional documentar, para conhecimento público e perpétua memória da verdade, sua constante e devotada atenção na defesa do patrimônio histórico e artístico do país e no culto de sua tradição.”

Para atender tal tarefa, foi criada pelo Decreto n.º. 24.735, de 12 de julho de 1934, no Museu Histórico Nacional, a Inspeção dos Monumentos Nacionais, dirigida por Gustavo Barroso de 1934 até 1937. Este órgão passou a exercer a função de fiscalização e manutenção/restauração do patrimônio nacional. Segundo o próprio Gustavo Barroso¹²³, o órgão foi depois transformado pelo Ministro Capanema no Serviço Histórico e Artístico Nacional, influenciado pelo trabalho de preservação já desenvolvido pela Inspeção dos Monumentos Nacionais.

Para cumprir os objetivos traçados para a Inspeção, foi elaborado um Regulamento composto de 13 artigos. O item Inspeção de Monumentos Nacionais, Cap. VIII do Decreto n.º. 24.735, de julho de 1934, trazia também a reformulação da estrutura administrativa do Museu Histórico Nacional¹²⁴. O artigo Art. 72¹²⁵ desse Decreto, que trata dos imóveis classificados como monumentos nacionais, determina que não poderão ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Histórico Nacional. Esse artigo

¹²⁰ Gustavo Barroso foi diretor do MHN de 1922 até sua morte em 1959. Só esteve fora por 2 anos (dez.1930-nov. 1932), quando “[...] foi afastado da direção do Museu por ordem do Presidente Getulio Vargas, sob a justificativa (não declarada) de ter apoiado a candidatura de Julio Prestes nas eleições de 30 [...]” MAGALHÃES, 2006, p. 57-58.

¹²¹ O autor refere-se a Alcindo Sodré, nomeado em 1940 para diretor do Museu Imperial e lá mantido até sua morte precoce.

¹²² BARROSO, Gustavo A. L. G. Dodt da Cunha. Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio tradicional do Brasil. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. V, p. 172, 1944.

¹²³ Ibidem, p.5.

¹²⁴ BRASIL, 1934.

¹²⁵ Interessante que o Artigo 72 pretende preservar e salvaguardar os imóveis considerados monumentos nacionais, traduzidos nos imóveis edificados da elite no poder e da nobreza imperial. Este fato que vai de encontro à postura de Barroso, quando, no Morro do Castelo, em 1922, as máquinas podiam jogar tudo abaixo, pois era a higienização e o embelezamento da cidade. Assim, em virtude da Exposição do Centenário de Independência, a cidade do Rio de Janeiro virou um canteiro de obras e mudou todo o seu aspecto arquitetônico para um neocolonial brasileiro.

explícita como a Inspetoria deveria tratar a questão dos imóveis e sua preservação, demonstrando, por parte do governo, a preocupação em manter os imóveis em sua forma arquitetônica de época, sendo delegado ao Museu Histórico Nacional a função de órgão fiscalizador. Assim, as funções do MHN extrapolavam os objetivos museológicos, a exemplo do cadastramento de objetos históricos e artísticos, ou seja, a cultura material estaria amparada mediante procedimentos de registro e classificação dos bens culturais colocados no Art.73:

O Museu Histórico Nacional organizara também um catálogo, tanto quanto possível completo, dos objetos históricos-artísticos de notável valor existentes no país, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notificação¹²⁶.

Com relação ao poder de Gustavo Barroso, o Art.74 do citado Decreto conferia-lhe autoridade e autonomia para autorizar e liberar a saída de objetos, fato que contribuiu para fortalecer e solidificar o MHN como a instituição de preservação no Brasil, como resultado da criação da Inspetoria. Vejamos o que diz o citado Art 74: “A exportação de objetos dessa natureza só será permitida mediante autorização do diretor geral do Museu Histórico Nacional, ou de seus representantes, depois de paga, na repartição, a taxa especial de 300\$00 sobre o valor dado pela avaliação feita no Museu.”¹²⁷

Um outro ponto a ser considerado é que no Regulamento da Inspetoria de Monumentos ficava evidente que a questão da preservação do patrimônio brasileiro estava sob a responsabilidade do Museu Histórico Nacional, órgão oficial de certificação do patrimônio nacional, conforme arts. 79, 80, 81 e 82¹²⁸. Deste modo, o Museu e sua direção foram alçados a instâncias de deliberação sobre o patrimônio nacional que deveria ser preservado. Assim, sempre que solicitado, o museu atuava junto a outros Ministérios para indicar modelos “[...] de bandeiras históricas, fundição de bustos dos vultos militares, exposições, Calendário Patriótico.”¹²⁹

¹²⁶ BRASIL, 1934, p. 128.

¹²⁷ Ibidem, p. 128.

¹²⁸ “Art. 79 – o diretor geral do Museu Histórico Nacional poderá impor multas de 50\$000 a 1:000\$000 aos infratores das determinações deste regulamento.

Art 80 – as pessoas e corporações que possuem objetos e relíquias artísticas ou históricas são obrigadas a fornecer a relação dos mesmos ao Museu Histórico Nacional e não poderão negociá-los sem a prévia consulta a este, que terá preferência.

Art. 81– os negociantes de antiguidades e obras de arte de qualquer natureza ficam obrigados a um registro especial no Museu Histórico Nacional ou nas repartições estaduais que o representem, não podendo vender objetos não devidamente autenticados.

Art. 82 – o Museu Histórico Nacional autenticará os objetos artísticos históricos que lhe forem apresentados mediante requerimento das partes interessadas e de acordo com a tabela de peritagem anexa.” BRASIL, 1934, p. 129.

¹²⁹ BARROSO, 1944, p. 172

No caso específico do patrimônio edificado, seria de competência do Museu a normatização de procedimentos técnicos que permitissem o controle e o conhecimento dos bens classificados no país, haja vista que até aquele momento, não existia um órgão de âmbito nacional que regulasse essas ações:

Parágrafo Único: Para os fins de inspeção, organizará um catálogo dos edifícios de assinalado valor e interesse artístico-histórico existente no país, propondo ao Governo Federal, os que devam declarar em decreto Monumentos Nacionais; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, guarda e fiscalização dos objetos históricos-artísticos de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territórios¹³⁰.

A centralização das questões museológicas e preservacionistas pelo MHN foi modificada quando a preservação passou a ser entendida como uma resposta governamental para a proteção nacional dos bens culturais. A primeira iniciativa ocorreu em 1936, quando foi solicitada a Mário de Andrade a elaboração de um Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), trabalho encomendado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema¹³¹.

Como resultado dessa ação foi publicado o Decreto-Lei nº. 25/37, em 30 de novembro de 1937¹³², instituindo o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹³³, em vigor até o presente. Esse Decreto-Lei é composto de cinco Capítulos, que tratam do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Do Tombamento, Dos efeitos do tombamento, Do direito de preferência e Disposições Gerais. Destacamos o artigo 1º. Do Capítulo I - Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em virtude de expor o que era considerado pelo Serviço como patrimônio nacional:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico¹³⁴.

¹³⁰ BRASIL, 1934, p. 129.

¹³¹ O anteprojeto de Mario de Andrade foi publicado em 1981, na obra: ANDRADE, Mario de. *Cartas de trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. p.39-50.

¹³² BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>> Acesso em: 24 nov. 2007.

¹³³ Ao ser instituído o SPHAN, pelo Decreto-Lei nº25/37, foi automaticamente extinta a Inspetoria de Monumentos Nacionais, departamento do MHN dirigido por Gustavo Barroso.

¹³⁴ BRASIL, 2007, p. 1

Para o Museu Histórico Nacional, a edição de um novo regulamento interno, intitulado Regulamento nº. 24.735, de 1934, significou a reafirmação de seu papel na área de museus¹³⁵, como também estabeleceu suas competências e vínculos institucionais, a saber:

Artº. 1º - O Museu Histórico Nacional depende do Ministério da Educação e Saúde, terá por fim:

- a) recolher, classificar e expor ao público, objetos de importância histórica e valor artístico, principalmente os relativos ao Brasil;
- b) concorrer por meio de cursos, conferências, comemorações e publicações para o conhecimento da história pátria e o culto das nossas tradições;
- c) exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objetos artísticos e históricos¹³⁶.

Com o Decreto-Lei nº. 25/37, ficava demonstrada a preocupação de Vargas em elaborar uma lei e, conseqüentemente, criar um órgão que tomasse para si a organização das questões relativas ao patrimônio nacional. Com o referido Decreto-Lei, além de ter instituindo o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, no Capítulo I, artigo 1º, é definido o patrimônio nacional¹³⁷.

Os museus também foram contemplados no Decreto-Lei nº. 25/37 como instituições de memória importantes para a conservação, guarda e apresentação dos objetos históricos. No Decreto-Lei n. 25/37, Capítulo V - Disposições gerais, artigo 24, consta:

A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares¹³⁸.

Para Mário Chagas¹³⁹, como também em alguns documentos administrativos localizados no Arquivo Institucional do MHN, foi possível perceber que Gustavo Barroso não se sentia confortável e satisfeito com o fim da Inspetoria Nacional de Monumentos, em razão da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Analisando esse momento, esse autor avalia que o fim da Inspetoria não se deu

¹³⁵ O Museu Histórico Nacional passou a ser uma referência em todo o Brasil. Foram localizados no Arquivo Institucional solicitações de órgãos públicos, para que técnicos desses órgãos fizessem uma visita técnica ao MHN. Encontramos ainda solicitações de orientação, criação e montagem de museus.

¹³⁶ BRASIL, 1934, p. 129.

¹³⁷ Idem, 2007.

¹³⁸ Ibidem, p. 6.

¹³⁹ CHAGAS, Mario. *Imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

[...] por problemas técnicos de falta de especialização ou de pouca amplitude geográfica, mas por embates de poder, por disputa de projetos de política de memória. A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista que tinha em Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade os seus mais destacados representantes¹⁴⁰.

Coube a Gustavo Barroso exercitar seu papel de guardião da memória e cumprir suas responsabilidades no Museu Histórico Nacional, instituição por ele identificada como a “Casa do Brasil”¹⁴¹. Quando o Brasil foi convidado a participar das comemorações centenárias portuguesas, tendo um espaço dedicado à representação do Brasil Colonial, foi indicado seu acervo. Este fato já era uma rotina na vida da instituição, como registram alguns documentos: “Sob a égide do Ministério da Educação, a Diretoria do Museu preparou e realizou a exposição Histórica do Centenário da Abdicação de D. Pedro I, em 1931, e a exposição Histórica do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal, em 1940.”¹⁴²

Assim, é possível entender que a escolha do acervo do Museu Histórico Nacional para compor a Exposição do Brasil Colonial no Pavilhão dos Portugueses no Mundo se deu em razão de que naquele espaço museológico estavam identificados os objetos que autenticavam, com seus vultos históricos e suas grandes personalidades, a história do Brasil. Gustavo Barroso foi indicado para participar como Diretor Histórico da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, fazendo parte do quadro efetivo de intelectuais que participaram do projeto de representação do país nas festas centenárias de Portugal, em 1940.

Neste sentido, iria o Brasil, por meio do MHN, apresentar e ser representado na Exposição do Brasil Colonial, por meio de um “recoo no tempo”, fazendo um “resgate” do passado colonial brasileiro, com seus grandes heróis e personalidades que marcaram a história e a relação com Portugal nos oito séculos de sua história. Isto significava que o Brasil, em 1940, dedicou-se a *inventar um passado* com um patrimônio que buscava as marcas da memória e da glória, por meio do qual seriam lembradas as relações coloniais com o Portugal do presente.

A proposta expositiva era pensada a partir dos objetos que contavam a história de Portugal em relação ao contexto brasileiro, os acontecimentos que foram preservados em imagens — documentos — e faziam referências ao passado colonial, marcos da lembrança,

¹⁴⁰ CHAGAS, 2003. p. 50-51.

¹⁴¹ Gustavo Barroso solicitou ao Ministro Gustavo Capanema a mudança do nome do Museu Histórico Nacional para Casa do Brasil, mas não foi atendido. Desde então, em suas publicações e discursos, o Diretor assim denominava o Museu. MAGALHÃES, 2006, p.105-106.

¹⁴² BARROSO, 1944, p. 172.

como também da saudade do passado. Para Vera Tostes¹⁴³, isso foi possível porque o Museu Histórico Nacional era constituído de objetos e documentos representativos da *glória dos grandes personagens*.

A definição desta instituição foi possível, porque se entendia que a história estava inserida nos objetos que compunham seu acervo permanente, pois seus suportes registravam os fatos gloriosos e significativos da nação. Naquele momento, esses objetos passaram a significar o patrimônio da nação. Segundo Valeska Garbinatto¹⁴⁴:

[...] a “peça de museu” recolhida para o interior dos Museus de História, tinham por obrigação refletir na sua representação o seu grau de registro da história nacional, e, para além disso, enaltecer através da sua representação nas exposições o passado, mas a história como fundamentação dessa concepção contribuiu para que o museu se articulasse a uma concepção de história, como forma de ratificar as narrativas históricas que eram apresentadas no MNH. Que história é essa?

Gustavo Barroso¹⁴⁵, em matéria veiculada no Jornal *Correio da Manhã*, em razão da divulgação da publicação de seu livro *História Secreta do Brasil*, explicitava sua compreensão do conceito de história, afirmando:

[...] a “história não é propriamente uma sciencia, é antes uma arte”. E nesse ponto de vista procura levantar véos que teriam escondido numerosos aspectos da nossa formação e do nosso desenvolvimento através dos séculos, desde a descoberta da terra ate á abdicação de Pedro I [...]

De acordo com esse conceito, por meio da história seria possível promover a licença poética para permitir a criação e encenação dos fatos, ao pensar na exposição e buscar, no acervo do Museu, as fontes para contar a história que evidenciasse a plasticidade, a curiosidade e os feitos históricos dos grandes momentos da história do Brasil, garantindo um discurso que pretendia passar através dos objetos que representariam as imagens, a história e os fatos sobre o Brasil Colônia no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, na Exposição Brasil Colonial.

Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, durante as cerimônias de inauguração da Exposição do Mundo Português, Gustavo Barroso¹⁴⁶ apresentou sua definição para o ofício do historiador: “O verdadeiro historiador é um arquitecto com a visão grandiosa do edificio, a

¹⁴³ TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Apresentação. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 2, 1995.

¹⁴⁴ GARBINATTO, Valeska. Ensino de História e Patrimônio Histórico: pontes para a construção da memória e cidadania. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 37-48, jan./jun. 2000. p. 38

¹⁴⁵ BARROSO, Gustavo A. L. G. Dodt da Cunha. *História Secreta do Brasil*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1937. (MNH-GB-Autoria Recortes 24 - 1936 ago. a 1937 fev.).

¹⁴⁶ BARROSO, Gustavo A. L. G. Dodt da Cunha. Alma da Exposição. *Diário de Notícias*, Lisboa, ano 76, n. 26.869, p. 1, 26 nov. 1940b. (Prefeitura Municipal de Lisboa. Biblioteca Pública).

preocupação do jogo das massas, da luz e da sombra, dos grandes efeitos de que resulte a soberba projecção dum sentido superior e eterno. O verdadeiro historiador é um artista e um filósofo.”

E foi assim que o historiador-arquiteto de suas construções mudou as regras estabelecidas para a exposição. No *Catálogo Descritivo e Comentado* por ele elaborado¹⁴⁷, publicado em 1940, na abertura da Exposição, é possível perceber uma mudança significativa no que diz respeito à denominação da Exposição, que desde a Nota Oficiosa era intitulada de “Brasil Colonial” e seria no Pavilhão dos Portugueses no Mundo. Quando da edição do Catálogo, Gustavo Barroso passou a intitulá-lo de “Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente - Exposição do Museu Histórico Nacional”.

Assim, para os portugueses e os responsáveis pela Exposição do Mundo Português, o Brasil Colônia seria apresentado no Pavilhão dos Portugueses no Mundo. Essa participação estava definida e era entendida como uma representação¹⁴⁸. Para a Comissão Executiva dos Centenários, o Pavilhão do Brasil Colonial era uma representação sobre a “[...] descoberta, fundação portuguesa e á monumental acção histórica de Portugal no Brasil”¹⁴⁹. Então, seria mais eficiente “[...] numa representação da sua própria iniciativa na Exposição de 1940”¹⁵⁰. Por isto deveria ser realizada na narrativa e com o acervo da ex-Colônia portuguesa — o Brasil, visto que o país tornou-se independente de Portugal em 1822. Essa participação, a nosso ver, pode estar assente em algumas hipóteses¹⁵¹ que poderiam à época atender às necessidades de uma exposição, tais como:

- havia um sentimento de que, através da língua e de algumas características culturais, os portugueses julgavam-se os colonizadores do Brasil. A Independência foi caseira, uma emancipação. Continuava a ser filho da mãe Pátria — Portugal —, sem perder o vínculo e a origem inicial: herança familiar;

- num momento de guerra e definição de fronteiras, a representação de uma ação pacífica dos portugueses na colonização, o Brasil que deu certo e se emancipou sem lutas, de forma natural, quando atingiu sua maior idade;

¹⁴⁷ BARROSO, 1940a, não paginado.

¹⁴⁸ Representação, nesse contexto, poderia significar exibição, reprodução. Optamos, entretanto, por entender *representação* conforme conceituado por Heloisa Barbuy: “[...] um complexo de elementos de construção de uma realidade forjada (representação), a ser apreendida, visualmente, por um observador *que obedece à disciplina própria do espetáculo* [...]” BARBUY, 1999, p. 50, grifo do autor.

¹⁴⁹ CASTRO, 1940a, não paginado.

¹⁵⁰ Ibidem, não paginado.

¹⁵¹ Essas hipóteses surgiram após as leituras dos documentos elaborados na época e dos discursos de Augusto de Castro, Antonio Ferro, Gustavo Barroso, Francisco Pinto, durante as Comemorações. Autores que tratam desse tema: RAMOS, 1999; FLORES, 2007; THOMAZ, 2002.

- a necessidade de contar a história da colonização, para justificar a manutenção do Império Colonial Português na África, representado no Jardim Colonial, na Exposição do Mundo Português. Assim, a resposta seria a de que o domínio pode resultar em um país que, ao ser independente, tome caminhos que levem ao progresso e à unidade nacional.

Para o Brasil, desenvolver essa exposição não era contar a história apenas retratando a submissão, porque não representava a história em seu todo, faltava a independência. Assim, foram inseridos os objetos que representavam o Brasil independente, ampliando o período até o governo de Getúlio Vargas; essa foi a periodização escolhida. Ganhou o Brasil, porque além do Pavilhão Brasil Colonial, indicou o interesse em financiar um “Pavilhão Brasil 1940”, localizado em frente ao Pavilhão dos Portugueses no Mundo, que contava a história do Estado Novo de forma “grandiosa” e moderna, apresentando a história que levou o país a sua modernização e crescimento econômico em tempo real. Os dois Pavilhões estavam separados pela Praça do Império, como se o Brasil colonial pertencesse à história de Portugal, por isso no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, e o Estado Novo ao Brasil de Getúlio Vargas, num “Pavilhão Brasil 1940”.